

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

NÁGILA MACHADO PIRES DOS SANTOS

**ENSAIO E ARTIGO: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE DOIS
GÊNEROS NA ESFERA ACADÊMICA**

**Uberlândia
2014**

NÁGILA MACHADO PIRES DOS SANTOS

**ENSAIO E ARTIGO: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE DOIS GÊNEROS
NA ESFERA ACADÊMICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: Linguagem, texto e discurso.

Tema: Análise textual-discursiva de gêneros do discurso da esfera acadêmica

Orientadora: Profa. Dra. Elisete Maria de Carvalho Mesquita

Uberlândia
2014

NÁGILA MACHADO PIRES DOS SANTOS

**ENSAIO E ARTIGO: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE DOIS GÊNEROS
NA ESFERA ACADÊMICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Mestrado, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Uberlândia, _____ de _____ de 2014.

Profa. Dra. Elisete Maria de Carvalho Mesquita – UFU/MG
Orientadora

Profa. Dra. Vera Lúcia Lopes Cristóvão – UEL/PR

Profa. Dra. Luísa Helena Borges Finotti – UFU/MG

Uberlândia
2014

AGRADECIMENTOS

Ao Jonas, pelo companheirismo, amor, carinho e paciência durante este e outros caminhos.

Aos meus pais, Altamira Machado de Miranda Santos e Edson Pires dos Santos, sem os quais eu não estaria aqui e não teria chegado aonde cheguei – obrigada pelo apoio.

Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, pela oportunidade.

À querida, amiga e orientadora Profa. Dra. Elisete Maria de Carvalho Mesquita, pela confiança e iniciação no universo científico – muito obrigada.

Às professoras doutoras Maria Aparecida Resende Otoni e Luísa Helena Borges Finotti, pelas contribuições no momento da qualificação desta pesquisa.

À professora doutora Vera Lúcia Lopes Cristóvão pela disposição de participar e contribuir para este trabalho.

Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Lorena e Virgínia, pela solicitude e compreensão.

RESUMO

Producir gêneros acadêmicos indica a possibilidade de saber agir e interagir ativamente na comunidade acadêmico-científica. No entanto, como assegurar essa participação na esfera social científica sem o domínio dos “instrumentos” de sua participação? Tendo essa questão como a grande inquietude deste trabalho, propomos analisar dois gêneros acadêmicos (ensaio e artigo), a fim de melhor compreendê-los, tendo em vista que, geralmente, são tomados de maneira indiscriminada. Com o objetivo descrever e analisar comparativamente os gêneros ensaio e artigo, pertencentes da esfera acadêmica, com vistas a apresentar elementos que possam contribuir para a individualização de cada um, selecionamos 20 ensaios e 20 artigos de periódicos *online* nacionais cuja avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) abrange as notas A e B (eles foram publicados no período de janeiro de 2011 até maio de 2013). As revistas de onde coletamos o *corpus* previam a produção de ambos os gêneros e, algumas vezes, forneciam instruções específicas para a produção e publicação de cada gênero. Para a realização da pesquisa, elegemos alguns conceitos caros à área de estudos de gêneros como o do precursor Bakhtin (2006), nome que não podemos deixar de mencionar, e tomamos como aporte para a análise algumas categorias do folhado textual de Bronckart (2009) que, embora não tenha desenvolvido uma teoria para análise de gênero e sim de textos, contribuiu sobremaneira para o entendimento do funcionamento textual por meio da infraestrutura textual, dos mecanismos de textualização e dos mecanismos enunciativos. Os estudos de Silveira (2012) sobre as estruturas textuais de gêneros da pesquisa e do ensaio também forneceram subsídios para a compreensão e diferenciação entre os gêneros que constituem nosso *corpus*, assim como outros estudos e manuais que trazem informações sobre ambos os gêneros. Elegemos, porquanto, o primeiro e o terceiro nível do folhado textual para a análise dos textos por considerá-los, assim como o autor, o nível mais profundo e mais superficial, respectivamente, do texto – acreditamos que essas fases são capazes de revelar as peculiaridades que ora investigamos. Pudemos constatar que o ensaio demonstrou a possibilidade de ser composto pelo tipo de discurso misto teórico-interativo, pela utilização mais frequente de modalizações afetivas e por uma estrutura composicional que, geralmente, é a mesma do artigo. Este gênero, por sua vez, teve como predominante o discurso teórico e elevada quantidade de modalizações lógicas. A análise revelou que as diferenças encontradas tanto no nível profundo, em que pertencem o tipo de discurso e as sequências textuais, quanto no nível mais superficial, nos mecanismos de enunciação, corroboram com algumas características do ensaio já mencionadas por Gomez-Martinez (1992), Arrigucci (1999) e Guerini (2008) a respeito da maior liberdade de expressão do pensamento científico, com teor subjetivo mais elevado que o do artigo.

Palavras-chave: Gêneros do Discurso. Ensaio Acadêmico. Artigo Acadêmico.

ABSTRACT

Producing academic genres indicates the possibility to know how to act and interact actively in the academic and scientific community. However, how to ensure the participation in the social scientific sphere without the dominion from the “instruments” of their participation? By this issue as a serious concern of this paper, we propose to analyze two academic genres (essay and article) in order to understand them, as they are indiscriminately taken in general. In order to describe and analyze compared genres article and academics, with the goal to show elements that can contribute to the individualization of each, we selected 20 essays and 20 articles from online national journals whose review by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) covers grades A and B (they were published from January 2011 until May 2013). Magazines where we collect the corpus predicted the production of both genres, sometimes provided specific instructions for the production and publication of each genre. To perform the research, we chose some important concepts to the genres’ studies as the precursor of Bakhtin, name we cannot forget to be mentioned, and we took as an input for the analysis some categories of textual aspects cited by Bronckart (2009) that has not developed a theory for genres analysis but of texts, deeply contributes to understand the text operation by textual functioning infrastructure, textualization mechanisms and enunciative mechanisms. Silveira’s (2012) study on the textual structures of research and essay genres also provided information to understand and differentiate between the genres that constitute our corpus, as well as other studies and manuals that provide information about both genres. Thus, we elect the first and third level of textual rolling for the texts analysis because we consider, as well as the author, the deeper and most superficial level, respectively, of the text – we believe that these phases are able to reveal the peculiarities we investigate now. We observed that the test demonstrated the possibility to be composed by the kind of theoretical-interactive mixed discourse, by the frequent use of affective modalizations and by a compositional structure that is generally the same of the article. By the way, this genre had a predominance of theoretical discourse and a high amount of logical modalizations. The analysis revealed that the differences found in deep level, where the type of discourse and textual sequences belong, as the most superficial level, in the enunciation mechanisms, corroborate to some essay characteristics already mentioned by Gomez-Martinez (1992), Arrigucci (1999) and Guerini (2008) concerning the greatest freedom of expression about the scientific thought, with higher subjective tenor than the article.

Keywords: Genres of Discourse. Academic Essay. Academic article.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema da argumentação	51
Figura 2 – Discurso dissertativo de uma tese	52
Figura 3 – Discurso dissertativo de duas teses	53
Figura 4 – Esquema da argumentativo	54
Figura 5 – Esquema textual da pesquisa com tema restrito.....	55
Figura 6 – Esquema textual da pesquisa com tema abrangente	56
Figura 7 – Esquema textual do ensaio científico	57
Quadro 1 – Mundos textuais e tipos psicológicos.....	31
Quadro 2 – Síntese dos tipos de discurso	33
Quadro 3 – Síntese das sequências textuais	40
Quadro 4 – Síntese das características dos gêneros artigo e ensaio	70
Quadro 5 – Ensaios coletados	73
Quadro 6 – Artigos coletados.....	74
Quadro 7 – Informações das revistas sobre o artigo e o ensaio	76
Quadro 8 – Síntese da estrutura textual do artigo e do ensaio	80
Quadro 9 – Resumo comparativo dos dados obtidos	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de formação dos autores dos gêneros	79
Tabela 2 – Análise da estrutura textual em comparação com Silveira (2012)	81
Tabela 3 – Tipos de discurso identificados nos gêneros ensaio e artigo	84
Tabela 4 – Sequências dominantes identificadas nos gêneros ensaio e artigo	97
Tabela 5 – Uso das pessoas do discurso nos ensaios e nos artigos.....	110
Tabela 6 – Modalizações por gênero	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS DE GÊNERO DO DISCURSO	15
1.1 Os gêneros do discurso	15
1.2 Os gêneros, segundo Mikhail Bakhtin	18
1.3 Os gêneros, segundo Jean-Paul Bronckart	23
CAPÍTULO II – DESVENDANDO O DISCURSO DA CIÊNCIA	45
2.1 O discurso da ciência	45
2.2 Estrutura composicional do discurso científico	49
2.3 Os gêneros acadêmicos	58
2.4 O artigo	59
2.5 O ensaio.....	62
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	71
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS.....	79
4.1 Estrutura textual	80
4.2 Infraestrutura geral do texto	83
4.2.1 Discurso teórico dos artigos.....	84
4.2.2 Discurso teórico dos ensaios.....	87
4.2.3 Discurso misto teórico-interativo	88
4.2.4 Discurso misto teórico com relato interativo.....	92
4.2.5 Discurso misto teórico-narrativo	94
4.2.6 Sequência argumentativa-explicativa	97
4.2.7 Sequência argumentativa-narrativa	102
4.2.8 Sequência explicativa-descritiva	105
4.2.9 Sequência argumentativa-descritiva	107
4.3 Mecanismos enunciativos	110
4.3.1 Modalização lógica.....	113
4.3.1.1 Modalizações aléticas.....	113
4.3.1.2 Modalizações epistêmicas	115
4.3.2 Modalização deôntica	120
4.3.3 Modalização pragmática.....	122
4.3.4 Modalização apreciativa	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A produção textual na universidade é prejudicada, muitas vezes, pela falta de estrutura de cursos que não se preparam para promover o aprimoramento dos conhecimentos de leitura e escrita acadêmica dos alunos e/ou pela falta de clareza sobre os gêneros acadêmicos, não raro, entre os próprios professores. O resultado disso é um conflito de letramentos (FIAD, 2011), em que não há correspondência entre o que o estudante sabe e o que lhe é exigido na universidade. Nesse sentido, podemos dizer que a falta de habilidade dos discentes para a produção e leitura de gêneros acadêmicos, quando é exigida a produção escrita como meio de avaliação ou de participação no meio científico, esbarra na dificuldade de os universitários se inserirem no “fazer” acadêmico. Com isso, a participação na academia é dificultada àqueles que possuem condições limitadas de interagir nesse meio por não dominarem as práticas discursivas acadêmicas.

Em sua recente obra *Textos do discurso científico*, Silveira (2012) nos chama a atenção para a transição de esferas discursivas e sociais¹ dos alunos ingressantes ao ensino superior. Na fala da autora:

A maioria dos estudantes, ao entrar na universidade, depara-se com uma situação nova, diferente das anteriores já vivenciadas na vida escolar: esses estudantes desconhecem a organização textual e as condições de produção discursiva, convencionadas na e pela comunidade científica. Por essa razão, ingressantes na graduação e pós-graduação apresentam dificuldades para a leitura e a redação de textos acadêmicos-científicos e científicos. Faz-se necessário que esses universitários superem suas dificuldades de produção textual, a fim de obterem melhor êxito em seus estudos e pesquisas (SILVEIRA, 2012, p. 9).

Portanto, a participação produtiva na comunidade acadêmica exige que os alunos dominem a escrita de modo geral e a escrita específica dessa esfera, o que nem sempre acontece. Surge, então, uma demanda pelo conhecimento da escrita acadêmico-científica tanto no nível da graduação quanto no nível da pós-graduação (AQUINO, 2010), necessidade que, muitas vezes, não é suprida durante o curso de graduação. Com certa frequência, estudantes e professores buscam manuais de escrita que possam satisfazer essa necessidade; no entanto, essas publicações apresentam aspectos gerais de valorização de metodologia, conteúdo,

¹ “Como a atividade humana tem sempre um caráter social, também se tem falado em esferas de ação social, uma vez que uma ação pela linguagem, na sociedade, se faz por meio de gêneros que são vistos então como instrumento de ação social pela linguagem.” (TRAVAGLIA, 2011, P. 72)

diagramação e referências, ou seja, não se atentam à organização textual do discurso, o que se configura como uma lacuna (SILVEIRA, 2012, p. 9).

Nessa perspectiva, e pensando em suprir um pouco dessa carência e exclusão do aluno universitário, instituições universitárias têm oferecido cursos de curta duração², geralmente a distância, sobre a produção de gêneros acadêmicos. A procura por cursos como esses tem se tornado relativamente constante na vida de estudantes que pretendem aperfeiçoar sua habilidade de produzir gêneros acadêmicos e/ou a produção textual escrita.

Concomitante a essa nova demanda por cursos sobre gêneros, o estudo da produção textual no ensino superior tem ganhado espaço nos eventos e nos trabalhos científicos. Demonstram-se a emergência de trabalhos nesse contexto em Machado (2004), Motta-Roth (2000 e 2009), Fernandes (2008), Bernardino (2007), Smaniotto (2010), Zanutto ([s.d.]), Ramos (2009), bem como a emergência de alguns de seus gêneros em Motta-Roth (2000a), Bezerra (2006) e Silva e Bessa (2011). Devido ao fato de os autores considerarem um ou outro aspecto do gênero analisado, a bibliografia disponível, muitas vezes, nos oferece uma visão bastante fragmentada desse gênero. Além disso, os cursos parecem contribuir apenas para um esclarecimento de características mais comuns dos gêneros que frequentemente circulam no universo acadêmico, como artigo, resumo, resenha, projeto de pesquisa, seminário e comunicação oral, deixando outros gêneros fora desse escopo e/ou não distinguindo alguns gêneros de maneira substancial.

Um gênero que tem sido comumente esquecido por cursos e pesquisas é o ensaio acadêmico, que, apesar de aparecer em algumas revistas (na revista da área de Letras, *Linguagem em (Dis)curso*, por exemplo) não conta com produção e publicação expressivas, como acontece com outros gêneros, além de aparecer, às vezes, denominado como artigo. Embora haja trabalhos que já tenham se dedicado à pesquisa de escrita acadêmica (MOTTA-ROTH, 1995; FIGUEIREDO; BONINI, 2006; SILVEIRA, 2012), os estudos publicados sobre o ensaio, além de serem incipientes, não contribuem para que possamos compreender os limites entre esse gênero e o artigo.

² A Universidade Federal do Piauí já realizou três edições do curso, desde 2010 (<<http://www.ufpi.br/noticia.php?id=17443>>). O curso de Letras da Universidade Integrada da Grande Fortaleza promoveu um curso sobre gêneros acadêmicos em 2011 (<<http://letrasfgf.blogspot.com.br/2011/03/curso-ead-sobre-generos-academicos.html>>). O Programa de Educação Tutorial do curso de Letras da Universidade Federal de Campina Grande também ofereceu, em 2011, a segunda edição do curso sobre gêneros.

A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte (SEC/RN), por meio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também oferece um curso sobre gêneros para docentes, visando à articulação entre teoria e prática (<<http://www.descomplicandoalingua.com.br/curso-generostextuais>>).

Na Bahia, o Instituto de Educação e Tecnologias disponibiliza o curso com carga horária de 15 horas (<http://www.cursonet.com.br/generos_textuais.php>).

O ensaio, principalmente, é um dos gêneros acadêmico-científicos que costumam suscitar muitas dúvidas. Por isso, a obscuridade quanto à produção desse gênero pode estar relacionada à dificuldade que os alunos e pesquisadores têm de diferenciá-lo do artigo científico. Tal confusão é alimentada pelo próprio mercado editorial brasileiro, uma vez que as revistas³ de publicação na área de Letras, por exemplo, lidam com o ensaio e com o artigo acadêmico como se eles fossem do mesmo gênero. Essa realidade nos motiva a pensar no ensaio como um gênero, cujas características linguístico-discursivas são pouco conhecidas, o que justifica a necessidade de mais estudos para que possamos não somente reconhecer tais aspectos, como também, e principalmente, reconhecer o valor social desse gênero. Desse modo, nosso estudo referente à análise dos gêneros ensaio e artigo se mostra relevante quando há a comparação entre eles, a fim de demonstrar aproximações e distanciamentos entre ambos.

Considerando esses e outros aspectos relacionados tanto à produção quanto à recepção dos gêneros acadêmicos, entendemos que o interesse pela pesquisa de gêneros da esfera acadêmica é relevante, posto que, a partir dele, é possível: i) contribuir para a caracterização e, consequentemente, para a distinção dos gêneros ensaio acadêmico/artigo científico; e ii) contribuir para que os alunos de graduação, principalmente, percebam que esses dois gêneros podem ser importantes para o desenvolvimento de sua capacidade de articular, discutir e aplicar conhecimentos teóricos, e, por consequência, para a sua inserção nas práticas acadêmicas e científicas. Para isso, os discentes têm de perceber que eles precisam conhecer o discurso acadêmico apreendido no ambiente universitário. Nesse sentido, participar da esfera de atividades acadêmicas significa (re)conhecer as práticas discursivas existentes no âmbito científico-acadêmico.

Partimos do pressuposto de que ensaio e artigo, apesar de muitas vezes serem tomados como o mesmo gênero, são práticas diferentes que se situam na mesma comunidade científica. Essa conclusão decorre do fato de entendermos que os dois gêneros citados, por terem propósitos comunicativos diferentes e características organizacionais e discursivas distintas, ainda que possam ser sutis, apresentam regularidades específicas a cada prática social que os circunscreve, ainda que haja algumas aproximações, o que os legitima como gêneros distintos. Essa compreensão nos orientou para o estabelecimento das seguintes questões de pesquisa:

- a) É possível identificar características prototípicas nos ensaios e nos artigos que permitem o reconhecimento de ambos os gêneros?

³ Algumas dessas revistas são *Em tese* (UFMG), *Em Pauta* (UFRG) e *Estudos da Linguagem* (UFMG).

- b) Qual é a configuração linguística e discursiva desses gêneros?
- c) Pode-se verificar diferenças compostionais entre o ensaio e o artigo? Em caso afirmativo, quais seriam essas diferenças?
- d) Há aspectos que fazem com que o ensaio e o artigo possam ser confundidos? Quais?

Ao considerar essas questões de pesquisa, estabelecemos o **objetivo geral** descrever e analisar comparativamente os gêneros ensaio e artigo acadêmicos, com vistas a apresentar elementos que possam contribuir para a individualização de cada um. Os **objetivos específicos** foram: a) analisar o gênero ensaio sob três critérios, a infraestrutura textual, os mecanismos enunciativos e a estrutura textual; b) analisar o gênero artigo sob três critérios – infraestrutura textual, mecanismos enunciativos e estrutura textual; c) levantar semelhanças e diferenças entre ambos os gêneros.

Para a realização do estudo, analisamos 20 artigos e 20 ensaios publicados em periódicos que circulam no Brasil, obedecendo à classificação atribuída pela própria revista quanto ao gênero. Entendemos que tais veículos de pesquisa possuem o poder de legitimar, em certo grau, os gêneros acadêmico-científicos.

No que tange à seleção do *corpus*, priorizamos revistas *online* da área de humanas ou revistas interdisciplinares, publicadas entre 2001 e 2013, que têm o indicador de qualidade com classificação *Qualis A* e *B*, avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão nacional que visa a excelência científica. Esse critério de seleção dos textos assegura a qualidade e a seriedade dos textos que compõem o nosso *corpus*.

Os procedimentos para a análise foram os seguintes:

- a) Análise da arquitetura textual de ambos os gêneros (BRONCKART, 2006), no que se refere a dois níveis do folhado textual (infraestrutura e mecanismos de enunciação);
- b) Análise da estrutura textual dos gêneros, tomando como aporte construtivo Silveira (2012);
- c) Análise comparativa do ensaio e do artigo, com base nos dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da caracterização de ambos os gêneros.

Para cumprir as metas estabelecidas, em consonância com a metodologia adotada, dividimos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos e discutimos algumas das principais visões sobre os gêneros discursivos existentes na literatura científica e que se relacionam aos interesses desta pesquisa. No segundo, trazemos à discussão o discurso científico e os gêneros que constituem o foco do estudo. No terceiro, apresentamos o *corpus* e os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. No quarto,

procedemos à análise dos dados e, finalmente, apresentamos as conclusões às quais chegamos.

CAPÍTULO I – PERSPECTIVAS DE GÊNERO DO DISCURSO

Pela complexidade e diversidade de conceitos e desenrolamentos, a questão dos gêneros ultrapassa o campo da Linguística Textual. Exemplo disso é o fato de outras áreas que se dedicam ao estudo da linguagem e interação humana explorarem tal aspecto, o que fez com que o tema encontrasse “seu momento oportuno” (CANDLIN, 1993 apud BHATIA, 1993).

Pensando na diversidade dos trabalhos sobre gêneros e na contribuição que muitos deles podem fornecer para este trabalho, neste capítulo abordaremos algumas concepções de gênero e de análise de texto. Discorremos acerca da visão de Bakhtin sobre os gêneros, autor que tem sido referido como o precursor da teoria de gêneros do discurso na área dos estudos linguísticos. Tal referência se torna imprescindível, bem como a teoria de análise textual do sociointeracionismo discursivo de Bronckart.

Nesses termos, as perspectivas apresentadas são diferentes, podendo, de acordo com as intenções de análise, resultar em implicações e desdobramentos também distintos – vale ressaltar que elas não são radicalmente opostas. Nesse sentido, ao considerarmos as questões de pesquisa, os objetivos e a metodologia deste estudo, podemos dizer que as perspectivas supramencionadas se complementam.

1.1 Os gêneros do discurso

No prefácio da obra *Analysing genre: language use in professional settings*, de Bhatia (1993), Clandin já nos chama a atenção para a atualidade e efervescência do interesse de várias áreas do conhecimento que estudam os gêneros e a sua relação com a linguagem e as relações humanas.

O que há com o termo e com a área de estudos que ele representa, para que atraia tanta atenção? O que lhe permite agrupar sob o mesmo abrigo terminológico críticos literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, especialistas em tradução automática, linguistas computacionais e analistas do discurso, especialistas em Inglês para Fins Específicos e professores de língua? O que é isso que nos permite reunir, sob o mesmo rótulo, publicitários, especialistas em comunicação empresarial e defensores do Inglês Comum? (CANDLIN, 1993 apud BHATIA, 1993).

Desse interesse surgiram várias perspectivas de estudos dos gêneros, cada uma focada em aspectos particulares das entidades citadas. Faz-se necessário, pois, apresentar as perspectivas teóricas nas quais nos apoiamos para a realização desta pesquisa.

Por considerarmos a linguagem humana como resultado da interação social que se realiza materialmente nos diversos gêneros discursivos, podemos dizer que as atividades linguísticas são constituídas textual e discursivamente. Dessa forma, entendemos que o enunciado, como unidade global da comunicação (BAKHTIN, 2006), veicula possibilidades de construção de sentido a partir de uma articulação entre aspectos sociais, culturais e históricos que vão além da materialidade linguística e que se constituem como os gêneros de discurso.

O enunciado, segundo Bakhtin (2003), ao se constituir desses diversos aspectos, caracteriza-se por suas funções comunicativas, cognitivas, contextuais, institucionais e por elementos linguísticos e discursivos. Nessa condição, ele possui formas relativamente estáveis que atuam conforme as condições de interação; portanto, o conceito de gêneros discursivos provém da diversidade de enunciados, realizados pela interação, construídos ao longo do tempo em determinados contextos sociais e históricos à medida que efetuam diferentes práticas sociais. O gênero realiza algo por meio da linguagem, cumpre uma finalidade e constitui os sujeitos de linguagem; nesse sentido, sempre que produzimos textos orais ou escritos, praticamos ações por meio de gêneros.

Para Marcuschi (2010, p. 20), “[...] os gêneros se caracterizam muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais”, característica que os torna dificilmente identificáveis quanto à sua definição formal. Ainda de acordo com o autor, os gêneros devem “[...] ser contemplados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sociodiscursivas” (*ibidem*).

Pelo fato de o gênero se realizar por meio de enunciados, mas se materializar em textos, e com a crescente elaboração e publicação de trabalhos que tratam de gênero, não raro há uma utilização indiscriminada entre gêneros do **discurso** e gêneros de **texto**. A terminologia aqui adotada baseia-se, sobretudo, nos estudos epistemológicos de gênero que se referenciam à obra bakhtiniana, cuja noção de discurso considera “[...] a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da linguística, obtido por meio da abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso” (BAKHTIN, 1997, p. 181). Dessa consideração emerge a impossibilidade de

dissociação da língua e de seus falantes e de seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos (RODRIGUES, 2005).

Rojo (2005), em seu trabalho *Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas*, traz à baila diversos pesquisadores que estudam os gêneros e contrasta seus trabalhos em busca de uma distinção. Em termos gerais, a autora evidencia duas vertentes: a primeira, *a teoria dos gêneros do discurso*, centrada no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos em seus aspectos sócio-históricos, isto é, na seleção de aspectos da materialidade linguística determinadas pelos parâmetros da situação de enunciação com enfoque na produção de significações; e a segunda, *teoria dos gêneros de textos*, dedicada à descrição da materialidade textual, equivalente à estrutura ou forma composicional com noções da Linguística Textual e que integram a composição dos textos (ROJO, 2005, p. 185-186).

A vertente textual, que também nasceu do diálogo com a obra bakhtiniana, lida com conceitos como os de **tipo textual, gênero textual e domínio discursivo** (MARCUSCHI, 2002), e dilui a fronteira entre gênero e texto ao tratar aquele como um *nome social* para o texto.

Definir gênero textual como “*noção vaga para referir textos materializados*” – mesmo que adiante vá se fazer referência a *famílias de textos* – implica diluir a fronteira entre *gênero* e *texto* de tal maneira que o texto aparece como um *evento ou acontecimento linguístico* pertencente a uma *família de textos* que tem por designação social um (nome de) *gênero*, acompanhado de sua representação (noção) de base social. Apesar do dialogismo com as vozes bakhtinianas apontado acima, esse tipo de definição está bastante distante da visão de enunciado ou texto como *produto material (materialização)* de um *universal igualmente concreto* que é o *gênero* (ROJO, 2005, p. 188).

Outra característica dessa vertente que evidencia a diluição entre os conceitos de **texto e gênero** e que se distancia das posições bakhtinianas se refere ao hibridismo dos gêneros. Para Bakhtin (1988, p. 110), a construção híbrida se apresenta quando um “[...] enunciado que, segundo índices gramaticais (sintáticos) e compostoriais, pertence a um único falante, mas onde, na realidade, estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas ‘linguagens’, duas perspectivas semânticas [...]”. Nesse excerto, o autor atribui ao hibridismo maneiras diferentes de expressão, o que aponta para o plurilinguismo. Enquanto isso, Marcuschi (2002) considera a construção híbrida de um ponto de vista funcional, a qual denomina *intertextualidade intergêneros*, em que um gênero passa a exercer a função de outro.

Para Marcuschi (2010, p. 25), “[...] o texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos”. Os gêneros, por sua vez, “[...] são entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdos” (MARCUSCHI, 2008, p. 159) – eles não podem ser distinguidos apenas linguisticamente, mas funcionalmente, pois são designações sociorretóricas. A denominação **gênero textual** parece-nos apenas um papel taxonômico de textos que ocorrem em situação específica de comunicação, diferentemente da posição bakhtiniana, em que:

Ao descrever um (*corpus de*) enunciado(s) ou texto(s), essa é a busca do analista bakhtiniano: a busca da significação, da acentuação valorativa e do tema, indiciados pelas marcas linguísticas, pelo estilo, pela forma composicional do texto. Talvez por isso a designação *gêneros do discurso*⁴. Ao contrário, na abordagem até aqui descrita – a de *gêneros textuais* – parece ser interessante fazer uma descrição mais propriamente *textual*, quando se trata da materialidade linguística do texto; ou mais funcional/contextual, quando se trata de abordar o gênero, não parecendo ter sobrado muito espaço para a abordagem da significação, a não ser no que diz respeito ao “conteúdo temático” (ROJO, 2005, p. 189).

Adam (1990) tenta mostrar a complementaridade dessas duas vertentes ao colocar que uma delas, a discursiva, incorpora a outra (vertente textual) e que, a esta última, cabe a descrição macro e microlinguística gramatical, de estilo e de composição. É nesse sentido que utilizaremos a expressão **gêneros do discurso**, uma vez que, para atingirmos os objetivos propostos, teremos de recorrer não somente a uma análise textual-descritiva, mas textual-discursiva. Consideramos, pois, tal qual Bakhtin (2003), o gênero de discurso como um objeto real, concreto, construído no dialogismo, na interação de diversas esferas sociais com seus valores ideológicos por meio de uma textualidade própria determinada não só por condições de produção, mas também por elementos textuais e discursivos definidores que o tornam passíveis de um (re)conhecimento. Nossa posição corrobora com a afirmação de Rojo (2005), no sentido de que a análise discursiva subsume a análise textual.

1.2 Os gêneros, segundo Mikhail Bakhtin

Bakhtin (2006, p. 282) discorre que a linguagem é realizada por meio de gêneros, “[...] enunciados que possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção* do

⁴ Grifos da autora.

todo”, dos quais dispomos de um abundante repertório. Os gêneros do discurso são tão naturais à linguagem humana que “*Em termos práticos*, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas *em termos teóricos*, podemos desconhecer a sua existência” (grifos do autor). Moldamos o discurso desde o bate-papo mais descontraído até formas menos flexíveis, plásticas e criativas, como gêneros institucionais, que são mais padronizados. Isso nos permite equiparar a maneira como o gênero nos é dado com a forma com a qual nos é mostrada a língua materna antes de seu estudo teórico na vida escolar: aprendemos os gêneros, assim como a língua, a partir do discurso vivo que se concretiza com a convivência social.

Nós aprendemos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa a construir enunciados [...] (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 283).

Dessa forma, os gêneros discursivos podem ser considerados como organizadores do nosso discurso, pois à medida que falamos, o fazemos por meio de enunciados que se adaptam tanto à situação de comunicação em que acontecem quanto ao conteúdo que veiculam, à função que pretendem exercer, à intenção comunicativa dos interlocutores e aos seus aspectos linguísticos prototípicos.

O conceito de gêneros do discurso de Bakhtin aparece, como referência principal, no *Adendo de Estética da criação verbal* (2006, mas também em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1981), *O método formal nos estudos literários* (1991), *Problemas da poética de Dostoiévski* (1997) e em outros textos. Por isso, é muito comum encontrarmos citações desse autor relacionadas à conceituação dos gêneros do discurso:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que é claro, não condiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de **enunciados** (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, **mas, acima de tudo, por sua construção composicional**⁵. Todos esses três elementos – o **conteúdo temático**, o **estilo, a construção composicional** – estão indissoluvelmente ligados no todos do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado

⁵ Grifo nosso.

particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominados *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003 [1952-1953], p. 261-262).

Esses *tipos relativamente estáveis* de enunciados são as formas estabilizadas sócio-historicamente que nos servem nas mais variadas esferas de comunicação da vida social, mas que sofrem atualizações por possuírem uma elasticidade que permite alterações em tais formas. Sendo assim, a concepção de Bakhtin não é estática, pois esse autor reconhece que os gêneros são suscetíveis às mudanças e transformações, condicionadas ao comportamento de linguagem e às novas práticas sociais; logo, os gêneros são tão variados quanto a própria atividade humana.

A heterogeneidade dos gêneros, segundo Bakhtin (2003 [1976], p. 263), dificulta o trabalho essencial de identificação da natureza geral do enunciado, considerado pelo autor como a *unidade real da comunicação discursiva* (p. 269), e que pode ser de dois subtipos, conforme sua natureza: os gêneros primários e os gêneros secundários. Os primeiros formam as condições de comunicação mais imediatas, são mais simples e naturais, porque se dão em ambientes de comunicação cotidianos, e se relacionam com os enunciados reais alheios como o diálogo, o telefonema e o *chat*. Os segundos são aqueles que surgem em situações mais elaboradas de uso da linguagem e num contexto cultural mais desenvolvido e organizado, na investigação das relações da língua com a vida – eles não possuem vínculo imediato com os enunciados alheios, mas incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, a exemplo do romance, dos gêneros publicitários e da pesquisa científica.

Bakhtin (2003 [1976], p. 268) defende uma visão historicista e interacionista dos gêneros ao afirmar que eles “[...] refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social” e que os enunciados⁶ são o meio de interligação entre a história da sociedade e a da linguagem. Desse modo, podemos afirmar que os gêneros estão intrinsecamente ligados a situações sociais de interação e que essas entidades possuem tanto aspectos linguístico-textuais como fatores sociais e discursivos que, por sua regularidade numa determinada função comunicativa de determinado campo, exerce, pela sua relativa estabilidade, um papel de referência para interações do mesmo tipo.

Nesse entremeio, Bakhtin (2003 [1976]) caracteriza os gêneros pelo **conteúdo ou tema**, que são os conteúdos que se tornam comunicáveis por meio dos gêneros; pelo **estilo verbal**, que são as configurações linguísticas específicas e os traços da posição enunciativa do

⁶ O enunciado é concreto e único, pois, na medida em que se realiza, constitui a unidade real da comunicação. Para Bakhtin, os gêneros discursivos são tipos de enunciados.

locutor e da forma composicional do gênero; e pela **organização composicional**, que são os elementos das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos que pertencem ao gênero.

Um dos conceitos fundamentais para compreender os gêneros do discurso, segundo Bakhtin, é a *posição responsiva do sujeito*:

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta (BAKHTIN, 2003 [1951-1952], p. 272).

Todo enunciado, como *unidade real* da comunicação discursiva, constitui-se de uma natureza responsiva, ainda que não seja imediata. O sujeito comprehende ativamente e enuncia em resposta a outras enunciações anteriores e alheias à sua pelo fato de ele não ser o primeiro a enunciar; sendo assim, “[...] cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003 [1951-1952], p. 272). Em outras palavras, os gêneros existem em cadeias de gêneros “familiares”, pertencentes a uma mesma esfera de comunicação.

O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam as enunciações pelo seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, elas possuem como unidades de comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo *limites* absolutamente precisos (BAKHTIN, 2003 [1951-1952], p. 274).

Ao verificar que o enunciado possui como limite o que o autor chama de *alternância dos sujeitos do discurso*, podemos dizer que todo enunciado é constituído de princípio e fim absolutos, à medida que se realizam e que os sujeitos se alternam na enunciação. Essa alternância confere limites aos enunciados, tornando-os unidades reais em relação com outras unidades reais de comunicação precedentes e posteriores na cadeia discursiva. Poderíamos pensar, então, que o enunciado não tem uma conclusão, apesar de sua forma, enquanto texto, ser finita?

Bakhtin postula sobre uma segunda peculiaridade do enunciado para responder a essa questão. Segundo o autor, o enunciado possui um princípio de *conclusibilidade*, embora este

esteja relacionado a uma cadeia de enunciados. Segundo o autor, “[...] a *conclusibilidade* do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (BAKHTIN, 2006, p. 280); isso torna a *conclusibilidade*, em qualquer grau, necessária para responder ao enunciado.

Um dos critérios da *conclusibilidade* diz respeito ao fato de o enunciado ser passível de resposta, de se tomar uma posição responsiva em relação a ele. Tanto os gêneros primários (diálogo e telefonema, por exemplo) quanto os secundários (gêneros do discurso científico, com o qual se pode concordar ou discordar) suscitam uma resposta.

A possibilidade de se responder a um enunciado é motivada por três fatores: 1) exauribilidade do objeto e do sentido, que é bastante diversificada de acordo com a esfera de comunicação humana, pois, em certos contextos como o científico, a exauribilidade é muito relativa e concerne aos objetivos de um estudo; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante, que diz respeito à *intenção discursiva* do falante, à capacidade de imaginar o que o sujeito quer dizer e, a partir disso, delimitar o enunciado; e 3) formas típicas composicionais e de acabamento do gênero, determinadas pela vontade discursiva do sujeito, considerando a especificidade da esfera de comunicação, do conteúdo temático, da situação real de comunicação e dos sujeitos participantes.

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico-objetal. A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros do discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais (BAKHTIN, 2006, p. 289).

Bakhtin considera o enunciado como um elo discursivo, e o gênero, um elemento de “acabamento” do enunciado, que marca seus limites. Todavia, como delimitar a estabilidade relativa de um gênero tendo isso em consideração? Rodrigues (2005) responde a essa questão, ressaltando a relação histórica do gênero, ou seja, a partir do momento em que os gêneros são constituídos dialeticamente, eles exercem um efeito “normativo” sobre as interações verbais, o que os tornam produtos culturais, modos históricos e sociais de dizer (FARACO, 2003). Nesse sentido, os gêneros são atividades sociais de linguagem, modos de significar o mundo.

A visão bakhtiniana considera o enunciado como a unidade real concreta da comunicação e os gêneros como modos sociais de ação que organizam e significam a

interação, que não podem ser tomados como uma mera combinação das formas da língua. Os gêneros são “[...] ‘índices’ sociais para a construção do enunciado” para o locutor e representam um “[...] horizonte de expectativas (de significação), indicando, por exemplo, a extensão aproximada da totalidade discursiva, sua determinada composição, bem como os aspectos da expressividade do gênero e do enunciado” (RODRIGUES, 2005, p. 166).

1.3 Os gêneros, segundo Jean-Paul Bronckart

Nesta seção, apresentamos a visão de Bronckart sobre os gêneros e o estudo desenvolvido pelo autor que será tomado como referencial para a nossa pesquisa. Para compreender a posição do pesquisador, recorremos a conceitos elementares de sua teoria e, depois, atentaremos para o recorte que constitui nosso paradigma metodológico.

Jean Paul Bronckart, ao apresentar em sua obra *Atividade de linguagem, texto e discurso* (2009) um quadro teórico e metodológico para analisar processos de ação na produção textual, não desenvolve um conceito de gênero que lhe possa ser atribuído de maneira isolada de outros conceitos já difundidos, e seu conceito de gênero deve ser visto contextualizado ao trabalho do grupo de estudiosos da psicologia da linguagem e da didática de línguas (MACHADO, 2005, p. 237). Seu trabalho pertence ao quadro epistemológico das Ciências Humanas/Sociais, especificamente no campo da psicologia da linguagem e da didática de línguas, e conta com as contribuições de Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly para construir o quadro do interacionismo sociodiscursivo (ISD).

Bronckart não desenvolve uma teoria sobre o desenvolvimento humano a partir da atividade de linguagem e cujo método se baseia na análise de texto e não de gênero. Apesar disso, entendemos que o modo como ele concebe a linguagem e a proposição do folhado textual (que contempla os aspectos discursivos) possibilitam uma análise profícua de acordo com os objetivos da pesquisa. Por isso, o estudioso se ampara em diversas pesquisas, dentre eles, os que mais interessam para esta pesquisa são os de Bakhtin (2006) e Adam (1992).

Para discutir as ideias do autor sobre texto e gênero, devemos contextualizar o lugar ocupado por Bronckart no campo dos estudos acerca dos gêneros e mencionar os pressupostos implicados em suas ideias. Primeiro, é preciso considerar a “etiqueta” de psicologia da linguagem, geralmente considerada subdisciplina da Psicologia, cujos cernes de investigação são o funcionamento e a gênese das condutas de linguagem.

Bronckart (2006) possui uma concepção diferente da que se possa esperar, se levarmos em conta as demais “subáreas” da psicologia. Para o autor:

[...] a linguagem não é (somente) um meio de expressão de processos que seriam estritamente psicológicos (percepção, cognição, sentimentos, emoções), mas que é, na realidade, o instrumento fundador e organizador desses processos, em suas dimensões especificamente humanas. Isso significa dizer que, no homem, as *funções psicológicas superiores*⁷ (ou os processos de pensamento acessíveis à consciência) e as *condutas ativas* que a elas estão associadas são o resultado da *semiotização* de um *psiquismo primário*, herdado da evolução (e globalmente análogo aos dos mamíferos superiores). Consequentemente, nosso trabalho filia-se a uma abordagem global e tendencialmente unificada do funcionamento psicológico, que toma como unidades de análise a *linguagem*, as *condutas ativas* (ou o “*agir*”) e o pensamento consciente [...] (BRONCKART, 2006, p. 122).

Ao se valer da posição interacionista social de Vygotsky para desenvolver seu interacionismo sociodiscursivo, Bronckart afirma que o interacionismo social “[...] é uma corrente que visa validar, no plano científico, uma concepção do estatuto do ser humano, cujos fundamentos se situam na obra magistral de Spinoza e que foi reforçada pelas sucessivas contribuições de Darwin, Hegel e Marx/Engels” (BRONCKART, 2006, p. 122-123). À Darwin se atribui a contribuição dos elementos empíricos iniciais para uma continuidade da evolução das espécies vivas; à Hegel, os processos históricos, pelos quais as atividades de trabalho e de linguagem produzidas nas sociedades humanas levaram, num processo solidário e dialético, à emergência do pensamento consciente humano e à construção dos mundos de obras e de culturas impregnados de significações sociais; Marx e Engels, por sua vez, fornecem a base para a compreensão de que as atividades de linguagem são indissociáveis e sob as quais ocorre a organização social das atividades. De acordo com Bronckart (2006, p. 126), Marx e Engels propuseram um esquema de antropogênese:

- a) As capacidades biocomportamentais específicas dos organismos humanos tornaram possível a elaboração de atividades coletivas assim como de instrumentos para sua realização concreta (as ferramentas manufaturadas) e para a sua gestão global (os signos de linguagem); b) essas atividades coletivas instrumentalizadas produziram o mundo econômico, o social e o semiótico, que passaram a constituírem-se como uma parte específica do meio ambiente do ser humano; c) foi o encontro com as propriedades radicalmente novas do meio e, depois, sua apropriação e interiorização pelos organismos singulares que, progressivamente, transformaram o psiquismo herdado da evolução e que possibilitaram a emergência do pensamento consciente em seu estado atual (BRONCKART, 2006, p. 123).

⁷ Grifos do autor.

Essas ideias evidenciaram a indissociação das organizações sociais das atividades, de regulação dessas atividades pela linguagem e de desenvolvimento para as capacidades cognitivas humanas. Surgia, nesse ínterim, o interesse pela investigação das interações humanas e por suas organizações em atividades mediadas a partir de produções verbais coletivas.

Bronckart, para melhor demonstrar a posição interacionista que se apropria, traz para a discussão o trabalho de Voloshinov (1929/1977), cujo intuito era o questionamento sobre o estatuto e as condições da ideologia, que, na visão desse autor, se remeteu ao próprio estatuto e às condições da constituição do pensamento consciente humano. Voloshinov fundamenta seu trabalho em três grandes princípios: i) toda produção ideológica é de natureza semiótica; ii) os “signos-ideia” são provenientes da atividade de uma consciência coletiva; iii) todo discurso interior, todo pensamento, apresenta um caráter social, semiótico e dialógico (VOLOSHINOV, 1929/1977, p. 127).

Considerando tais princípios, Voloshinov pretendia desvendar as condições do pensamento consciente, as condições e os processos de interação social, as formas de semiotização dessas interações e a organização das unidades-signo. No entanto, esse trabalho, assim como o interacionismo em si, permaneceu “congelado” durante décadas, enquanto se vivia quase globalmente uma “onda” de positivismo. É nesse contexto de novos estudos sobre Vygotsky que ressurgem várias ideias, dentre as quais se destacam as de Bronckart, que se lança nesse novo quadro geral, chamado de interacionismo sociodiscursivo que, por sua vez, articula três níveis de análise.

Nesse contexto, o primeiro nível se refere às dimensões da vida social que se constituem como construtos históricos: a) as formações sociais; b) as atividades coletivas em geral; c) as atividades de linguagem; e d) as estruturas de conhecimento coletivo. O segundo nível se relaciona aos processos de mediação formativa, em processos de inserção dos seres humanos aos pré-construídos de seu ambiente social. O nível terceiro concerne aos efeitos dessa inserção dos indivíduos, que se subdivide em duas problemáticas: de condições de transformação do psiquismo sensório-motor, das condições de desenvolvimento das pessoas e das suas capacidades ativas (BRONCKART, 2006, p. 129).

O “agir”, na teoria proposta por Bronckart (2006, p. 137), ocupa papel central em seus estudos, principalmente o agir coletivo, pois é nesse âmbito que se constroem as estruturas e os conteúdos de pensamento consciente.

O termo **agir** tem, para nós, um sentido genérico: ele designa qualquer comportamento ativo de um organismo. Se todas as espécies mostram a existência de formas de agir socializado e, principalmente, de um agir comunicativo (visando aos congêneres de cada espécie), a espécie humana é, aparentemente, a única a ter operacionalizado um agir comunicativo verbal, mobilizando signos organizados em *textos*, que lhe permitam construir um espaço *gnoseológico*, ou seja, mundos de conhecimentos que podem se tornar autônomos em relação às circunstâncias individuais da vista, que podem se acumular no curso da história dos grupos. Portanto, para essa espécie em particular, é necessário distinguir, por princípio, um agir não verbal, que chamamos de *agir geral*, e um agir verbal, que chamamos de *agir de linguagem*.

A realização efetiva das propriedades linguísticas que constituem uma atividade de linguagem se dá sob a forma de textos, os quais podem “[...] ser definidos como os correspondentes empíricos/linguísticos das atividades de linguagem de um grupo, e um texto como correspondente empírico/linguístico de uma determinada ação de linguagem” (BRONCKART, 2006, p. 139).

Os textos são produzidos pela operacionalização de mecanismos estruturantes heterogêneos e frequentemente facultativos, que exploram recursos linguísticos por vezes em concorrência. E toda confecção de texto implica consequente e necessariamente escolhas, relativas à seleção e à combinação dos mecanismos e de suas modalidades linguísticas de realização. Nessa perspectiva, os **gêneros de textos** constituíam os produtos de configurações de escolhas entre as possíveis, que são momentaneamente estabilizadas pelo uso, escolha que emerge do trabalho que realiza as formações sociodiscursivas para que os textos sejam adaptados às atividades que eles praticam, adaptados a um meio comunicativo dado, eficazes em face a tal aposta social, etc. (BRONCKART, 2006a, p. 13).

Os gêneros mudam no decorrer da história das formações sociodiscursivas, uma vez que os conhecimentos construídos sobre eles se relacionam às representações que o ser humano tem sobre diversas situações sociais. Além disso, eles podem se separar das motivações que lhe originaram e se tornar autônomos, disponíveis para serem utilizados para outros fins. Bronckart (2006, p. 144) assevera que os gêneros são “[...] objeto de avaliações, ao término das quais eles se encontram afetados (nas representações coletivas) por diversas indexações”, como indexação referencial, ao se tratar da atividade que o texto pode comentar, ou cultural, ao discorrer sobre o valor social do domínio de um gênero.

Assim, para Bronckart (2006), não se pode estabelecer uma relação direta entre agir de linguagem e gêneros de textos, assim como não é possível uma classificação estável e definitiva dos gêneros em função de sua heterogeneidade e da natureza facultativa de elementos que contribuem para a construção da textualidade. De fato, o foco de análise do

autor serão os textos, e não os gêneros, pois aqueles, segundo o autor, possuem uma **arquitetura textual** que deve ser analisada em conjunto com os parâmetros físicos e sócio-subjetivos relativos aos diferentes elementos como emissor, objetivos, destinatário, lugar de interação etc.

O modelo de arquitetura textual, ao qual o autor se refere, é constituído por uma organização interna, denominada “folhado textual”. Conforme essa concepção metafórica, para tratar dos níveis textuais, o texto seria composto por três camadas em sobreposição: a infraestrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. A seguir, apresentamos a visão geral da arquitetura textual e, *a posteriori*, faremos o recorte metodológico que será utilizado nesta pesquisa.

A primeira camada, **infraestrutura geral do texto**, considerada por Bronckart como o nível mais profundo, organiza o plano geral da ação de linguagem realizada no texto. Nessa camada, relacionam-se:

- a) o conteúdo temático: conjunto de informações que se constituem como representações construídas pelo agente-produtor e apresentadas em um texto;
- b) os tipos de discurso que o texto comporta: conceito base da teoria de Bronckart, designa as diferentes formas de organização linguística, em número limitado, com os quais são compostos diversos gêneros e que determinam a infraestrutura do texto. É por meio dos tipos de discurso que podem ser identificadas as regularidades de organização e de marcação linguística. Há quatro tipos de discurso: interativo, relato interativo, teórico e narração;
- c) as sequências (ADAM, 1992) que aparecem na constituição dos tipos discursivos: modos de planificação convencionais. São as sequências narrativas, explicativas, argumentativas, dialogais, descriptivas, injuntivas.

A segunda camada do folhado textual, **mecanismos de textualização**, ocupa nível intermediário e diz respeito aos organizadores textuais, elementos responsáveis pelo estabelecimento da coerência temática do texto. Os mecanismos de textualização estão relacionados à linearidade do texto, formando articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais. Os mecanismos são três:

- a) a conexão – constituída por organizadores textuais que podem ser aplicados ao plano geral do texto, à transição entre tipos de discurso, entre fases das sequências etc.;
- b) a coesão nominal – constituída, sobretudo, por elementos constituintes dos processos anafóricos no espaço textual;

- c) a coesão verbal – constituída por elementos mantenedores da organização temporal e/ou hierárquica de processos (estado, acontecimento, ação).

Na terceira camada encontram-se os **mecanismos enunciativos**, elementos responsáveis pela manutenção da coerência pragmática do texto. Eles determinam as características do intertexto, da língua natural e do contexto global da ação de linguagem, incluindo o modo de produção. Convém salientar que os mecanismos enunciativos contribuem para a arquitetura do texto ao explicitarem:

- a) os posicionamentos enunciativos ou as vozes expressas no texto, que se relacionam tanto às posições do produtor quanto às condições de produção e recepção do texto;
- b) as modalizações, que, segundo Bronckart, cumprem o papel de demonstrar as avaliações formuladas sobre o conteúdo temático que evidenciam intenções do texto.

Bronckart (2006, p. 134) sustenta, em sua teoria, a ideia de que as relações estabelecidas na *infraestrutura geral do texto* – nas dimensões acionais, textuais, discursivas e sequenciais – se ordenam hierarquicamente. Isso ocorre de forma que, a partir das necessidades de uma situação de comunicação, o gênero se compõe dos tipos de discursos e das sequências, como demonstrado no esquema: situação de ação ↔ gênero de texto → tipo de discurso → tipo de sequência.

É interessante observar que:

[...] os dois primeiros conceitos que sustentam o folhado textual ancoram-se em concepções originárias da Linguística Textual e da Gramática Tradicional, o que explica o fato de os seguidores do Interacionismo sociodiscursivo adotarem a nomenclatura “Gêneros de Texto”, diferentemente de Bakhtin (DIAS, et al., 2011, p. 6).

Em entrevista à revista *ReVel*, em 2006, Bronckart reafirma e explica seu posicionamento sobre o papel do texto no ISD:

À medida que visa a estudar os efeitos das práticas de linguagem sobre o desenvolvimento humano, o ISD precisou forjar uma concepção da organização dessas práticas, sob a forma de textos e/ou de discursos. É a razão pela qual se elaborou, de um lado, um modelo das condições de produção de textos (cf. *entretanto 3, infra*) e um modelo da arquitetura textual, elaborado como indicado ao que se seguiu amplamente diversos trabalhos de linguística ou das ciências do texto (BRONCKART, 2006a, p. 12).

Os textos, tomados como produtos de linguagem de constituição sócio-histórica e de funcionamento constante nas atividades sociais, possuem funções diversas e apresentam

formações de diferentes espécies de texto relativamente estáveis que ficam disponíveis no *intertexto* como modelos (BRONCKART, 2009, p. 100). O conceito de *intertexto* concerne ao “[...] conjunto de gêneros e textos elaborados pelas gerações precedentes, tais como são utilizados e eventualmente transformados e reorientados pelas formações sociais contemporâneas”; ele é uma *nebulosa*, conforme denominação de Bronckart, constituída por espécie de textos, cujos critérios de rotulação e classificação ainda são móveis.

[...] os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis (justificando-se que sejam chamadas de **gêneros de texto**) e que ficam disponíveis no *intertexto* como modelos *indexados*, para os contemporâneos e para as gerações posteriores (BRONCKART, 2009, p. 137).

Bronckart (2009) reconhece o conceito de gênero e de texto, mas diz que não é possível obter uma classificação racional, estável e definitiva dos gêneros pelo fato de, além de serem ilimitados e diversos, não poderem se basear em um único critério objetivável (p. 138). Diante disso, o autor desenvolve a teoria dos **tipos de discurso** como sendo os elementos primários de qualquer gênero, de qualquer texto, e pelos quais se pode identificar regularidades.

Os tipos de discursos são considerados:

[...] *formas linguísticas* que são identificáveis nos textos e que traduzem a criação de **mundos discursivos** específicos, sendo esses tipos articulados entre si por mecanismos de textualização e por mecanismos enunciativos que conferem ao todo textual sua coerência sequencial e configuracional (BRONCKART, 2009, p. 149).

Primeiramente, os mundos discursivos baseiam-se nos dois planos de enunciação diferentes elaborados por Benveniste (1959/1966) em seu estudo dos tempos verbais: o **plano da história**, que relata fatos já ocorridos, sem implicar traços do locutor; e o **plano do discurso**, em que há implicação do locutor na enunciação e, como consequência, a finalidade de influenciar o destinatário. Também colaborou para a teoria dos mundos discursivos de Bronckart a reformulação das oposições entre *mundo narrado* e *mundo comentado*, contribuição de Weinrich.

Bronckart (2009, p. 152-153) propõe, enfim, os mundos da ordem do NARRAR e os da ordem do EXPOR. Esses mundos realizam operações em que as coordenadas do conteúdo

temático podem ou não manter relação com as coordenadas do *mundo ordinário*⁸, real. Quando há relação explícita do conteúdo temático e o *mundo objetivo*, trata-se de mundos da ordem do EXPOR. Se, no entanto, as operações psicológicas não relacionam as diferentes instâncias de agentividade e a inscrição no tempo com parâmetros físicos da ação de linguagem em curso, os mundos são da ordem do NARRAR.

Há um caráter binário no que tange à construção das coordenadas gerais do mundo discursivo que organizam o conteúdo temático e às operações de explicação da relação dos parâmetros da ação de linguagem. Se as coordenadas são apresentadas como **disjuntas** das coordenadas do *mundo ordinário* da ação, ou seja, ancoram sua organização espaço-temporal de forma distanciada da ação de linguagem, pois trazem à baila acontecimentos passados, referem-se ao NARRAR; se são **conjuntas** às ações de linguagem, são acessíveis ao *mundo ordinário* e dizem respeito ao EXPOR.

Quanto à relação com os parâmetros da ação de linguagem, os mundos discursivos podem realizar operações que explicitem “[...] a relação que suas instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação de linguagem” (BRONCKART, 2009, p. 154), isto é, se o texto implica tais parâmetros “[...] ou essa relação não é explicitada, mantendo as instâncias de agentividade do texto uma relação de independência ou indiferença em relação aos parâmetros da ação de linguagem” (Ibidem), o que revela autonomia com os parâmetros de ação.

A partir dessas distinções, são definidos quatro mundos discursivos que podem ser identificáveis por meio das formas linguísticas que os semiotizam:

1. Mundo do expor implicado;
2. Mundo do expor autônomo;
3. Mundo do narrar implicado;
4. Mundo do narrar autônomo.

Bronckart (2009, p. 157) resume a correspondência dos tipos psicológicos⁹ aos mundos discursivos da seguinte maneira:

⁸ Bronckart (2009, p. 34) utiliza da denominação de Habermas sobre os mundos representados como: *mundo ordinário* aqueles representados pelos agentes humanos que, na concepção de Habermas (1987), compreendem o *mundo objetivo, subjetivo e social*; e chama de *mundo discursivo* os *mundos virtuais* criados pela atividade de linguagem.

⁹ O autor distingue tipo linguístico ou discursivo de tipo psicológico. O primeiro designa a semiotização dentro de uma língua, com suas propriedades morfossintáticas e semânticas particulares. O segundo, tipo psicológico, designa essa entidade abstrata que é o tipo de discurso apreendido como uma operação psicológica pura (BRONCKART, 2009, p. 156).

Quadro 1 – Mundos textuais e tipos psicológicos

COORDENADAS GERAIS DOS MUNDOS			
	Conjunção EXPOR	Disjunção NARRAR	
Relação ao ato de produção	Implicação Autonomia	Discurso interativo Discurso teórico	Relato interativo Narração

Fonte: BRONCKART (2009, p. 157).

No quadro acima, podemos ver que os textos do mundo discursivo do expor apresentam conjunção das coordenadas do conteúdo temático expresso com o *mundo ordinário* e podem ou não estarem em consonância com a ação de produção da linguagem, ou seja, serem implicadas ou autônomas à ação de linguagem, pertencerem ao tipo psicológico interativo ou teórico. Os textos do mundo discursivo do narrar, por sua vez, apresentam disjunção das coordenadas do *mundo ordinário* e podem estar em dependência ou não do contexto de enunciação, pertencerem ao relato interativo ou à narração.

Para Brockart, a infraestrutura dos textos, o primeiro nível do folhado textual, compõe os tipos de discurso e as sequências de texto – passemos à compreensão de ambos os conceitos. A infraestrutura é determinada pelos tipos linguísticos ou de discurso, que “[...] são formas de organização linguística, em número limitado, com os quais são compostos, em diferentes modalidades, todos os gêneros” (BRONCKART, 2009, p. 250).

Os tipos são segmentos de texto cujas características em diferentes níveis são capazes de definir uma “natureza” para o texto. Alguns desses níveis são: semântico-pragmático, relacionado ao contexto físico de produção; morfossintático, em que estão presentes unidades linguísticas discriminativas; psicológico, que resulta da interação entre o mundo discursivo e o mundo interacional; planificação, no qual a organização discursiva pode se dar por sequências ou planificações e *scripts*; e, por fim, no nível do texto, em que os segmentos ou o texto por inteiro por ser constituído por: i) um tipo de discurso, como um verbete, que possui apenas discurso teórico; ou ii) vários tipos de discurso que apresentam um discurso como predominante.

Vale ressaltar que os tipos de discurso elementares são quatro: *interativo*, *teórico*, *relato interativo* e *narração*. Machado (2005) nos chama a atenção para equívocos comuns no que concerne à denominação dos tipos de discurso, quando interpretados à luz de outras teorias. Segundo a autora, o primeiro mal entendido se baseia no discurso *interativo*, que não deveria ter o “desdobramento” de *relato interativo*. Sendo assim, o relato seria apenas discurso relato ou discurso interativo, mas não ambos ao mesmo tempo. Machado (2005, p. 243) defende essa separação ao afirmar que o discurso *interativo* apresenta “[...] uma relação

mais estreita entre o mundo discursivo e o mundo da situação concreta de produção". Essa ideia é demonstrada pela autora por meio do exemplo a seguir:

Não quero mais ouvir falar em briófitas e adjacentes... não vou precisar de nada disso, mesmo! Conversa via papel entre Tatininha (eu, com muito prazer!) e Mari. ATENÇÃO... aproveitem cada segundo dessa mensagem [...] (<http://www.banheirofeminino.globo.com>>).

Exemplo de tipo de discurso interativo. Fonte: Machado (2005, p. 244).

As formas verbais e os pronomes do excerto acima implicam a interação entre enunciador e destinatário. Os tempos verbais dispõem os conteúdos verbalizados como se fossem enunciados concomitantemente ao momento da fala. Ambas as características, a relação entre os participantes e os tempos verbais fazem com que esse discurso possa ser considerado do tipo *interativo*. No entanto, Bronckart (2009, p. 187) aponta para a possibilidade de combinações entre os tipos, podendo ocorrer até mesmo a fusão de dois tipos para compor a infraestrutura do texto.

Outra relação equivocada, na visão da autora, sobre os tipos de discurso se refere à implicação de que todo discurso *teórico* se constitui como discurso *científico*, o que necessariamente não acontece. Um exemplo desse tipo de discurso poderia ser um verbete de dicionário sobre um tipo de dança. Nesse caso, o discurso se configura como *teórico* e se baseia em uma descrição, não revelando, portanto, aspectos do que se consideraria científico.

Axexê. s.f. s.f.

Dança de caráter litúrgico, em sufrágio da alma da mãe-de-tereito e assinalada na Bahia. Realizada diante do corpo cercado de velas, estende-se por toda a noite e acompanha o corpo até a sepultura [...] (<<http://www.cf2.uol.com.br/encmusical/listaverbete>>).

Exemplo de discurso teórico. Fonte: Machado (2005, p. 244).

No exemplo acima, pode-se perceber a ausência de participantes da interação, assim como a ausência da marcação de tempo ou lugar de produção, o que torna o enunciado autônomo de seu momento de produção. O tempo verbal empregado, o presente genérico, realiza uma disjunção temporal como se o enunciado fosse feito no momento de leitura, e não há elementos de científicidade, o que o torna um discurso teórico, não científico, como já mencionado.

Os tipos de discurso *relato interativo* e *narração*, também confundidos quanto às suas denominações, são considerados a partir de uma identificação, cuja base seria a organização estrutural. Isso é rebatido por Machado (2005), ao destacar que “[...] podemos ter segmentos

de *relato interativo* e *narração* não organizados em *sequências narrativas*¹⁰” (MACHADO, 2005, p. 243).

A forma verbal e os pronomes indicam interação entre os participantes, enquanto o tempo verbal distancia o momento de produção do enunciado, o que permite caracterizar o exemplo como discurso relato interativo.

Tinha uma relação sexo-sem-compromisso com um cara legal, mas super sem noção das coisas. De repente, ele começou a dizer q me adorava e que queria ficar comigo o tempo todo. Um pouco depois sumiu e não deu mais notícia, só deixou uma msg dizendo que não queria mais nada. [...] Ele é burro ou retardado? (<<http://www.banheirofeminino.globo.com>>)

Exemplo de discurso relato interativo. Fonte: Machado (2005, p. 244).

ACONTECEU em

1912 – Nasce o ator e dançarino americano Gene Kelly.
(<<http://www.uol.com.br/folha/almanaque/23/08/02>>).

Exemplo de discurso narração. Fonte: Machado (2005, p. 244).

Não há qualquer elemento que faça referência ou que pressuponha participantes da interação no exemplo acima, e o tempo verbal indica autonomia temporal do enunciado, mesmo com a marcação do ano, embora não seja a data de produção, e sim de referência ao enunciado. Esse exemplo se configura, portanto, como discurso *narração*.

Podemos resumir as características dos tipos de discurso da seguinte maneira:

Quadro 2– Síntese dos tipos de discurso

TIPO DE DISCURSO	CARACTERÍSTICAS ¹¹
Discurso interativo	<p>É um tipo de discurso dialogado, isto é, organizado por turnos de fala, que remete à interação verbal e apresenta grande quantidade de frases não declarativas. O caráter conjunto implicado no mundo discursivo criado é marcado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempos presente, pretérito perfeito e futuro perifrástico; • Unidades que dizem respeito ao espaço-tempo de interação – ostensivos e dêiticos; • Referências aos protagonistas da interação por meio de nomes, verbos, pronomes e adjetivos com valor exofórico; • Unidades relacionadas ao tipo de mundo discursivo construído (anáforas pronominais, auxiliares de modo – poder, querer, dever, ser preciso etc.); • Densidade verbal elevada; • Densidade sintagmática muito baixa. <p>O discurso interativo caracteriza-se por uma densidade verbal muito elevada e, correlativamente, pela densidade sintagmática bastante baixa.</p>

¹⁰ Grifos da autora.

¹¹ Como se trata de um estudo cujo objeto foi a língua francesa, os referidos tempos verbais nesse idioma foram substituídos pelo seu equivalente na língua portuguesa.

Discurso teórico	<p>É um tipo de discurso monologado e escrito, com ausência de frases não declarativas. O caráter conjunto-autônomo marca-se da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração do seguinte subsistema de tempos verbais: dominância do presente e futuro do pretérito; • Ausência de unidades que remetem diretamente aos interlocutores ou ao espaço-tempo de produção; • Ausência de nomes próprios e de pronomes e adjetivos de primeira e segunda pessoa do singular ou de verbos na primeira e segunda pessoa do singular; • Presença de formas da primeira pessoa do plural, que remetem aos polos da interação verbal em geral, mas não aos protagonistas concretos da interação; • Presença de múltiplos organizadores com valor lógico-argumentativo; • Presença de numerosas modalizações lógicas e dos auxiliares de modo “poder, dever, querer”; • Exploração de procedimentos de focalização de certos segmentos do texto, assim como procedimentos de referência a outras partes do texto ou ao intertexto científico; • Presença de numerosas frases passivas; • Grande frequência, ao lado de anáforas pronominais, de anáforas nominais ou de procedimentos de referenciamento díctica intratextual. <p>O discurso teórico caracteriza-se por uma densidade verbal muito fraca e, correlativamente, pela densidade sintagmática extremamente elevada.</p>
Relato interativo	<p>É um tipo de discurso, em princípio monologado, que se desenvolve numa situação de interação que pode ser real ouposta em cena. O caráter monologado se traduz principalmente pela ausência de frases não declarativas. O caráter disjunto-implicado marca-se da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração do seguinte subsistema de tempos verbais: o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito, às vezes, são associadas formas do pretérito mais-que-perfeito, do futuro simples ou do futuro do pretérito. Os dois tempos de base têm o mesmo valor de marcação de uma isocronia entre o desenvolvimento da atividade de relato e os acontecimentos da diegese. Os outros tempos do verbo marcam uma relação de heterocronia (projeção ou retroação); • Presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos) que decompõem o NARRAR a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não; • Presença de pronomes e adjetivos de primeira ou segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal em cujo quadro o relato se desenvolve; • Presença dominante de anáforas pronominais, às vezes associadas às anáforas nominais, na forma particular de repetição do sintagma precedente. <p>O relato interativo tem uma densidade verbal alta e, correlativamente, uma densidade sintagmática mais baixa.</p>
Narração	<p>Discurso escrito e monologado que comporta apenas frases declarativas. O caráter disjunto-autônomo marca-se da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempos verbais nitidamente dominantes: pretérito perfeito e pretérito imperfeito, que têm o mesmo valor de marcação de uma isocronia entre o curso da atividade narrativa e os acontecimentos da diegese. A esses tempos de base são acrescidas as formas pretérito mais-que-perfeito, que marcam uma relação retroativa, e o futuro do pretérito e formas complexas – auxiliar no imperfeito seguido de infinitivo, que marcam uma relação de projeção; • Presença de organizadores temporais (advérbios, sintagmas preposicionais, coordenativos, subordinativos), que decompõem o NARRAR que se desenvolve a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não; • Ausência de pronomes e adjetivos de primeira e de segunda pessoa do singular e do plural, que remetem diretamente ao agente produtor do texto ou a seus

	<p>destinatários;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença conjunta de anáforas pronominais e de anáforas nominais, estas últimas se apresentam geralmente na forma de uma retomada de um sintagma antecedente, com substituição lexical. <p>A narração é um tipo de discurso cuja densidade lexical se situa no meio do caminho entre a do relato interativo e a do discurso teórico, e a sua densidade sintagmática é também média.</p>
--	---

Fonte: Elaboração da autora, a partir de Bronckart (2009, p. 166-179).

Os tipos de discurso, enquanto elementares da constituição dos textos, podem aparecer “puros”, o que torna os textos homogêneos, sobrepostos ou “fundidos” em textos heterogêneos, conforme nos alerta Bronckart (2009, p. 187; 253). Dentre essas combinações, o autor destaca a variedade tanto dos discursos interativos quanto dos discursos do relato interativo, que ainda podem ser classificados conforme seu grau de referência ao ***mundo ordinário*** dos interactantes em primários (diálogo), secundários (peça teatral) ou terciários (texto teatral enunciado). A narração também pode ter variantes e combinar com o relato interativo ou com o discurso teórico, como acontece em monografias científicas em que o tipo misto narrativo-teórico se manifesta no entrecruzamento da narração da pesquisa e a pesquisa científica em si. Há, ainda, a fusão do discurso interativo e do teórico, o qual nos parece mais relevante ao nosso trabalho.

De fato, o tipo de discurso misto interativo-teórico aparece tanto em exposições orais (intervenção científica, pedagógicas, políticas etc.) quanto em exposições escritas (manuais, editoriais, brochuras de propaganda etc.). Pertencem ao domínio do interativo os pronomes da primeira pessoa, na medida em que se referem ao autor (eu, me, mim), ao autor/destinatário (o nós em terceira pessoa) e as frases imperativas do texto (terceira pessoa – enfoquemos, pensemos, consideremos). Ao discurso teórico pertencem os organizadores lógico-argumentativos (mas, de fato, pode fazer), as retomadas anafóricas sob a forma de referência díctica infratextual e a densidade sintagmática elevada (BRONCKART, 2009, p. 192-193). O tipo misto interativo-teórico desenvolve seu paradigma de tempo combinando formas do presente, do pretérito perfeito e do futuro que podem assumir valores próprios do discurso interativo.

A fusão dos tipos discurso teórico e discurso interativo acontece pelo fato de o autor sofrer uma dupla restrição em que deve:

[...] de um lado, apresentar informações que são, a seu ver, verdades autônomas, independentes das circunstâncias particulares da situação material de produção e que se inscrevem, consequentemente, nas coordenadas de um mundo teórico; mas, ao mesmo tempo, e mesmo na ausência de contato direto com o receptor-destinatário, deve levar esse destinatário em conta, solicitar sua atenção, procurar sua aprovação, ou ainda, antecipar suas objeções, inscrevendo-se, assim, nas coordenadas de um mundo interativo (BRONCKART, 2009, p. 193-194).

Outro conceito que Bronckart utiliza e nos parece ser bastante promissor na análise do *corpus* desta pesquisa se relaciona aos *tipos de sequência*. O autor faz uma releitura dessa teoria original de Adam (1992) para compor o primeiro nível do folhado textual, a infraestrutura.

Para Bronckart (2006), a sequência seria uma forma de planificação dos conteúdos do texto, “[...] modelos abstratos de que os produtores e receptores de texto disporiam, disponíveis, ao mesmo tempo, pela natureza das macroproposições¹² que comportam e pelas modalidades de articulação dessas macroproposições” (BRONCKART, 2009, p. 218). Esses modelos abstratos (ou sequências) se resumiriam em seis tipos: *sequência narrativa*, *sequência descritiva*, *sequência argumentativa*, *sequência explicativa*, *sequência dialogal* e *sequência injuntiva*.

A **sequência narrativa** se caracteriza, principalmente, por sua organização sustentada por um processo de **intriga**, cujo desenvolvimento se organiza por uma sucessão obrigatória de acontecimentos com relações de causalidade e tensões. A sequência narrativa se constitui de cinco fases basilares, pode também comportar apenas algumas dessas fases ou se apresentar de modo mais complexo com uma complicação nova. Vejamos, contudo, as fases principais: i) situação inicial, em que se apresenta um “estado de coisas”; ii) complicação, em que se instaura uma tensão; iii) ações, são apresentados acontecimentos decorrentes da tensão; iv) resolução, acontecimentos que causam a redução da tensão; v) situação final, estabelece um novo estado de equilíbrio. Vejamos um exemplo de sequência narrativa com suas fases prototípicas.

¹² Apesar de aderir integralmente à teoria das sequências, Bronckart substitui a noção de macroproposição pela de fase (BRONCKART, 2009, p. 219).

Situação inicial: Era uma vez um rei rico em terras e em dinheiro.

Complicação: Sua mulher morreu e ele ficou inconsolável. Trancou-se durante oito dias inteiros em seu gabinete, onde batia com a cabeça nas pareces, de tanto que estava sofrendo [...].

Ações: Todos os seus súditos resolveram irvê-lo e dizer-lhe o que pudesse de mais adequado para consolar sua tristeza. Uns prepararam discursos graves e sérios; outros, leves e até mesmo alegres [...]. Enfim, apresentou-se diante dele uma mulher toda coberta de crepes negros, com véu, mantas e longas roupas de luto, que chorava e soluçava tão forte e tão alto, que ele ficou surpreso [...]. Ele a recebeu melhor que aos outros [...]

Resolução: Quando a elegante viúva viu o assunto quase esgotado, levantou um pouco os seus véus [...]. O rei observou-a com muita atenção [...] pediu-lhe para não imortalizar a sua dor.

Situação final (e avaliação): Todos se espantaram quando ele se casou com ela, tornando-o negro, verde em cor-de-rosa.

Moral: Frequentemente, basta conhecer o que as pessoas têm de fraco para entrar em seu coração e para se fazer tudo que se quiser.

(L'oiseau bleu. In: DE BEAUMONT, Mme Leprince; D'AULNOY, Mme. **La belle e La bête**, p. 127-129.)

Exemplo de sequência narrativa. Fonte: Bronckart (2009, p. 222).

Diferentemente da sequência narrativa, a **sequência descritiva** não se organiza em uma ordem linear obrigatória, mas suas fases se combinam numa ordem hierárquica vertical. Há três fases dessa sequência: **ancoragem**, que diz respeito ao tema da descrição; **aspectualização**, em que os diversos aspectos são enumerados, decompondo o tema em partes; e, por fim, **relacionamento**, na qual os elementos descritivos são assimilados a outros por meio de operações de caráter comparativo ou metafórico (BRONCKART, 2009, p. 223).

O quarto de paredes brancas estava cheio de uma luz que, após a penumbra do hall e dos corredores com madeiramento de carvalho, parecia artificial, como a iluminação de um palco, e o corpo era o mais irreal de tudo, qual uma atriz de segunda categoria tentando simular a morte – não conseguindo convencer. Os olhos estavam quase fechados, mas o rosto mantinha aquela aparência vagamente surpresa que ele havia frequentemente notado no rosto dos cadáveres. Dois pequenos dentes muito brancos que mordiam o lábio inferior faziam parecer-se com um coelho um rosto que devia ter sido cativante e talvez até bonito. Desafio incongruente lançado à morte, uma auréola de cabelos brilhava sobre o travesseiro, ligeiramente úmida ao toque.

(JAMES, P. D. **A visage couvert**, p. 68-69.)

Exemplo de sequência descritiva. Fonte: Bronckart (2009, p. 224-225).

Sobre a **sequência explicativa**, Bronckart (2009, p. 228), com base em Grize (1981b), considera que o raciocínio explicativo se baseia na **constatação de um fenômeno**

incontestável, porém incompleto, e que pretende resolver aparentes **contradições** por meio da exposição de **causas** e/ou **razões** da assertiva inicial. O **desfecho** desse raciocínio se dá na forma de uma **reformulação da constatação inicial**. Vejamos o modelo de sequência explicativa usada pelo autor para ilustrar tais elementos.

- **Constatação de um fenômeno:** as línguas naturais mudam perpetuamente.
- **Contradições:** temos a sensação de que as línguas constituem sistemas estáveis.
- **Causas e/ou razões:** essa mudança é tão lenta que não é apreendida por uma mesma geração.
- **Constatação reformulada:** embora a evolução das línguas seja um fenômeno histórico indiscutível, as abordagens sincrônica podem fazer abstração dessa mudança.

No exemplo a seguir, Bronckart ressalta a possibilidade das sequências. Aqui, a sequência explicativa, especificamente, apresenta formas simplificadas, com ausência de algum dos elementos supracitados ou mais complexos, com maior desenvolvimento de alguns deles.

Constatação inicial: O primeiro método é geralmente conhecido como método sintético, em razão do trabalho psicológico que exige da criança em um ano de leitura.

Resolução: Depois de ter aprendido a ler cada signo, a criança deve de fato condensar essas diferentes leituras em uma leitura única e que, em geral, para cada agrupamento específico de signos, é diferente de sua leitura particular. Quando a criança sabe ler **J** e **e**, ela deve, dessas duas letras, fazer **je**.

Conclusão: Trata-se, portanto, de uma operação de síntese.

(MEZEIX, P. **Méthodes de lecture**, p. 8.)

Exemplo de sequência explicativa. Fonte: Bronckart (2009, p. 230).

A **sequência argumentativa**, conforme Bronckart (2009, p. 225) concorda com outros autores e implica, sobretudo, uma **tese** acerca de um tema. Diante desse “**dado**”, são propostas **novas informações**, que são processos de **inferência** orientados para uma conclusão. O processo argumentativo pode ser ancorado por **suportes** ou **restrições**, de acordo com a força argumentativa da **conclusão**. O autor ilustra esses elementos assim:

- **Tese:** os seres humanos são inteligentes.
- **Novas informações/dados:** os seres humanos fazem guerra.
- **Processo de inferência:** as guerras são uma idiotice.

- **Suporte:** as guerras trazem morte e desolação.
- **Restrição:** algumas guerras contribuíram para estabelecer liberdades individuais.
- **Conclusão:** os seres humanos não são tão inteligentes.

Para melhor entendimento do processo argumentativo, Bronckart (2009, p. 226) expõe, resumidamente, o seguinte exemplo:

Premissa: Minha tese é a de que uma criatura não pode ter pensamento enquanto não tiver linguagem.

Argumentos: [...] essa tese foi frequentemente defendida; mas sobre que bases? [...] Essas considerações vão no sentido da tese da necessidade da linguagem para o pensamento [...].

Contra-argumentos: Contra a ideia da dependência do pensamento em relação à linguagem evoca-se a observação banal de que conseguimos explicar e prever o comportamento dos animais sem linguagem, atribuindo-lhes crenças, desejos e intenções [...]. Mas isso não impede que seja incorreto concluir que animais mudos [...] têm atitudes proposicionais [...].

Conclusão: Sustento que o conceito de verdade intersubjetiva PE uma base suficiente para a posse de crenças e, em decorrência, de pensamento em geral. E talvez apareça, suficientemente, que o fato de ter o conceito de uma verdade intersubjetiva depende da comunicação no sentido linguístico pleno.

(DONALDSON, D. *Paradoxes de l'irrationalité*, p. 69-74.)

Exemplo de sequência argumentativa. Fonte: Bronckart (2009, p. 228).

A **sequência dialogal** se concretiza apenas em segmentos de discurso interativos dialogados estruturados em turnos de fala (BRONCKART, 2009, p. 230). Ela pode se realizar em discursos primários, diretamente em uma conversação, ou em discursos secundários, em que o discurso é atribuído aos personagens de um discurso principal ou englobante, como no caso de um diálogo dentro de um romance, cuja sequência base é a narrativa.

Nesses termos, a sequência dialogal é formada por três fases gerais: i) abertura, de caráter fático, na qual se dá o primeiro contato (– Oi, como vai? – Bem, e você?); ii) transacional, em que o conteúdo temático da interação é construído (Você viu Elisa hoje? – Não); ii) encerramento, também de caráter fático que encerra a interação (Então, até logo! – Até). Assim como as demais sequências, a dialogal pode possuir amplitude e complexidade em seus encaixamentos ou se apresentar de maneira mais simplificada.

Abertura Transação	– Pedro – Que horas são? – São seis horas. – É longe o ponto de ônibus? – Não, fica a 200 metros, lá adiante.
Fechamento	– Obrigada. – De nada.

Exemplo de sequência dialogal. Fonte: Bronckart (2009, p. 232).

A **sequência injuntiva** é sustentada por Adam (1992) com os mesmos processos da sequência descritiva, mas com a seguinte diferença: na primeira, a organização recai sobre as ações, e, na segunda, sobre os objetos. Para o autor, ambos são processos descritivos, mas Bronckart (2009, p. 243) considera a descrição apenas como sequência, e não como tipo de discurso.

Xavier (2006, p. 42) apresenta um quadro síntese, elaborado a partir de Bronckart (1999, p. 218-238) e Adam (1997), bastante elucidativo sobre as características prototípicas de cada sequência. Vale ressaltar, mais uma vez, que essas características podem aparecer tanto integralmente e de maneira bastante desenvolvida e complexa, como de forma mais simplificada, com ausência de algumas fases.

Quadro 3 – Síntese das sequências textuais

ASPECTOS GERAIS		
Sequências	Peculiaridades	Fases
Narrativa	Configuração de um processo de intriga	1 – fase de situação inicial: apresentação do “estado inicial das coisas”; 2 – fase de complicação: introdução do movimento de transformação previsto na ação discursiva e criação de uma tensão; 3 – fase de resolução: introdução de acontecimentos que amenizam a tensão; 4 - fase de situação final: explicitação do novo equilíbrio obtido por essa resolução.
Descritiva	Composição por fases que não se organizam numa ordem linear obrigatória, mas que se combinam e se encaixam em uma ordem hierárquica ou vertical	1 – fase de ancoragem: apresentação do tema-título que inicia a descrição (é ancoragem porque o tema-título pode ser retomado ao longo de todo o processo descritivo); 2 – fase de aspectualização: enumeração de aspectos ligados ao tema-título; 3 – fase de relacionamento: assimilação dos elementos descritos a outros, por meio de operações de caráter comparativo ou metafórico.
Argumentativa	Existência de uma tese discutível	1 – fase de premissas: exposição de uma constatação de partida; 2 – fase de apresentação de argumentos: exposição de elementos que orientam para uma conclusão provável; 3 – fase de apresentação de contra-argumentos: restrição à orientação argumentativa;

		4 – fase de conclusão: integração dos efeitos de argumentos e contra-argumentos apresentados.
Explicativa	Constatação de um fenômeno incontestável	1 – fase de constatação inicial: introdução de um fenômeno não contestável (objeto, situação, fato etc.); 2 – fase de problematização: explicitação de uma questão da ordem do porquê ou do como, associada a um enunciado de contradição aparente; 3 – fase de resolução: introdução de informações suplementares capazes de responder a questões delineadas na fase de problematização; 4 – fase de conclusão-avaliação: reformulação e complementaridade da contestação inicial.
Dialogal	Realização concreta somente nos segmentos de discursos interativos dialogados	Ocorre em três níveis: <u>1º nível:</u> fase de abertura: exposição, de caráter fático, na qual os interlocutores estabelecem um contato com base nas convenções sociais; fase transacional: co-construção do conteúdo temático da interação (relação de interdependência dos tópicos e subtópicos conversacionais); fase de encerramento: exposição, também de caráter fático, na qual se põe fim à interação. <u>2º nível:</u> fase dialogal ou de troca: caracterização de cada uma das fases gerais da interação, nas quais ocorrem diálogos entre os interlocutores. <u>3º nível:</u> fase de intervenção: decomposição da interação em atos discursivos, ou seja, enunciados que realizam um ato de fala determinado (pedido, afirmação, injunção etc.).
Injuntiva	Orientação que visa a um fazer agir direcionado a um destinatário numa determinada direção	1 – fase descritiva: exposição de elementos, conforme o objetivo a que se destina o texto; 2 – fase de procedimentos: também é uma etapa descritiva, mas detalha a ação a ser realizada. Como o objetivo dessa sequência é fazer agir, destacam-se como condições para sua constituição: 1 – uso de formas verbais no infinitivo ou no imperativo; 2 – ausência de estruturação espacial ou hierárquica.

Fonte: Xavier (2006, p. 42).

Assim como os tipos de discurso, as sequências podem ocorrer num mesmo texto; daí seu caráter dialogal por se combinarem para compor um texto, mas, nesse caso, há sempre a predominância de apenas uma sequência. As sequências podem ser relacionadas a tipos específicos de discurso da seguinte maneira, conforme Bronckart (2009, p. 252):

- Sequências narrativas: relatos interativos e nas narrações;
- Sequências explicativas, argumentativas e injuntivas: discurso teórico, no discurso interativo monologado;
- Sequências dialogais: discurso interativo monologado;

- Sequências descritivas: manifestam-se tanto nos discursos da ordem do mundo do NARRAR quanto em certos tipos da ordem do EXPOR.

Machado (2005) levanta as características das sequências ao identificar os diferentes níveis em que são definidas: no nível semântico-pragmático: “[...] se constituem como formas canônicas de o produtor (re)construir, no mundo discursivo, os elementos do *mundo ordinário*” (MACHADO, 2005, p. 146); no nível morfossintático: são formadas por uma determinada quantidade de frases, com marcas de unidades linguísticas típicas de cada uma delas; nas representações dos efeitos pretendidos: há a intenção de convencer, fazer compreender, ver pormenorizadamente, agir de acordo com a determinação, interagir ou manter a atenção do interlocutor; no nível psicológico: “[...] elas implicam *operações discursivas* desenvolvidas pelo produtor para organizar os conteúdos, operações que provém de uma competência textual inata, mas [...] da experiência do intertexto, em suas dimensões práticas e históricas’ (BRONCKART, 2006 [1996], p. 236)” ; no nível teórico: se constituem como protótipos, construtos derivados da análise; no nível da relação com os tipos de discurso: parece haver uma predominância de sequências para cada tipo de discurso; e no nível da relação com os textos. Para Machado (2005), não há uma relação compulsória entre sequências e texto, sendo que um texto pode não ter nenhuma, apenas uma ou várias sequências de texto.

Os mecanismos enunciativos compõem o terceiro e último estrato do folhado textual, e eles “[...] contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, explicitando, de um lado, as diversas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) que podem ser formuladas a respeito de um ou outro aspecto do conteúdo temático” (MACHADO, 2005, p. 273).

Esse nível da análise de texto permite identificar os posicionamentos e as responsabilidades assumidas ou não pelas avaliações. São dois mecanismos: o posicionamento enunciativo, que se relaciona tanto às posições do produtor quanto às condições de produção e recepção do texto; e as modalizações, que, segundo Bronckart, demonstram as avaliações formuladas sobre o conteúdo temático que evidenciam intenções do texto. Para a realização das análises propostas neste trabalho, tomaremos como apenas as modalizações por acreditar que esses mecanismos enunciativos podem revelar características distintivas entre os gêneros artigo e ensaio. As modalizações são relativamente independentes dessa linearidade e progressão; as avaliações que traduzem são, ao mesmo tempo, *locais* e *discretas* (por oposição ao caráter isotópico das marcas de textualização), e podem insinuar-se em qualquer nível da arquitetura textual. Portanto, as modalizações pertencem à dimensão

configuracional do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na interpretação de seu conteúdo temático.

Ao se referenciar na teoria dos três mundos de Habermas (1987) (objetivo, social e subjetivo), Bronckart elege quatro funções de modalização:

i. **Lógicas:** julgamentos sobre o valor de verdade das proposições.

Exemplos do *corpus*:

(1) É muito claro que, neste texto, Anayde Beiriz não está tratando de simples presente de Papai Noel. Na verdade, ela utilizou tal figura de linguagem, o velho bonachão, que enche qualquer criança de alegria, e o transformou em alegoria (JAPIASSU, 2009, p. 305).

(2) Uma sociedade **verdadeiramente** democrática só poderá existir quando houver espaços públicos constituídos com função política (BARBIERO, 2001, p. 53).

ii. **Deônticas:** julgamentos sob os valores sociais (avaliação da conduta social dos fatos, se são permitidos, necessários, proibidos etc.).

(3) Pensando assim, a formação de uma opinião organizada no interior dos fóruns decisórios do Mercosul, levando a decisões responsáveis, **não poderia se fazer** sem estar permeada pelos valores, temas, contribuições e argumentos que circulam livremente no seio da comunicação política que o contorna (BARBIERO, 2001, p. 65).

(4) A mídia, neste texto, **deve ser** entendida de um modo amplo que engloba a imprensa, seja ela televisiva, impressa ou radiofônica, e as comunicações políticas, no caso as propagandas e *spots* dos partidos e candidatos, especialmente o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (MUNDIM, 2010, p. 342).

iii. **Apreciativas:** expressam uma avaliação de teor mais pessoal, subjetiva.

(5) Deste total, **infelizmente**, por motivos técnicos de tempo e impossibilidade de maiores investimentos financeiros exigidos à pesquisa não tive acesso às publicações que a autora comenta em carta datada de 10 de agosto de 1925 (2005. p. 60) ao noivo, Heriberto Paiva, paraibano estudante de medicina radicado no Rio de Janeiro, a quem tratava por Hery (JAPIASSU, 2009, p. 299).

(6) Oto Prazeres, funcionário do Ministério da Justiça do Brasil, publicou um artigo em Cultura Política (órgão teórico semioficial do Estado Novo) para ensinar que, apesar da frase luminosa do líder gaúcho, **felizmente** não se pode fazer administração sem fazer política (PRAZERES, 1941) (CODATO, 2011, p. 284).

iv. **Pragmáticas:** realizam uma apreciação sobre a responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente, principalmente acerca da capacidade de ação (o poder-fazer), a intenção (o querer-fazer) e as razões (o dever-fazer).

(7) Como mulher, negro ou monstro, o outro é aquilo que em princípio **não deve circular**, mas também aquilo que **não pode deixar** de circular (FERREIRA, 2010, p. 815).

(8) Na forma da obra é que o presente subsiste e a atividade reflexiva **pode persistir**, afinal, é nela que a obra preserva e torna perscrutável seu *Wahrheitsgehalt*, sua capacidade de transcendência (BORGES, 2011, p. 25-26).

Os modalizadores parecem estar mais relacionados, na visão do autor, a diferentes gêneros, e os mecanismos de textualização, aos tipos.

Para Bronckart (2006 [1996]), enfim, uma análise de gênero parece pressupor as mesmas operações implicadas na sua escolha: operações de “[...] regulação da infraestrutura geral do texto, que envolvem a *escolha dos tipos de discurso* e de *sequência*, assim como as operações de *seleção* e *elaboração dos conteúdos*” (MACHADO, 2005, p. 253) (grifos da autora); de textualização (conexão e segmentação); de modalização; e linguísticas e enunciativas.

Como nosso objetivo é, a partir da análise de dois gêneros, ensaio e artigo, levantar características textuais e enunciativas de ambos que expliquem sua aproximação ou diferenciação, a abordagem textual de Bronckart parece-nos profícua em sua proposta de análise de textos. A partir da teoria que elege o tipo de discurso como determinante da infraestrutura textual, é possível desvendar o cerne de ambos os gêneros por meio da identificação de seu tipo, de suas sequências e de suas modalizações, abrangendo tanto a estrutura mais profunda como a mais superficial do texto. A opção por não trabalhar com os mecanismos textuais do folhado textual se deve justamente ao estatuto de serem intermediários e, por isso, poderem ser o nível em que não seja possível identificar diferenciações entre ambos os gêneros.

CAPÍTULO II – DESVENDANDO O DISCURSO DA CIÊNCIA

2.1 O discurso da ciência

Na verdade, os nossos próprios sentidos se subordinam à linguagem (e, portanto, à teoria), de forma que mesmo o ato de ver e o de perceber são condicionados pelas expectativas que em nós os hábitos linguísticos e as convicções teóricas criaram (ALVES, 1984, p. 138).

De acordo com Alves (1984), é por meio do crivo dos hábitos da linguagem que a ciência perpassa nossas concepções teóricas. Dessa forma, os enunciados científicos, diferentemente do que se possa imaginar, constituem da linguagem de observação abstrata (dedutiva e preditiva) e, “[...] apesar das aparências, nem sempre se acham em relação direta com os fenômenos reais” (CORACINI, 1991, p. 39).

Uma vez posta essa colocação, a ideia de que o conhecimento objetivista seja o único plausível de ser considerado como ciência merece algumas considerações. Obedecendo a esse raciocínio, julgamos necessário dizer o que entendemos pelo termo **objetivismo**, e o fazemos a partir das palavras de Chalmers (1993, p. 151):

[...] objetivismo quanto ao conhecimento humano é um ponto de vista que enfatiza que itens do conhecimento, desde proposições simples até teorias complexas, possuem propriedades características que transcendem as crenças e estados de consciência dos indivíduos que os projetam e contemplam.

As bases do objetivismo se encontram no ponto de vista de que as proposições possuem propriedades externas ao indivíduo, ou seja, as teorias científicas apresentam uma estrutura objetiva externa às mentes dos cientistas individuais; logo, elas são “objetivas”. Sendo assim, o individualismo se oporia a essa concepção, pois compreende o conhecimento como um conjunto de crenças que se encontram na mente.

Para Kuhn (1970 apud CORACINI, 1991, p. 33), a objetividade de uma pesquisa consiste na relação do paradigma com a “[...] comunidade científica inserida num determinado momento e lugar; são, portanto, esses dados situacionais que determinam o grau de veracidade e objetividade de uma investigação”. Segundo essa concepção de Kuhn, pode-se dizer que à ideia de ciência estão atrelados não somente um “[...] sujeito ativo, capaz de conferir significado a um fenômeno natural (CORACINI, 1991, p. 36)”, como o objetivismo e outros paradigmas científicos pressupõem, mas também o aspecto social das investigações

científicas, que deve ser levado em conta para se estabelecer uma ideia de ciência. Isso permite explicar, em certo modo, a subjetividade e o caráter convencional do discurso científico-acadêmico. No discurso científico, trataremos de uma subjetividade como a capacidade do locutor em se colocar na posição de sujeito do que é dito, posição da qual pode decorrer a exposição de juízos de valor.

A temporalidade no discurso científico possui algumas particularidades de outros discursos. Considerando que o tempo é um princípio organizacional da própria língua (PARRET, 1986), a língua reflete a forma com que construímos nossos discursos, maneira que pouco ou nada tem a ver com o tempo real das experiências vividas. Poderíamos pensar, a partir disso, que essa característica já torna a linguagem objetiva, em certo ponto. No entanto, é possível haver marcas formais de subjetividade no discurso, como afirma Benveniste (1995) sobre os dêiticos. Esse autor ainda considera que a linguagem possui uma condição fundamental de subjetividade, uma vez que esta é inerente ao exercício da linguagem.

Para Weinrich (1973), os tempos verbais e as situações comunicativas se resumem em dois grandes grupos temporais do *mundo narrado* e do *mundo comentado*, que indicam a atitude do locutor em relação ao que ele diz e ao seu nível de comprometimento. Ao tempo *narrado*, pertencem o pretérito perfeito simples, o imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito e as locuções verbais formadas com esses tempos; nele, o locutor exibe um papel de convidado, de ouvinte. Ao tempo *comentado*, correspondem o presente, o preterido perfeito composto, o futuro do presente, o futuro do presente composto, além das locuções verbais formadas com esses tempos. Koch afirma que “**comentar é falar comprometidamente**” (grifo da autora) e que o emprego dos tempos do mundo comentado “[...] constitui um sinal de alerta para advertir o ouvinte de que se trata de algo que o afeta diretamente e de que o discurso exige a sua resposta (verbal ou não verbal)” (KOCH, 2011 [1984], p. 36). Parece-nos, pois, que o discurso científico pertence ao mundo comentado.

O discurso acadêmico (ou científico) institui-se com base nas práticas sociais dessa esfera no decorrer do tempo e possui, assim como qualquer comunidade, particularidades em relação a outras comunidades discursivas. A linguagem nesse ambiente expõe como princípios clareza, precisão, exatidão, concisão e objetividade, impessoalidade, imparcialidade, cortesia (em discordâncias), modéstia (expressar-se bem para se fazer compreender, e não para impressionar) e terminologia técnica (BOTH; SIQUEIRA, 2004). Essas características garantem, de certo modo, que a compreensão dos textos científicos seja facilitada, já que se tratam de conteúdos que podem ser de difícil apreensão por sujeitos que

não são membros da comunidade acadêmica. Além disso, o discurso científico pode apresentar diferentes objetivos conforme as condições de produção:

O discurso científico é organizado textualmente em diversos registros, em uso na comunidade científica, entre os quais da pesquisa, onde há o discurso da descoberta do cientista; o da revisão, ou seja, quem o produz não é o sujeito que informa sua descoberta, mas o sujeito de uma síntese de conhecimentos, decorrentes de uma forma de avaliação das descobertas já realizadas por outros cientistas; e o ensaio¹³ científico, cujo texto dispensa o “aparato científico” teórico e metodológico para apresentar a avaliação de resultados porque o ensaísta é quem avalia as tendências atuais do paradigma científico, ou quem resgata e reavalia conhecimentos de paradigmas anteriores (SILVEIRA, 2012, p. 13).

Sobre o uso da linguagem, Vigner (1979) considera que o que confere propriedade científica à enunciação é o apagamento do sujeito, ou seja, apagamento do agente sócio-histórico. Silveira (2012) justifica tal apagamento como meio de aceitação do novo “saber” dentro da comunidade, uma vez que a relevância se encontra na exposição dos dados e procedimentos para atingir o novo “saber”.

O apagamento do sujeito se caracteriza como uma tentativa de objetivar a descoberta, mas, como a linguagem é indissociavelmente ligada à subjetividade, esse processo de “ocultamento” da voz do enunciador serve ao propósito de integração desse enunciador no paradigma vigente, isto é, demonstra que ele faz parte da comunidade científica e compartilha o paradigma científico atual; por isso, a descoberta pertence à comunidade. Outra forma apagar o sujeito-enunciado no discurso científico consiste na utilização de outras vozes na produção do cientista, como as referências e citações. Silveira (2012, p. 33-34) ainda ressalta a posição de Vigner (1979), segundo a qual esse paradoxo construído por subjetividade e objetividade pode ser explicado pela caracterização do discurso científico como um discurso objetivado e não objetivo.

Além de ser considerado um discurso objetivado por causa do apagamento do enunciador, o discurso científico se constitui do entrelaçamento de vozes de outros autores; muitas vezes, os dizeres de outros estudiosos se misturam com o intuito de mostrar a recorrência de certa ideia e buscar sustentação ou refutação. Sendo assim, o discurso científico apresenta uma intertextualidade e responsividade próprias dos diálogos teóricos da

¹³ Na visão de Silveira (2012), há três tipos de discurso científico conforme as condições de produção: o discurso da pesquisa, o discurso da revisão e o discurso do ensaio. Cada um deles possui seus gêneros, sendo que, no discurso do ensaio, o gênero é o próprio ensaio acadêmico-científico. Essa reincidência do termo ensaio pode causar certa confusão; por conseguinte, é preciso ter ambas as noções em memória.

academia e uma argumentatividade que também lhe é natural. Nesse sentido, Guimarães (2001, p. 66) afirma:

O discurso científico, pois, não só carece das funções argumentativas – uma vez centrado numa tomada de posição – mas também de aceitabilidade por parte da comunidade científica na qual ele está inserido; os métodos e os padrões científicos são mantidos por essa comunidade científica. O público ao qual são endereçadas as publicações científicas não é passivo, visto que estão sob seu controle a matéria e a substância das comunicações que recebe.

Guimarães refere-se, no trecho acima, à responsividade do enunciado proposta por Bakhtin, dado que o leitor/ouvinte do discurso acadêmico não o é passivamente, mas reage e toma posição, em algum momento, sobre o que lhe é apresentado. Isso repercute a consideração de Kuhn (1970), em que o discurso da ciência se constitui de natureza argumentativa pelo fato de objetivar o convencimento sobre algo e, assim, reunir os membros adeptos da comunidade.

É preciso compreender, também, que o discurso científico se trata de um discurso institucional e, como tal, é tipificado e apresenta um conjunto de textos convencionados na (e pela) esfera social a que pertence. Segundo van Dijk (1997), os discursos institucionalizados são definidos, de acordo com suas funções e ações, por três categorias: *Poder*, que se refere aos participantes da elite científica que possuem o poder de decidir quais sujeitos e produtos científicos são reconhecidos; *Controle*, à qual pertencem os sujeitos responsáveis pela execução do *Poder*; e *Acesso*, correspondente a eventos, palestras, cursos, seminários, enfim, meios de circulação do saber produzido.

O saber científico, regulamentado por essas três categorias, constitui-se como “[...] dinâmico, sendo construído pela adesão, complementaridade e oposição ao saber pré-construído, por membros da comunidade científica legitimados pelo *Poder*, ou seja, ao paradigma científico vigente, em um determinado momento histórico” (SILVEIRA, 2012, p. 14).

A intertextualidade inerente ao discurso científico, segundo Koch (2004, p. 145-146), é a “[...] presença do outro naquilo que dizemos ou escrevemos”, que pode ser de dois tipos: implícita ou explícita. A primeira exige que a fonte do sentido seja recuperada, pois não são evidenciadas as origens do dizer, enquanto a segunda faz menção à origem do intertexto por meio de citações e referências. Cardoso (2003, p. 61) chama a atenção para a discrepância possível entre o discurso citado e o que cita:

Entre o discurso citado e o que cita produz-se um distanciamento que constitui um fenômeno de grande interesse para a análise do discurso. Uma questão importante é a razão de um locutor introduzir uma citação de outro no seu discurso. O distanciamento entre o discurso citado e o que cita é normalmente ambíguo: pode-se dizer que “o que eu digo é verdade porque não sou eu quem o digo”, como também o contrário. Ao mesmo tempo em que o locutor citado é um “não eu” em relação ao locutor que cita, ele constitui também uma “autoridade” que protege o discurso do locutor responsável.

O discurso citado, por um lado, por se constituir como enunciação de outra pessoa, serve de legitimação e autoridade para validar o que é dito, pois se referencia, na maioria das vezes, em enunciações de sujeitos respeitados e mais experientes; desse modo, ele ratifica argumentos e construções teóricas. Por outro lado, o discurso citado também pode se tornar deslocado de seu contexto e adquirir novos sentidos ou até mesmo evidenciar que o sujeito não assume a autoria da enunciação. Contudo, é evidente que o autor de um texto da esfera científica:

[...] busca mostrar a validade de sua pesquisa, argumentando a seu favor e obedecendo às normas impostas pela comunidade científica, dentre as quais figuram o uso da linguagem na 3^a pessoa, modalidades lógicas, intertextualidade explícita, como formas de fazer transparecer no texto a objetividade científica (CORACINI, 1991, p. 45-46).

2.2 Estrutura composicional do discurso científico

Para Silveira (2012, p. 93), seguindo os pressupostos de Adam (2008) no que diz respeito a categorização sequencial dominante que faz parte do plano de texto, a estrutura composicional global dos textos científicos corresponde a uma estrutura dissertativa. Para Silveira (2012, p. 94), o:

[...] dissertativo científico, como caracterização global do discurso científico, em sua estrutura composicional fixa, manifesta um tipo específico de crença, ou seja, o conhecimento científico de fatos e ideias, embora muitas vezes haja, também, a emissão de uma opinião.

Silveira explica, baseando-se em van Dijk (1997), que, embora haja diferenças entre o que se considera conhecimento e opinião, não se pode negar a relação entre ambos. Comecemos com a explicação situando o que a autora denomina crença.

O processo mental de avaliação de algo ou alguém resulta em uma crença, um juízo positivo ou negativo. Ora, se considerarmos que todos os tipos de representação são elaborados com fundamentos valorativos em conformidade com sanções culturais e ideológicas da dimensão social, o conhecimento também pode ser um tipo de crença quando construído com avaliação. O conhecimento, em linhas gerais, refere-se a algo passível de verificação no mundo, que pode ser observado, enquanto a opinião consiste apenas de um valor atribuído, de uma crença valorativa.

Para diferenciar o conhecimento, concebido como um tipo de crença, e as crenças em geral, Silveira (2012) recorre ao critério de *veracidade* proposto por van Dijk (1997). Segundo a autora, “[...] o termo ‘conhecimento’ é definido como crenças justificadas pelas cognições sociais e, portanto, consideradas verdadeiras, isto é, aquelas que satisfazem critérios sociais, culturais e ideológicos que podem variar de grupo social para grupo social” (SILVEIRA, 2012, p. 95-96). Isso significa que o conhecimento se constitui por crenças da cognição social, que são reconhecidas e tomadas como evidências verdadeiras, aceitáveis e suficientes para participar da cognição social. Daí decorre a diferença entre os tipos de crença: **opinião** e **conhecimento**. O primeiro não se baseia em crenças ancoradas na cognição social; são crenças valorativas como na asserção “Uberlândia é a capital do triângulo mineiro das mulheres bonitas” – tal julgamento não possui evidência nas cognições sociais. O segundo tipo de crença apresenta prova no mundo externo, nas cognições sociais, como em “Uberlândia é a capital econômica do triângulo mineiro”.

Além do critério de veracidade para distinguir opinião e conhecimento, Silveira (2012) afirma que essa distinção pode se dar pelo contexto discursivo em que as crenças são praticadas. A autora utiliza o seguinte exemplo para justificar essa relatividade distintiva: “carne vermelha é prejudicial à saúde” é uma crença, cujo valor é negativo e que pode fazer parte de cognições de grupos diferentes de pessoas. Se, em um restaurante, essa frase for produzida por um vegetariano e direcionada a um amigo onívoro, temos uma opinião, um juízo de valor. Num contexto em que um médico diz a mesma frase a um paciente com problemas de colesterol, o médico manifesta um conhecimento, e não uma opinião, pois há evidências externas nas cognições dos sujeitos que fazem parte do grupo dos médicos para comprovar a afirmação.

Parece-nos, no entanto, que a distinção entre conhecimento e opinião não se trata apenas da situação discursiva em sentido *lato*, mas principalmente dos sujeitos que participam da situação e que estão autorizados ou não a emitirem juízos de fato. No que concerne ao discurso científico, ambiente discursivo no qual se insere nosso objeto de investigação, os

sujeitos carregam grande parte da responsabilidade de legitimar os conhecimentos produzidos, divulgados e discutidos, o que não quer dizer que, em determinadas circunstâncias, eles não possam emitir opiniões.

Retomando a questão da estrutura composicional, Silveira (2012) pondera que o discurso científico se define pelo dissertativo. A organização textual do discurso dissertativo-científico apresenta sequências explicativa e argumentativa relacionadas ao próprio percurso de pesquisa e ao fazer social do pesquisador em comunicar seus feitos. van Dijk (1997) propõe, com base nessas duas sequências, o esquema da argumentação científica da seguinte forma:

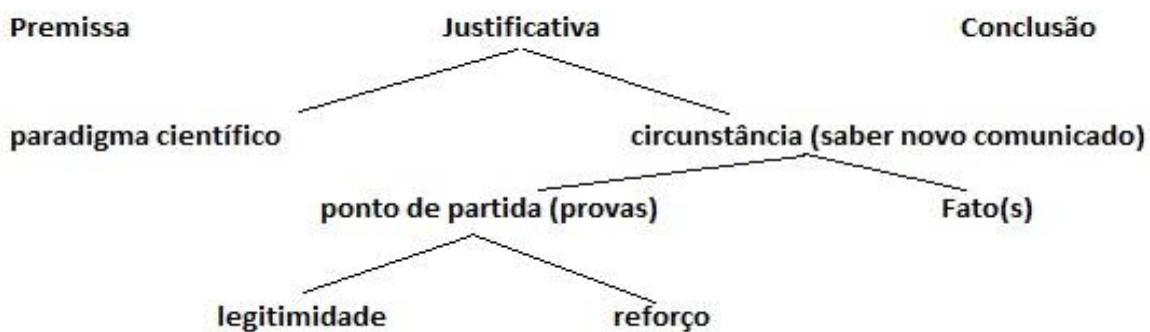


Figura 1 – Esquema da argumentação. Fonte: Silveira (2012, p. 98), adaptado de van Dijk (1997, p. 160).

O esquema acima pode ser explicado partindo do pressuposto de que não há necessidade de argumentar a respeito daquilo que já se tem conhecimento. Por isso, faz-se necessária a construção de um novo estado de coisas para o referente (conhecimento novo), ancorando-o ao paradigma vigente.

Construir um novo estado de coisas para o referente requer uma tematização do problema de pesquisa, ou seja, a projeção de um ponto de vista novo para se observar o já sabido. Dessa forma, cria-se uma circunstância, ou seja, um fato novo, em relação às cognições sociais contidas no paradigma científico, de forma a atribuir, argumentativamente, veracidade ao “saber” comunicado (SILVEIRA, 2012, p. 98).

O saber comunicado conta com alguns critérios para que seja legitimado perante a comunidade científica, como o reconhecimento do sujeito que o profere como especialista da área e a não contradição entre as posições das autoridades presentes no discurso do trabalho desenvolvido.

No esquema da argumentação, a categoria Justificativa é indispensável e abriga outras duas subcategorias: Circunstância, que diz respeito ao saber novo a ser comunicado; e Paradigma científico vigente, que se refere às “[...] cognições sociais do grupo de cientistas da área da pesquisa comunicada (modelos teóricos, metodológicos e critérios, problemas já resolvidos e ouros a serem envolvidos” (SILVEIRA, 2002, p. 99).

Silveira (2012) ainda destaca duas situações de produção discursiva referentes ao discurso dissertativo científico: **o dissertativo de uma tese** (uma dissertação de Mestrado, por exemplo) e **o dissertativo de duas teses** (dissertação de Doutorado). O discurso dissertativo científico de uma tese, geralmente, apresenta uma organização textual cuja sequência é explicativa, pois precisa explicar o que não se sabe para que a tese defendida seja aceita. Com isso, o esquema do discurso dissertativo de uma tese pode ser representado da seguinte maneira:

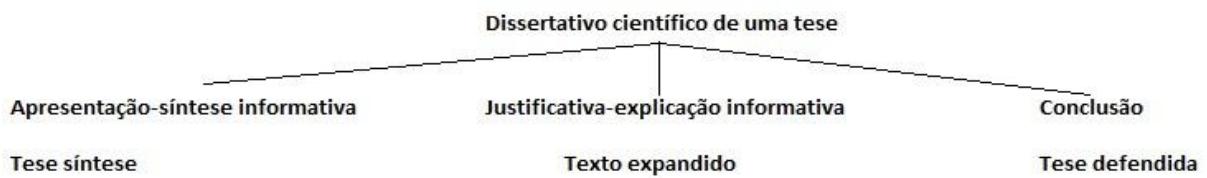


Figura 2 – Discurso dissertativo de uma tese. Fonte: adaptado de Silveira (2012, p. 100).

A “apresentação-síntese informativa” diz respeito aos conhecimentos que compõem o paradigma vigente e que são expostos de maneira sintética, resumida, ao apresentar e situar o fato dentro do paradigma. A justificativa explica, justifica, fornece provas sobre a tese que se pretende defender ao predispor conhecimentos necessários para orientar o auditório “[...] a fazer as inferências necessárias para a expansão de sentidos específicos, implícitos no texto reduzido introdutório” (SILVEIRA, 2012, p. 101-102). A conclusão é o momento em que a tese se torna explícita, e o percurso que vai do texto reduzido ao texto expandido (justificativa) permite que o auditório consiga realizar as relações estabelecidas, a fim de ser capaz de processar e aceitar a tese na conclusão.

O discurso dissertativo de duas teses apresenta uma disposição organizada pela sequência argumentativa e pode ser esquematizado da seguinte forma:

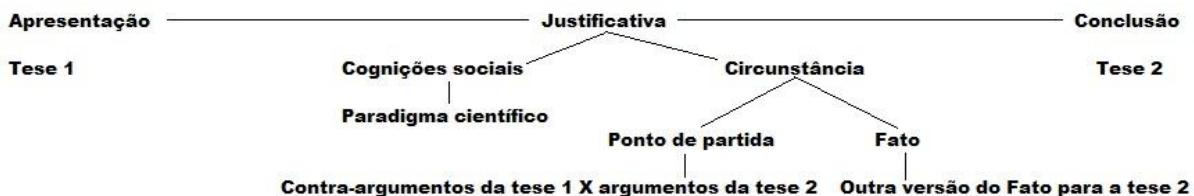


Figura 3 – Discurso dissertativo de duas teses. Fonte: adaptado de Silveira (2012, p. 103).

A sequência argumentativa se constitui da oposição ao paradigma vigente, em que o paradigma conhecido e aceito pelo auditório é representado como a tese 1, à qual o autor se opõe e contra-argumenta na tentativa de fazer com que o auditório recuse o conhecimento do paradigma. O resultado dessa contra-argumentação é a elaboração da tese 2, sobre a qual o autor lança os argumentos para que o novo saber seja legitimado e assumido pelo auditório.

Apesar da predominância do discurso dissertativo no âmbito científico, não podemos deixar de considerar que a descrição exerce papel fundamental na narrativa da descoberta e está relacionada, conforme Adam (1992), intrinsecamente à expressão de um ponto de vista, uma vez que a descrição compreende um processo analítico, cujo encadeamento apresenta uma ancoragem. A descrição se relaciona, porquanto, com a própria atividade do pesquisador.

Para Silveira (2012, p. 75):

Quando ambas as sequências, a narrativa e a descriptiva, estão incrustadas no texto dissertativo (argumentativo ou explicativo), o descriptivo tem a função argumentativa de representar, no texto, o material/método e resultados obtidos, apresentados como prova da veracidade da descoberta; o mesmo ocorre ao se discutir os resultados obtidos da pesquisa.

Necessariamente, a construção da narrativa de descoberta, da divulgação científica, implica uma intertextualidade com o paradigma científico atual, a partir do qual o pesquisador levanta uma questão sob seu ponto de vista particular e com objetivos específicos, delimitando-o dentro de um tema. Tendo isso em mente, os momentos da narrativa podem ser divididos em: situação inicial, que apresenta o problema, aquilo para o que se buscam respostas dentro de um tema que determina o interesse a descobrir; fazer transformador, seleção do material e métodos de análise; seleção de critérios para a análise e a realização da pesquisa; e situação final, em que os resultados obtidos são explicitados (SILVEIRA, 2012, p. 77).

Assim sendo, a narrativa do discurso científico é constituída de sequências descriptivas e argumentativas, uma vez que a análise está implicada na descrição e a demonstração de provas que legitimam a tese compõe a argumentação. Silveira ilustra essa inter-relação:



Figura 4 – Esquema argumentativo. Fonte: Silveira (2012, p. 89).

De forma geral, o discurso descritivo em textos científicos cumpre papel elementar na organização desses textos, pois propicia a representação de um estado de coisas do mundo tematizado pelo cientista (processo de ancoragem), organiza em tópicos ou blocos os resultados e aporta as discussões.

Os textos científicos apresentam dois grandes blocos textuais, o que Silveira (2012) denomina texto-reduzido e texto-expandido. O texto-reduzido compreende os elementos: título (frase representativa da problematização construída); resumo (agrupamento dos sentidos, organizados de forma a guiar a argumentação); e palavras-chave (identificação para catalogar por temas). O texto-expandido diz respeito, canonicamente, a: premissa-hipótese (conhecimento baseado no paradigma vigente); justificativa (engloba os blocos de apresentação da área, do problema, do tema, de objetivos e justificativas do problema, da teoria e da metodologia – material e métodos, além de resultados e discussões; conclusão (momento em que se encerra a discussão com o agrupamento dos objetivos, da adequação da hipótese e de novas perspectivas).

Nesses termos, Silveira acrescenta que a intenção do discurso primário é convencer acerca da validade da pesquisa e persuadir o interlocutor para que ele adira à tese, e os gêneros representantes do discurso primário são aqueles da descoberta e da divulgação, como o artigo de pesquisa; enquanto isso, o segundo gênero que a autora pretende descrever é o que ela denomina **gênero da revisão**, caracterizado como um discurso secundário; e o terceiro e último gênero (**ensaio**) é chamado de discurso terciário por dispensar tanto o discurso da descoberta quanto o da revisão.

Silveira (2012), com base em Greimas (1976), ainda distingue dois grandes grupos de pesquisa: pesquisa científica e pesquisa tecnológica. A primeira estabelece que, a partir de algo que não se sabe, um “não saber”, se realiza uma pesquisa para construir um “saber novo”. Este, por sua vez, assume, no interior da comunicação discursiva e da comunidade científica, o “fazer saber” – em outras palavras, a pesquisa científica se constitui como

produtora de “saberes”. Enquanto isso, a pesquisa tecnológica se faz da prática do “fazer saber”, ou seja, utiliza dos “saberes” construídos para construir técnicas, “fazeres”. Como os objetivos desta pesquisa relacionam-se ao discurso científico da área de Ciências Humanas e Linguagens, privilegiaremos a pesquisa científica.

O gênero da pesquisa, segundo Silveira (2012), assim como o gênero da revisão, pode ser de tema restrito ou abrangente. O gênero da pesquisa com tema restrito “[...] produz pesquisas teóricas e experimentais com problema e procedimento metodológico (material e métodos, passos e critérios) bem delimitados e definidos” (SILVEIRA, 2012, p. 127). Esse tema consegue ser bem delimitado porque se ampara no paradigma científico vigente para, a partir dele, construir uma situação ou problema cujo ponto de vista é inédito. Nesse sentido, há grande diálogo e até problematização com o paradigma a fim de verificá-lo, testá-lo sob novas bases e até mesmo questioná-lo. O gênero da pesquisa científica com tema restrito, por ser incrustado pela narrativa da descoberta, apresenta sequências descritivas e as seguintes categorias:

- Resumo (texto reduzido), que compreende o título, o resumo em língua nativa e estrangeira e as palavras-chave. O título expressa o objeto da pesquisa, ou seja, o problema que será abordado e sua tematização restrita;
- Texto integral (texto expandido), cujas categorias se ordenam da seguinte forma: Apresentação (justificativa, objetivos, discussão teórica), Procedimentos Metodológicos, Resultados Obtidos, Discussões dos Resultados, Considerações Finais ou Conclusões e Referências.

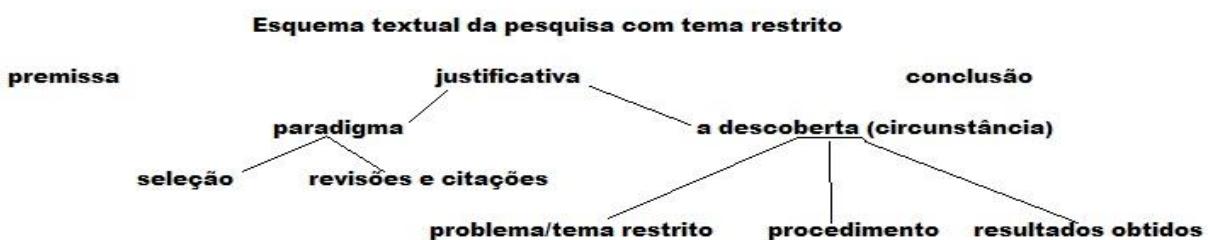


Figura 5 – Esquema textual da pesquisa com tema restrito. Fonte: adaptado de Silveira (2012, p. 151).

O gênero da pesquisa com tema abrangente estabelece relação não apenas com o paradigma em vigor, mas também em outros paradigmas, uma vez que o problema elaborado não conta com o paradigma para ancorá-lo teórica e metodologicamente – o resultado da pesquisa irá compor o paradigma, ou seja, o gênero da pesquisa com tema abrangente produz novos paradigmas. Além disso, as pesquisas podem ser temáticas (exploram as fontes de investigação), ou históricas (exploram os fatos de um período histórico).

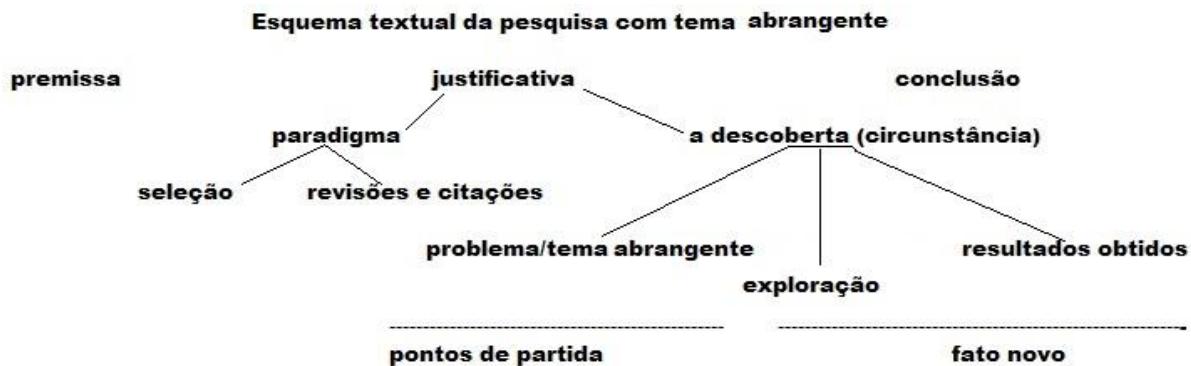


Figura 6 – Esquema textual da pesquisa com tema abrangente. Fonte: Silveira (2012, p. 211).

Silveira (2012) também aborda o ensaio do discurso científico. A autora busca na etimologia da palavra ensaio, em latim *exagin, pesagem*, o significado que pretende adotar para tratar desse gênero. Há um julgamento cujo propósito consiste na construção de veracidade de um fato previamente à execução de sua experiência.

De forma geral, o ensaio é relativo a um processo analítico que tem por objetivo expor pontos de vista divergentes a respeito de um fato, aceito pela comunidade científica; trata-se de uma tentativa de interpretação original, embora não exaustiva. Dessa forma, implica o confronto, de um lado dos valores positivos e de outro, dos valores negativos, atribuídos a um mesmo fato, a partir dos quais o ensaísta seleciona progressivamente uma resposta para a qual ele pretende atribuir veracidade científica. Logo, é um texto dissertativo, com o encaixe dominante da sequência argumentativa (tese 1, contra-argumentos, argumentos e tese 2), embora, por vezes, possa também haver a dominância da sequência explicativa, com argumentos de legitimidade e de reforço construídos sem se recorrer a resultados obtidos de pesquisa (SILVEIRA, 2012, p. 295-296).

O ensaio, geralmente, aborda algum tema de interesse científico e da atualidade e busca, com base em dois pontos de vistas diferentes, construir uma argumentação lógica, conforme a experiência do pesquisador, que produza um conhecimento novo. Por isso, o ensaio possui como dominante em sua organização textual o discurso dissertativo de duas teses, que pode conter encaixes de sequência argumentativa, para validar seu ponto de vista defendido, e sequência explicativa, quando o assunto tratado não for de conhecimento da comunidade acadêmico-científica.

Ao analisar o modo como Silveira (2012, p. 298) concebe a composição textual do ensaio, formulamos o seguinte esquema:

Texto reduzido: título e resumo;

Texto expandido:

- Apresentação: valores positivos *vs.* valores negativos;

- Justificativa:
 - Cognições sociais: materiais publicados;
 - Circunstância: pontos de partida (exame dos dois valores);
 - Pontos de partida: argumentos de legitimidade e reforço;
 - Fato: reconstrução do fato científico (posição nova tomada pelo ensaísta) – apresentação da questão científica de interesse atual, avaliação positiva/negativa e discussões.
- Conclusão.

O ensaio ainda pode ser, segundo a autora, de abrangência temática ou histórica. O primeiro avalia um fato que ainda não teve resultados ou abordagem satisfatórios dentro da comunidade, por especialistas, a fim de estabelecer um novo ponto de vista; e o segundo se constitui por uma “[...] seleção o (*sic*) que o ensaísta faz de uma questão científica de interesse atual, com o objetivo de provocar uma discussão, um conflito com as cognições sociais dos cientistas, e comunicar, a seus leitores, o seu julgamento [...]” (SILVEIRA, 2012, p. 312). Além disso, nesse tipo de ensaio, a argumentação se ancora no fato histórico do paradigma científico e no fato atual que pode ser uma pesquisa em andamento ou apenas alguma questão da atualidade. Silveira representa o esquema textual do ensaio da seguinte maneira:



Figura 7 – Esquema textual do ensaio científico. Fonte: Silveira (2012, p. 332).

Como o gênero ensaio possui similaridades com o texto de opinião, gênero que tem composição fixa e compõe o sistema de gêneros científicos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio do desenvolvimento da criticidade e mudança de atitude, na visão de Silveira (2012, p. 334), há a diferença de ambos. Embora o ensaio e o texto de opinião tenham estruturas textuais parecidas, o segundo se trata de um tema conflitante de domínio comum, de senso comum, em contraposição com a visão do pesquisador. Isso se deve ao fato de esse gênero apresentar textos “[...] opinativos e os valores atribuídos pelo autor não participam do paradigma científico em vigor, pois se trata de avaliar

um fato social que não é do domínio científico” (SILVEIRA, 2012, p. 334), diferentemente do ensaio, cujas “cognições sociais são do domínio científico”.

O estudo de Silveira (2012) contribui para este estudo na medida em que permite compreender melhor a estrutura textual de ambos os gêneros. Contudo, verificaremos se, no *corpus* selecionado, tais estruturas acontecem da mesma forma como apresentados pela autora.

2.3 Os gêneros da esfera acadêmica

Dentre os constituintes que legitimam a comunidade acadêmica, enquanto esfera de atividade humana, estão as práticas dos gêneros discursivos, próprias de cada domínio discursivo. Elas são construídas convencional e historicamente para realizar diversas funções no contexto científico.

Segundo Bezerra (2006, p. 62):

O ambiente acadêmico em geral, como um dos muitos domínios da atividade humana, evidentemente abrange e produz incontáveis gêneros, localizáveis dentro de conjuntos de gêneros, que por sua vez se integrarão a sistemas de gêneros e sistemas de atividades. Basta considerar, por exemplo, o conjunto de gêneros que um estudante de graduação deverá produzir até chegar à conclusão de seu curso. Ou nos variados gêneros que um professor produz no cumprimento das diversas responsabilidades impostas por sua vida profissional e acadêmica.

Os sistemas de gêneros e os de atividades aos quais Bezerra se refere são compostos de inúmeros gêneros. Apesar de ser impossível reunir a descrição de todos os gêneros desses sistemas em um único estudo, é possível encontrar trabalhos que se dedicam exclusivamente a um ou outro gênero acadêmico (MACHADO, 2004; SIMÕES, 2010), o que nos leva a afirmar que há considerável interesse pelos gêneros dessa esfera. Talvez isso possa ser explicado nas seguintes palavras de Bazerman (2006, p. 20): “A questão subjacente é que aprender a escrever nos gêneros da ciência e da tecnologia é aprender como participar e contribuir significativamente dentro dessas esferas de atividade”.

Compartilhamos da posição de Bazerman, uma vez que uma contribuição significativa para as atividades da comunidade acadêmica está diretamente relacionada com o domínio das práticas que são realizadas no interior dessa comunidade. Bakhtin (2006, p. 284-285), de certa forma, ao dizer que não raro uma pessoa que domina o discurso em diferentes esferas da comunicação cultural “[...] sabe ler relatório, desenvolve uma discussão científica, fala

magnificamente sobre questões sociais”, ele ressalta que o domínio dos gêneros possibilita um emprego mais livre dos mesmos, pois: i) “[...] descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário); ii) refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação” (*Ibidem*). Por isso, o conhecimento sobre os gêneros científicos é indispensável para a plena participação social. Em busca desse conhecimento, variadas áreas do saber vêm se dedicando ao tratamento dos inúmeros gêneros que circulam em nossa sociedade.

Como esta pesquisa pretende se debruçar, principalmente, sobre o gênero **ensaio**, comparando-o ao **artigo**, a fim de identificar semelhanças e diferenças entre ambos, baseando-nos nos níveis profundo e superficial do folhado textual de Bronckart, que correspondem à infraestrutura e aos mecanismos de textualização, dedicamos os próximos tópicos à discussão de alguns aspectos relacionados a tais gêneros.

2.4 O artigo

Nesta seção, traçamos um panorama sobre o gênero **artigo** recorrendo a diversos autores de manuais, a fim de levantar conhecimentos que nos permitam (re)conhecê-lo em publicações de periódicos.

O artigo acadêmico científico, embora seja um dos gêneros mais fortemente presentes na comunidade acadêmica científica, por vezes se torna alvo de dúvidas e dificuldades por parte de graduandos e pós-graduandos, até mesmo daqueles que já possuem certa experiência em curso de pós-graduação (FIGUEIREDO; BONINI, 2006, [s.p.]). Isso parece ser oriundo, *a priori*, de três fatores inter-relacionados: a falta de familiaridade com a escrita acadêmica em formatos outros que não o de “prova”; a dificuldade de inserir o artigo no rol das práticas sociais e discursivas cotidianas da comunidade; e o próprio contexto de circulação do gênero, que pode conter parâmetros variáveis.

De fato, o contexto de circulação do artigo acadêmico, cuja extensão costuma ser de aproximadamente dez mil palavras, concerne, normalmente, aos periódicos especializados. O objetivo principal desse gênero é apresentar resultados, de maneira relativamente breve, de uma pesquisa realizada, como afirmam Motta-Roth e Henges (2010) e Medeiros (2010). Marconi e Lakatos (2003 [1985], p. 259) destacam que “[...] por serem completos, [os artigos] permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e dos resultados obtidos, repetir a experiência”, posição ratificada por Medeiros

(2006), o que legitima sua científicidade e o torna passível de ser verificado, ampliado, testado em outras bases ou até mesmo questionado.

Embora seja indicada a extensão de aproximadamente 30 páginas e o objetivo de divulgação de um novo saber, ambos os aspectos podem sofrer variações conforme a política editorial do periódico em que se pretende publicar (SEVERINO, 2007, [s.p.]). Com isso, o tamanho do texto pode ser reduzido, e o artigo pode ser de dois tipos, **original** ou de **revisão**, como exporemos adiante.

O(s) sujeito(s) autor(es) do artigo precisa(m) estar inserido(s) num cenário de pesquisa, ou seja, se envolver(em) em algum nível de pesquisa da graduação ou da pós-graduação. O envolvimento do sujeito na descoberta assegura ao artigo a modalidade de discurso primário, pois, por meio dele, esse indivíduo pretende envolver a comunidade com o valor de verdade de sua descoberta. É por isso que, geralmente, o artigo “[...] apresenta o resultado de estudos ou pesquisas pequenas, porém completas, que não constituem matéria para um livro” (BRITTO, 2001, p. 1).

Assim, o artigo está vinculado ao contexto acadêmico e científico e cumpre o papel de divulgar entre pesquisadores de diferentes níveis, “[...] em âmbito nacional e internacional, os resultados parciais e finais de pesquisas desenvolvidas em cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e pós-graduação” (SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 119). Isso é de extrema relevância para o desenvolvimento de cada área, visto que o artigo “[...] proporciona não só a ampliação dos conhecimentos como também a compreensão de certas questões” (MARCONI; LAKATOS, 2003 [1985], p. 259).

Ainda segundo os autores acima referidos, cada nível de ensino pode produzir artigos conforme as exigências discursivas do nível. Assim, “[...] no ensino técnico, tecnológico e na graduação, os artigos científicos podem ser oriundos de pesquisas de Iniciação Científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), monografias e demais trabalhos de pesquisa”, (SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 120), ao passo que, no nível da pós-graduação, “os artigos podem ter como origem os resultados parciais ou finais de monografias de cursos de especialização, de dissertação de mestrado e de teses de doutorado” (*Ibidem*).

Segundo a NBR 6022 (2003, p. 2), o artigo científico “[...] parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento”. O conteúdo desse gênero pode ser **original**, em que se tem a apresentação de tema ou abordagem originais; ou de **revisão**, em que se tem a análise e a discussão de informações já publicadas (NBR 6022, 2003, p. 2; SANTOS; OLIVEIRA, 2011, p. 121).

Podemos distinguir os dois tipos de artigo da seguinte maneira: **artigo original**, em que o objeto ou tema se origina numa pesquisa em andamento ou concluída e cujas partes textuais podem ser decompostas¹⁴ em: título, resumo em língua materna, resumo em língua estrangeira, palavras-chave (termos representativos do estudo), introdução (apresentação do tópico), embasamento teórico (teorias que amparam o trabalho), fundamentos e procedimentos metodológicos (como o trabalho é conduzido), resultados e discussões (dados obtidos por meio da análise e elaboração de nova teoria), conclusões ou considerações finais (resultados que amparam a nova teoria) e, por fim, referências, assim como já salientado por Silveira (2012).

Marconi e Lakatos (2003 [1985], p. 261-262) apresentam três subtipos de artigos científicos, sendo que dois deles parecem corresponder ao artigo original e ao de revisão. O primeiro subtipo de artigo apresentado é denominado “argumento teórico”, em que há argumentação desenvolvida sobre uma visão que pretende levar a uma tomada de posição. A nomenclatura do artigo é problemática, porque parece excluir a argumentação presente no artigo de forma geral, o que não é possível se levarmos em conta que o artigo é um gênero dissertativo e que busca, por meio da análise dos argumentos, convencer o interlocutor de que o saber novo é legítimo. Esse subtipo parece ser o que denominamos acima de artigo de revisão.

O segundo subtipo de artigo trazido pelas autoras diz respeito ao “artigo de análise”, em que o produtor ou sujeito-autor analisa um elemento a fim de descobrir ou provar uma tese sobre sua natureza. Esse tipo corresponde ao artigo original e possui uma denominação problemática, uma vez que os artigos parecem ser resultados de pesquisas que exigem análises, embora os tipos de análise possam diferenciar os subtipos de artigos. Quer seja o artigo de revisão ou o original, ambos envolvem pesquisa teórica bibliográfica e análise do que for encontrado; o que os diferencia, então, são o foco e a maneira de lidar com a análise.

E o terceiro subtipo de artigo elencado por Marconi e Lakatos (2003 [1985], p. 262) é o “classificatório”, no qual o sujeito-autor tenciona classificar determinados “[...] aspectos de um determinado assunto e explicar suas partes. Primeiramente, ele faz a divisão do tema em forma tabular, ou seja, em classes, com suas características principais. Depois apresenta: definição, descrição objetiva e análise”. Não está clara a natureza desse artigo, mas acreditamos que possa ser mais um subtipo do “artigo de análise”, ou seja, do artigo original. Medeiros (2006), inspirado em Marconi e Lakatos (2003 [1985]), também apresenta esses três

¹⁴ As partes da estrutura global do artigo podem ser inseridas em outras ou, até mesmo, com uma ordem diversa da que apresentamos. O importante é que o conteúdo a que se refere cada subdivisão esteja presente.

subtipos de artigo, mas não fornece detalhes sobre cada um, assim como se verifica em Marconi e Lakatos.

O artigo deve, ainda, conter uma série de elementos pré e pós-textuais, como título, autor, resumo, palavra-chave, citação, notas, referências, tabelas e outros elementos textuais que complementam o trabalho ou que contribuem para sua identificação (NBR 6022, 2003, p. 2). Para a produção do artigo, o sujeito-autor deve ser capaz de demonstrar algumas habilidades, como: a) selecionar bibliografia relevante; b) refletir sobre estudos já desenvolvidos na área; delimitar um problema a ser estudado; c) elaborar uma abordagem para o exame desse problema; d) delimitar e analisar um conjunto de dados representativo do universo sobre o qual se deseja alcançar generalizações; e) discutir e apresentar resultados; f) concluir com uma generalização relacionada à área específica em questão (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 68). Segundo Marconi e Lakatos, (2003 [1985], p. 260), o sujeito-autor pode:

- Versar sobre um estudo pessoal, uma descoberta, ou, ainda, dar um enfoque contrário ao já conhecido;
- Oferecer soluções para questões controvertidas;
- Levar ideias novas ao conhecimento do público intelectual ou especializado no assunto, para sondagem de opiniões ou atualização de informes;
- Abordar aspectos secundários, levantados em alguma pesquisa, mas que não seriam utilizados nela.

Destarte, o artigo implica sujeito(s) envolvido(s) com o meio científico em algum momento de seu percurso profissional, e exige que ele(s) mobilize(m) conhecimentos e habilidades para realizar e mostrar o seu feito, ou seja, a capacidade de construir textualmente seus saberes para contribuir com as práticas sociais da esfera científica.

2.5 O ensaio

Nesta seção levantaremos os conhecimentos acerca do gênero ensaio, objeto desta pesquisa, para que possamos estabelecer o que já se conhece sobre ele e como reconhecê-lo.

Recientemente, las múltiples acepciones de la voz “ensayo” y lo popular de su uso en los medios editoriales, ha dado lugar a un obscurecimiento de su significado. Confusión que se aprovecha para dar cabida bajo su protección a todo aquello difícil de clasificar en los tradicionales géneros literarios (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 9).

A palavra **ensaio** remonta, originalmente, ao século XVI, quando foi usada por Michel Eyquem de Montaigne, político, filósofo, escritor e cético francês, considerado o criador desse gênero. Por definição da própria expressão, ensaio se refere à tentativa, ao treino, ao teste, dentre outros termos do mesmo conjunto semântico. De acordo Montaigne, o ensaio seria um exercício livre do pensamento, do qual decorre seu caráter crítico e pessoal, uma vez que se trata de um texto “[...] em que a pena do autor é deixada à vontade, guiada pelo senso comum, misturando instinto com experiência, circulando pelos temas mais diversos, sem compromissos com a autoridade, mas sim com a liberdade” (EDUCATERRA, 2012, [s.p.]).

Francis Bacon, político, filósofo e ensaísta inglês, reivindicou o título de criador do ensaio, pois também contribuiu para que esse gênero se desenvolvesse. Mas, ao contrário dos textos de Montaigne, seus textos eram mais longos, objetivos e formais, a que se atribui uma das duas variações do gênero, a avaliação e a indagação (SILVEIRA, 2012, p. 296). De fato, o gênero assumiu sua característica mais marcante, a subjetividade, apenas com o Renascimento e o “descobrimento” do indivíduo. Antes disso, as projeções pessoais do autor não eram permitidas (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 6).

Lima (1964) elenca as quatro características marcantes dos ensaios de Montaigne: i) o ensaio como um “autoexercício da razão” (p. 57), a prática do intelecto acerca de matérias experimentais; ii) “o saber que se destila da vida” (p. 60), qualidade possível devido à experiência dos autores que o produzem; iii) “A crítica está para a razão como a marcha para o corpo. Este só se autoexercita, andando, como a razão, criticando” (p. 63) – natureza crítica; e iv) autonomia mental, sem a qual o ensaio não pode ser exercício das faculdades e perde sua essência.

Rodrigues (no prelo) destaca a ideia de Lima (1964) de que o ensaio não seria um gênero, mas antes uma metodologia humanística. Vale lembrar que o questionamento do ensaio enquanto gênero também acende a discussão entre teóricos de correntes diversas sobre a natureza genérica do ensaio, se literário ou discursivo. Nossa consideração acerca dessa discussão é que se o gênero, entendido como ação de linguagem, pertence ao mundo do discurso, o ensaio é, sobretudo, um gênero do discurso, podendo ou não ser literário, ou seja, ao pertencer a uma comunidade discursiva e possuir propósitos e qualidades que lhe dizem seu valor discursivo e social dentro de uma esfera, o ensaio se constitui como gênero (a discussão sobre a possibilidade de ser literário é secundária e relacionada ao seu próprio contexto de produção e propósito comunicativo).

Cumpre ressaltar, também, a visão de Adorno (apud GUERINI, 2008, p. 17-18) sobre a descontinuidade, uma peculiaridade da natureza do ensaio de Montaigne:

O ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. O ensaio não quer captar o eterno nem destilá-lo do transitório; prefere perenizar o transitório [...] Enquanto se rebela esteticamente contra o estreito método de não deixar nada fora, o ensaio obedece a um motivo de ordem epistemológica. [...] Também no modo de expor, o ensaio não deve fazer como se ele tivesse deduzido o objeto e que dele nada mais restaria a dizer. É inerente à forma do ensaio sua própria relativização. [...] A descontinuidade é essencial ao ensaio. [...] A unidade do ensaio é determinada pela unidade do seu objeto, junto com a da teoria e da experiência que se encarnam nele. A sua natureza aberta não é algo vago, de sentimento e de estado d'alma, mas alcança contornos por seu conteúdo [...].

Rodrigues (no prelo) ainda aponta a oralidade na escrita, outra característica do ensaio que, acreditamos, não estará fortemente presente no ensaio acadêmico científico. Essa pressuposição se deve ao fato de concebermos o ensaio como objeto participante de uma esfera formal de comunicação, em que a linguagem é marcadamente objetivada e cerimoniada.

No campo da literatura, Gómez-Martínez, em sua obra *Teoría del ensayo* (1992), cita alguns autores ao chamar a atenção para a dificuldade de definição do termo **ensaio**. Para Bleznick (1964, [s.p.]), crítico literário, o ensaio “[...] pode ser definido como uma composição em prosa de comprimento moderado, cuja finalidade é de explorar um problema limitado em vez de investigar a fundo os diferentes aspectos do mesmo” (tradução nossa). Lima (1967) já destacava que a investigação de um tema nos ensaios de Montaigne era em razão da importância do conceito de julgamento do autor, para quem julgar é artifício intrínseco na busca do exercício da faculdade mental e da descoberta.

Para o crítico e ensaísta Gómez de Baquero (apud GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992, p. 5), o ensaio é uma forma de didatizar uma tese a ser defendida, com a possibilidade de construção estética na escrita:

El ensayo es la didáctica hecha literatura, es un género que le pone alas a la didáctica y que reemplaza la sistematización científica por una ordenación estética, acaso sentimental, que en muchos casos puede parecer desorden artístico. Según entiendo el ensayo, su carácter específico consiste en esa estilización artística de lo didáctico que hace del ensayo una disertación amena en vez de una investigación severa y rigurosa. El ensayo está en la frontera de dos reinos: el de la didáctica y el de la poesía, y hace excursiones del uno al otro.

Além dessa inclinação didática do gênero, pode-se notar que, desde as origens e na literatura, o ensaio mescla conflito, reflexão e julgamento de uma questão que não pretende se exaurir, mas sim apontar para uma nova possibilidade:

O ensaio pode apresentar, em suas passagens narrativas, um conflito e sua resolução, mas a natureza fragmentária e hipotética do ensaio, mesclando o factual e o ficcional, dilui mais facilmente a atenção do leitor para “o que finalmente aconteceu”, pois imediatamente a um fato narrado segue uma consideração de caráter reflexivo, que, por sua vez, se segue pela narração de um novo conflito que ilustre a contento as considerações desenvolvidas e assim sucessivamente (CARRIJO, 2007, p. 21).

O gênero ensaio parece conservar elementos de sua origem filosófica e política, mas não encontra limitações na área da ciência, uma vez que busca seu propósito gerador de investigação racional e pode ser utilizado na divulgação científica. Por essas possibilidades de transitar dentro de diversas esferas de comunicação, tal gênero pode ser classificado como complexo ou “um gênero miserável e afortunado”:

Pierre Glaudes e Jean-François Louette afirmam que, o ensaio é um texto concomitantemente miserável e afortunado. (cf. GLAUDES; LOUETTE, 1999, p. 3): miserável, porque é um conceito que tem servido como “etiqueta”, “rótulo” a uma vasta panóplia textual que, em muitos dos casos, não engloba de facto ensaios; afortunado, precisamente, pela ausência dessa precisão na designação e utilização do conceito e no seu referente, congeminância que lhe tem permitido uma efectiva sobrevivência e expansão (MATIAS, 2011, p. 575).

Trazido para o âmbito acadêmico, esse gênero deixa de ser “ensaio de”, como nos moldes da autorreflexão montaigneana, e passa a “ensaio sobre”, em que o objeto se sobrepõe ao sujeito. O caráter interrogativo do ensaio estabelece um lugar de tensão mais teórica do que empírica.

[...] o ensaio, esposando o espírito de livre indagação, se aproveita das vantagens da dúvida e adota um critério relativista, que o faz caminhar por aproximações sucessivas e tentativas de apreensão, de modo a reconhecer humildemente, após ter desvendado, com certo orgulho, tantas faces novas no objeto de conhecimento (ARRIGUCCI, 1999, p. 249).

Percebe-se o teor desafiante do gênero, cuja liberdade de escrita não poderia resultar em algo diferente de uma peculiaridade comum aos ensaios das mais díspares áreas: “[...] a sua condição subjetiva, e é esta subjetividade que paradoxalmente causa ambiguidade e

dificuldade de definição” (GÓMEZ-MARTINEZ, 1992, [s.p.]). A fragilidade formal do gênero parece permitir muito mais que digressões, uma vez que admite também a escrita sem os modelos preestabelecidos da ciência e as convenções da academia. Nesse sentido, podemos nos questionar: O que permite que um gênero tão frioso como o ensaio tenha espaço na comunidade científica? Talvez a necessidade de dialogar de forma mais livre e, quiçá, pessoal, com a comunidade científica ou a necessidade de se colocar, além de pesquisador, mas, sobretudo, um pensador, um filósofo de sua área preparado para o diálogo e para elaborações teóricas mais participativas?

Possenti (2002) responde a essa questão, de certo modo, ao dizer que o ensaio, por partir do questionamento de teorias do paradigma científico e pretender ratificá-lo ou modificá-lo (SILVEIRA, 2012), possui um “eu” autor cientista que sofre apagamento a partir de seu raciocínio lógico sobre o paradigma. Com isso, o sujeito apresenta-se “[...] como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscui-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença” (POSSENTI, 2002. p. 69).

Por tratarmos do ensaio em esfera acadêmica, seu meio de circulação se refere aos periódicos das áreas das ciências. Por isso, trazemos alguns conceitos presentes nos manuais acadêmicos, a fim de conceituar o ensaio dentro da esfera que será nosso foco. Para Medeiros (2006, p. 228), o ensaio é uma apresentação organizada de estudos e de suas conclusões após um acurado exame:

Massaud Moisés (1987b, p. 227) apresenta duas ramificações do ensaio: o informal e o formal. O informal é exemplificado com a obra de Montaigne (*Ensaios*), marcado pela liberdade criadora e pela emoção. O ensaio formal caracteriza-se pela seriedade dos objetivos e da lógica do texto. É exemplo deste tipo o *Ensaio acerca do entendimento humano*, de John Locke. Massaud Moisés considera insuficientes tais características para distinguir um do outro, e destaca como características do ensaio formal: brevidade, serenidade (deixa de lado a polêmica e o tom enfático), uso da primeira pessoa. Além disso, o ensaio é problematizador, antidogmático e nele devem sobressair o espírito crítico do autor e a originalidade.

Como se pode notar, as qualidades atribuídas ao ensaio filosófico e ao literário também são transpostas para os exemplares do gênero na esfera científica.

Na comunidade acadêmica, assim como em qualquer outra comunidade discursiva, a utilização do discurso é marcada e determinada pelas relações de força. E entre os membros da comunidade científica, em específico, isso fica evidenciado na característica de que o ensaio científico, por se constituir como um gênero no qual se expõe vasta intertextualidade e

conhecimento sobre um domínio específico, fica restrito aos membros mais experientes dessa comunidade.

Considerando o conceito de dialogia de Bakhtin, podemos dizer que o ensaio científico surge em contrapartida a uma teoria ou a uma ideia que se faz a respeito de outras teorias, caracterizando-se como um gênero dialógico por natureza. Dessa forma, seu público-alvo pode ser variado entre os membros da comunidade discursiva ou até mesmo não membros que buscam uma discussão sobre determinado ponto de vista já instaurado.

Diferentemente do artigo, que não espera uma interlocução ativa de seu leitor, mas apenas a validação do conhecimento construído, o ensaio estabelece uma relação dialogal com o interlocutor, a fim de promover discussões que não se esgotem, mas que se enveredem por raciocínios ainda não realizados. Segundo Rodrigues (2012, p. 11):

[...] o contrato que o ensaísta estabelece com seu leitor pauta-se, sobremaneira, por uma relação inacabada em que prevalecem respostas fora do alcance. O leitor é um interlocutor ativo no ensaio, no sentido de lhe ser exigido uma constante participação nas reflexões do ensaísta, caracterizada como uma atividade reflexiva que não se encerra em si mesma.

O conteúdo temático do gênero ensaio científico, que carrega grande parcela de responsabilidade sobre a realização pelo gênero, parece-nos ser a discussão, de modo geral, de uma teoria ou ideia que pode contribuir para a comunidade científica, pelo fato de apresentar novos vieses de saberes acadêmicos (SILVEIRA, 2012).

O ensaio sempre referido a algo já feito, não se apresenta ele mesmo como criação, nem tampouco pretende algo que abarque o todo e cuja totalidade fosse comparável à da criação. [...] O objeto do ensaio é, no entanto, o novo enquanto novo, aquilo que não pode ser traduzido de volta ao antigo das formas vigentes. [...] A atualidade do ensaio é a do anacrônico. [...] a mais extrínseca lei formal do ensaio é a heresia (ADORNO, [s.d.] apud GUERINI, 2008, p. 17-18).

Para Severino (2000, p. 152), o gênero ensaio tem sido definido como um estudo “[...] bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo em exposição lógica rigorosa e reflexiva e argumentação rigorosa com alto nível de interpretação e julgamento pessoal”. Spina (1984) já ressaltava que o ensaio se difere de outros gêneros científicos pelo caráter crítico do texto sobre uma questão científica, embora não pretenda esgotar o aspecto tratado.

Apesar do rigor formal e da exposição lógica mencionados na definição de Severino (2000), o ensaio carrega grande carga de subjetividade que, aliada à experiência profissional e ao nível de *expertise*, permite ao ensaísta lidar com questões de uma forma mais experimentalista. Isso o leva a contribuir com o saber adquirido ao longo da prática em sua comunidade discursiva.

Segundo Britto (2001), o ensaio científico pode ser de dois tipos, **avaliativo** ou **teórico**. O ensaio **teórico** visa convencer o leitor acerca de determinado ponto de vista, por meio de argumentos favoráveis ou contrários a determinada teoria. Para isso, o produtor costuma recorrer a fatos já conhecidos pela comunidade científica (a intertextualidade é usada como um argumento de autoridade). Esse tipo de ensaio pretende estabelecer um novo ponto de vista, e isso exige domínio do assunto e da área em que se inscreve e de reflexão e discussão de especialistas, ou seja, membros mais experientes da comunidade científica. A estrutura do ensaio teórico compreende uma exposição de teoria ou ideia sobre a teoria a ser colocada em foco; apresentação dos fatos e argumentos (discussão embasada); síntese dos fatos e argumentos; e conclusão.

O ensaio **avaliativo**, por sua vez, traz um conjunto de experiências a serem confrontadas, avaliadas e transmitidas à comunidade científica, a fim de apresentar e mudar o ponto de vista do interlocutor. A estrutura desse tipo de ensaio compreende: apresentação do que está sendo avaliado; avaliação – coloca-se em xeque o valor do que está em foco; exposição de argumentos; e conclusão, com abertura para debate. Geralmente, o ensaio avaliativo, fora do âmbito científico, está presente também em suplementos culturais de jornais e revistas. A classificação de Britto (2001) parece conter diferenças sutis de classificação do ensaio, porém elucidativas, de como o tema pode ser tratado ao fazer a distinção de que o subtipo avaliativo extrapola a esfera acadêmica.

Carmo-Neto (1996, p. 89), apesar de não apresentar uma definição para o gênero ensaio, distingue quatro tipos: o **empírico**, que faz levantamento de dados, experimentos e desenvolvimentos (teóricos) oriundos dos dados; o **teórico**, no qual são desenvolvidas teorias, tratamentos abstratos, modelos e padrões (discutem-se a validade e a aplicabilidade de teorias, os problemas de adequação e as metodologias de maneira lógica); o **analítico** (produções com forte posição ideológica latente), que não raro induz o leitor a pensar que tudo que o autor diz é uma verdade absoluta; e o ensaio **descritivo** ou **histórico**, constituído de textos narrativos, em que se tomam dados, modelos, comportamento ou outros elementos como discussão.

Se o ensaio é um gênero analítico por natureza e dissertativo-argumentativo com incrustações de narrativa (SILVEIRA, 2012), como há de ser o discurso científico, as

subclassificações de Carmo-Neto (1996) não nos parecem acrescentar subtipos novos. Além disso, o autor é o único a considerar que o ensaio pode utilizar dados para realizar experimentos, método comum das pesquisas que são divulgadas pelos artigos.

Considerando o que foi dito a respeito do ensaio, podemos resumir algumas características previsíveis nesse gênero e que também foram elencadas por Rodrigues (no prelo):

- i. Teor interrogativo: propriedade de questionar e refletir;
- ii. Conflito não sedimentado: presença constante de conflito sem desfecho definitivo;
- iii. Descontinuidade: não sucumbe à ideia de completude e continuidade;
- iv. Certa universalidade: não trata de fatos, e sim de ideias e conceitos;
- v. Autoexercício da razão: reflexões baseadas na experiência do autor;
- vi. Caráter crítico: autoexercício crítico sobre um tema;
- vii. Pensamento original: autonomia mental para produzir um pensamento original decorrente de seu caráter interrogativo;
- viii. Relação específica com o leitor: não fornece respostas prontas ao leitor, e sua conclusão é sempre inacabada;
- ix. Incompletude e relativização: sem conclusões objetivas;
- x. Escolhas pessoais: forte presença das escolhas do ensaísta, acentuando o caráter subjetivo;
- xi. Reflexão lenta e ponderada: livre indagação;
- xii. Rigor conceitual e precisão teórica: conhecimento teórico, conceitual e prático inerentes no seu teor interrogativo.

A seguir apresentamos um quadro síntese, a partir do qual tencionamos comparar as principais características dos gêneros artigo e ensaio:

Quadro 4 – Síntese das características dos gêneros artigo e ensaio

CARACTERÍSTICAS	ARTIGO	ENSAIO
Extensão	Dez mil palavras (aprox. 30 páginas).	Apesar de a bibliografia não mencionar extensão, os periódicos geralmente o consideram menor do que o artigo.
Contexto de circulação	Periódicos	Periódicos
Sujeito-autor	Membro da comunidade que pretende “fazer saber”.	Membro da comunidade que pretende “fazer saber”, <i>expert</i> no campo.
Relação com o leitor	Interlocutor passivo	Interlocutor ativo
Objetivo	Divulgar resultados de pesquisa, um novo conhecimento que, mais tarde, fará parte do paradigma científico vigente.	Discutir de forma bem delimitada uma questão dentro de um tema, a fim de questionar ou validar um ponto do paradigma vigente.
Norma técnica	NBR 6022, de 2003	Não há, apesar de ter certa recorrência em manuais acadêmicos
Subtipos ¹⁵	Original (de pesquisa) Revisão (bibliográfico)	Formal – informal Avaliativo – teórico Empírico – teórico
Linguagem	Formal, com uso de vocabulário técnico.	Linguagem mais livre, com aspectos subjetivos.
Estrutura textual global	Título Resumo (com <i>abstract</i>) Palavras-chave Introdução (apresentação do foco e delimitação do tema; justificativa; objetivos) Fundamentos teóricos e metodológicos (teorias de base; metodologia utilizada para proceder à análise) Resultados Conclusões Bibliografia	Título Resumo Apresentação: exposição do objeto de discussão dividido em valores dualísticos Justificativa/Desenvolvimento: argumentação baseada no paradigma, tencionando para um ponto de vista Conclusão: posição assumida

Fonte: Elaboração da autora.

Esperamos que o presente estudo ratifique os dados encontrados, mas que também contribua para o acréscimo de novas concepções a esse quadro comparativo.

¹⁵ Não nos ateremos a essas subclassificações durante a análise devido à falta de esclarecimento, sobretudo, entre os tipos de ensaio, o que não nos fornece parâmetros para fazer essa distinção.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

A análise de gênero ainda suscita muitas dúvidas quanto aos procedimentos metodológicos, e diversos autores (ADAM, 1992, BRONCKART, 2009, MARCUSCHI, 2007) reconhecem a dificuldade de se definir uma metodologia segura e infalível para a análise dos gêneros. Essa realidade faz com que tenhamos diferentes propostas metodológicas voltadas à análise dos mais variados gêneros que despertam a atenção desses pesquisadores; contudo, de modo geral, todas falham, o que se deve às características dos gêneros: entidades discursivas complexas, plásticas, variáveis etc.

Mesmo com essa variedade de propostas (MOTTA-ROTH, 2011; BHATIA, 1993), temos notado a predominância de estudos que priorizam a metodologia que contempla a descrição e posterior análise das características textuais e discursivas, principalmente as primeiras, dos gêneros. A teoria de Bronckart, por exemplo, é de textos, não de gêneros, embora compreenda que as duas entidades, apesar de serem diferentes, se inter-relacionam.

Para explicar o constante enfoque descritivista de elementos textuais em que as análises de gêneros têm se baseado, Bazerman (2005, p. 38) ressalta que grande parte dos gêneros “[...] tem características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de texto que são. E, frequentemente, essas características estão intimamente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelos gêneros”. O autor reconhece, ainda, as limitações e os problemas em identificar e analisar gêneros, estabelecendo três pontos básicos a serem considerados: a quantidade de exemplos para análise, como tentativa de abranger variações do que pode ser o mesmo gênero; a diversificação as áreas/campos de estudo, o que, de certa forma, garantiria maior compreensão sobre as diferenças na organização social e na organização da ação; e:

A existência de um nome conhecido para um gênero dentro de uma esfera de práticas sugere que isso é realmente um conhecimento comum às pessoas envolvidas naquelas práticas. No entanto, as pessoas podem compreender algo diferente mesmo sob um nome único e compartilhado. Averiguar o grau de concordância para entender as particularidades do gênero, coletando exemplares do que as pessoas considerariam como cada um desses gêneros conhecidos, dá a você uma chance de examinar o quão similares eles são na forma e na função (BAZERMAN, 2005, p. 42).

Considerando os aspectos mencionados por Bazerman (2005), para a realização desta pesquisa selecionamos periódicos nacionais de três grandes áreas¹⁶: Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras e Linguística. Os periódicos selecionados são publicações *online*, de onde retiramos 20 exemplares de ensaio e 20, de artigo, o que totalizou 40 textos¹⁷ a serem analisados e comparados, com vistas a apresentar elementos que possam contribuir para a individualização de cada gênero.

Escolhemos a área de Humanas pelo fato de a pesquisa bibliográfica sobre o ensaio sinalizar para um gênero cuja escrita possui formas argumentativas mais livres, mais subjetivas e sujeita a reflexões sem a necessidade de se comprovar o teor científico das alegações. Desse modo, pressupõe-se que no campo das áreas mais diretamente relacionadas às Ciências Humanas o ensaio seja mais comumente produzido. As revistas interdisciplinares também foram consideradas devido a dois fatores: i) dificuldade de se encontrar revistas com alguma orientação para publicação de ensaio; ii) por abrangerem diversas áreas, podem fornecer uma visão que seja mais ou menos homogênea quanto ao entendimento dos gêneros.

Para selecionar os textos, primeiro fizemos um levantamento de revistas, cujo indicador de qualidade fosse classificado como *Qualis A* e *B*, conforme o índice da Capes. Em seguida, analisamos a política editorial e as orientações textuais da revista para identificar se o periódico previa a produção de ensaio e, por isso, orientava sobre o que era tomado como sendo um texto pertencente a esse gênero. Coletamos, então, no período de janeiro de 2011 até maio de 2013, textos publicados nas sessões específicas de acordo com as orientações editoriais, ou em outras sessões, desde que respeitada a denominação da revista sobre o texto. Esses textos foram arquivados em pastas e catalogados conforme os seguintes parâmetros: gênero e revista a que pertence, sobrenome do autor, data e título do texto.

As dificuldades para encontrarmos variadas revistas que aceitassem a publicação de ensaio comprova que a produção e a circulação desse gênero são, ainda, restritas, o que talvez se deva à falta de clareza sobre suas características textuais e discursivas, por exemplo.

¹⁶ No sítio virtual da Capes (<<http://www.capes.gov.br/>>), a fundação explica que a classificação original das Áreas do Conhecimento apresentou uma hierarquização em quatro níveis, que vão do mais geral aos mais específicos, abrangendo oito grandes áreas, 76 áreas e 340 subáreas do conhecimento, a saber:

1º nível – Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais, refletindo contextos sociopolíticos específicos.

2º nível – Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

3º nível – Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

4º nível – Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas.

Apresentamos, a seguir, os textos que compuseram o *corpus*, tanto os ensaios quanto os artigos.

Quadros 5 e 6 – Corpus de ensaios e artigos

CÓDIGO	ENSAIOS
E1	JAPIASSU, Ricardo. Trocando ideias: em visita a Anayde Beiriz – peregrina da liberdade. Caderno Espaço Feminino , Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 297-315, jan./jul. 2009.
E2	BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. O Mercosul é um espaço público? Os dilemas das centrais sindicais e da sociedade civil. Revista Múltipla , Brasília, v. 7, n. 11, p. 51-72, dez. 2001.
E3	SMILJANIC, Maria Inês. Da “invenção” à “descoberta científica” da Amazônia: as diferentes faces da colonização. Revista Múltipla , Brasília, v. 6, n. 10, p. 9-26, jun. 2001.
E4	FERNANDES, Rinaldo de. O conto brasileiro do séc. XXI. Revista Graphos , João Pessoa, v. 14, n. 1, [s.p.], 2012.
E5	JESUS, Diego Santos Vieira de. Bravos novos mundos: uma leitura pós-colonialista sobre masculinidades ocidentais. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 125-139, jan./abr. 2011.
E6	FERREIRA, Jonathas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 811-836, set./dez. 2010.
E7	ARANHA, Maurício. Alguns aspectos sobre mito e “estrelas” no cinema à luz da psicologia analítica. Ciência e Cognição , [s.l.], v. 7, p. 68-80, 2006.
E8	FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Autorregulação da aprendizagem. Ciência e Cognição , [s.l.], v. 14, n. 2, p. 276-286, 2009.
E9	HERKENHOFF, Maria Beatriz; RABELO, Desirée Cipriano. Controle social e direito de acesso à informação – considerações a partir da política de Assistência Social. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 82-93, jan./jul. 2011.
E10	SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.
E11	PUCHEU, Alberto. Em torno de um livro impossível de F. Nietzsche. Alceu : Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 115-127, jan./jun. 2004.
E12	BIASI-RODRIGUES, Bernardete; NOBRE, Kennedy Cabral. Sobre a função das representações conceituais simbólicas na gramática do design visual: encaixamento ou subjetividade? Linguagem em (Dis)curso , Palhoça, v. 10, n. 1, p. 91-109, jan./abr. 2010.
E13	FORNOS, José Luís Giovanoni. Teorias em conflito: reflexões sobre a história e a cultura no capitalismo tardio. Antares: Letras e Humanidades , [s.l.], n. 2, p. 223-237, jul./dez. 2009.
E14	ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Nós, desconhecidos, na grande rede. Linguagem em (Dis)curso – LemD , Tubarão, v. 5, n. 1, p. 71-91, jul./dez. 2004.
E15	CODATO, Adriano. A sociologia política brasileira em análise: quatro visões sobre o funcionamento administrativo do Estado Novo. Revista de Sociologia e Política , [s.l.], v. 19, n. 40, p. 273-288, 2011.
E16	ARCHANJO, Daniela Resende. Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria. Revista de Sociologia e Política , Curitiba, v. 19, n. 38, [s.p.], fev. 2011.
E17	FILHO, Wolney Honório. Educação dos sentidos: música e subjetividade. OPSIS , Catalão, v. 1, n. 1, p. 9-17, maio 2001.
E18	MANO, Marcel. Mito e história: perspectivas do debate entre estrutura e evento em etnologia. OPSIS , Catalão, v. 9, n. 13, p. 191-216, jul./dez. 2009.
E19	SALOMON, Marlon. É a leitura uma técnica do corpo? História Revista , Goiânia, v. 15, n. 1, p. 159-176, jan./jun. 2010.
E20	BORGES, Maryson José Siqueira. O tempo presente, a soleira e os silêncios: contribuições e desafios na proposição de um modelo de crítica literária benjaminiano. Revista Graphos ,

	João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 11-28, jun./2011.
--	--

CÓDIGO	ARTIGOS
A1	OLIVEIRA, Catarina Buriti. Trocando ideias: olhares historiográficos sobre as categorias de gênero: interfaces com as questões socioambientais. Caderno Espaço Feminino , Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 297-315, jan./jul. 2009.
A2	PINTO, Danielle Ayres; MESQUITA, Lucas Ribeiro. Smart power brasileiro: a cooperação internacional como projeção de poder internacional. Política Hoje , [s.l.], v. 21, n. 2, p. 350-386, 2012.
A3	COLLARES, Paula Renata Lucas. A desconstrução do discurso imperial em “A costa dos murmurários”, de Lídia Jorge. Revista Graphos , João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 9-17, 2012.
A4	MUNDIM, Pedro Santos. Cientistas Políticos, comunicólogos e o papel da mídia nas teorias da decisão do voto. Política Hoje , [s.l.], v. 19, n. 2, p. 338-364, 2010.
A5	MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010.
A6	FÁVERI, Marlene de; TANAKA, Teresa Adami. Divorciados, na forma da lei: discursos jurídicos nas ações judiciais de divórcio em Florianópolis (1977 a 1985). Estudos Feministas , Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 359-383, maio/ago. 2010.
A7	REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. Democracia, cívismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais , [s.l.], v. 16, n. 45, p. 25-46, 2001.
A8	FONTOURA, Denise Renata et al. Adaptação do instrumento de avaliação neuropsicológica breve NEUPSILIN para avaliar pacientes com afasia expressiva: NEUPSILIN-af. Ciência e Cognição , [s.l.], v. 16, n. 3, [s.p.], dez. 2011.
A9	CATUSSO, Marilu Chaves. Rompendo o silêncio: desvelando a sexualidade em idosos. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 4, n. 1, [s.p.], dez. 2005.
A10	SILVA, Christian Luiz da; ROTTA, Cristiano Vieira. O dilema da universalidade e financiamento público do Sistema Único de Saúde no Brasil. Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 333-345, ago./dez. 2012.
A11	AMADEO, Javier. Liberalismo e humanismo as linguagens da consciência na Inglaterra do século XVII. Varia Historia , Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 669-697, jul./dez. 2012.
A12	SIMÕES, Mauro Cardoso. John Stuart Mill: utilitarismo e liberalismo. Veritas , Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 174-189, jan./abr. 2013.
A13	CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A antropofagia na África Equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. Afro-Ásia , [s.l.], n. 37, p. 9-41, 2008.
A14	MIGNOZZETTI, Umberto Guarner; GALDINO, Manoel; BERNABEL, Rodolpho Talaisys. Modelo para explicar as coligações eleitorais para a câmara federal brasileira (1998-2006). Política Hoje , [s.l.], v. 20, n. 2, p. 741-788, 2011.
A15	BRANCO, Sinara de Oliveira. Diferenciais de poder e o empréstimo linguístico em traduções no Brasil. Antares: Letras e Humanidades , [s.l.], v. 3, n. 6, p. 236-250, jul./dez. 2011.
A16	PEREIRA, Cibele; CHEHTER, Ethel Zimberg. Associações entre impulsividade, compulsão alimentar e obesidade em adolescentes. Arquivos Brasileiros de Psicologia , Rio de Janeiro, v. 63, n. 3, p. 16-30, 2011.
A17	CARVALHO, Flaviane Faria. Os significados sociais construídos pela primeira página de jornais mineiros. Linguagem em (Dis)curso , Palhoça, v. 10, n. 1, p. 69-89, jan./abr. 2010.
A18	MELO, Sandra Helena Dias de. O discurso de neutralidade na imprensa. Linguagem em (Dis)curso – LemD , Tubarão, v. 5, n. 1, p. 29-40, jul./dez. 2004.
A19	ANDRADE, Karylleila dos Santos; BASTIANI, Carla. Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas. Antares , [s.l.], v. 4, n. 8, p. 169-184, jul./dez. 2012.

A20	SAMPAIO, Rafael Cardoso. Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online. Revista de Sociologia e Política , Curitiba, v. 20, n. 42, [s.p.], jun. 2012.
-----	--

Fonte: Elaboração da autora.

Constituído o *corpus*, adotamos o posicionamento teórico epistemológico bakhtiniano sobre gêneros, cuja composição consiste de três elementos constitutivos: conteúdo, composição e estilo. A esse elemento, juntamente com a composição, podemos associar a infraestrutura geral do texto de Bronckart (2009 [1999]), com plano geral, tipos de discurso e sequências.

Para a análise, adotamos os preceitos de Bronckart (2009 [1999]) no que diz respeito à análise de texto, por meio do que o autor estabeleceu como *arquitetura interna do texto*, tomando como elemento central de análise a infraestrutura, que inclui, de maneira relacional, os componentes conteúdo e composição, de Bakhtin; os mecanismos enunciativos, que podem nos revelar, em um nível mais superficial do texto, características distintivas; e a comparação da estrutura encontrada nos textos como a apresentada por Silveira (2012). Além disso, outras características textuais serão observadas a fim de contrastar as especificidades de cada gênero com as informações encontradas na pesquisa bibliográfica. Na análise são identificados, portanto, as seguintes categorias:

- Infraestrutura textual: os tipos de discursos e as sequências que compõem os textos de ambos os gêneros;
- Mecanismos enunciativos: os elementos de modalizações comuns e/ou caracterizadores de cada gênero, bem como a pessoa do discurso em que o texto está escrito e as intertextualidades explícitas;
- Estrutura textual global de cada gênero.

Encerrada a análise dos textos, apresentamos uma última análise comparativa entre os dois gêneros, buscando responder as questões de pesquisa: a) É possível identificar características prototípicas nos ensaios?; b) Quais atributos linguísticos e discursivos são identificáveis nesse gênero?; c) É possível levantar diferenças compostionais entre o ensaio e o artigo? Em caso afirmativo, quais seriam essas diferenças?; d) Há aspectos que fazem com que o ensaio e o artigo possam ser confundidos? Quais?

O *corpus* foi constituído a partir de 16 revistas de diversas instituições, nas quais averiguamos os gêneros aceitos para submissão, assim como as normas de produção e publicação dos textos. Primeiramente, tencionávamos retirar dois textos de cada gênero de cada revista; no entanto, dada a dificuldade de encontrar revistas que: i) tivessem o ensaio

como gênero em seu escopo; ii) tivessem publicação na sessão do gênero ensaio; e iii) explicitassem a classificação do texto como **ensaio**, pelo próprio autor, selecionamos dois textos do mesmo periódico, quando era o caso. Isso explica o fato de encontrarmos, no *corpus*, ensaios e artigos pertencentes à mesma revista.

Do total de revistas, apenas três traziam orientações sobre a produção tanto do ensaio quanto do artigo, sendo que uma delas (*Política Hoje*) não teve nenhum ensaio publicado. As informações sobre os gêneros artigo e ensaio que constavam nos periódicos dos quais coletamos o *corpus* apresentavam são as seguintes:

Quadro 7 – Informações¹⁸ das revistas sobre o artigo e o ensaio

REVISTA/INSTITUIÇÃO	NORMAS DE PUBLICAÇÃO/POLÍTICA EDITORIAL/INSTRUÇÃO PARA AUTORES
<i>Caderno Espaço Feminino</i> UFU	Não possui especificações sobre cada sessão ou sobre o gênero, mas aceita para publicação: “apresentação, artigo , bibliografia, entrevista, dossiê, ensaio , resenha, nota, homenagem”.
<i>Revista Estudos Feministas</i> UFSC	Define que os artigos podem ter até nove mil palavras ou 45 mil caracteres (aproximadamente 25 laudas, papel A4), incluindo referências bibliográficas, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de resumo e <i>abstract</i> (no máximo 10 linhas) e palavras-chave (máximo cinco) em português e em inglês, sendo que o título também deve estar traduzido para o inglês. Os ensaios devem ter até seis mil palavras ou 30 mil caracteres.
<i>Revista Múltipla</i> UPIS	Não possui especificações ou orientações sobre o ensaio , apesar de trazer uma seção com esse nome. Os artigos devem conter 25 laudas, aproximadamente, acompanhados de resumos em duas línguas, cuja extensão aproximada deve ser de 80 palavras. Notas e referências ainda devem constar no artigo e estarem de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).
<i>Política Hoje</i> UFPE	Possui uma seção denominada artigos , em que são publicados “artigos diversos”, e a seção fórum, designada para permitir o diálogo com artigos já publicados anteriormente pela revista. Essa seção “só poderá ser utilizada para submeter ensaios de diálogos com artigos já publicados na revista <i>Política Hoje</i> . Contudo, os ensaios só poderão dialogar com artigos publicados nos 2 Volumes anteriores ao qual se está submetendo o ensaio”. A revista ainda assegura o direito de réplica ao ensaio, cujo texto deve ser submetido por até um número do periódico, perdendo o direito à réplica, se passado o prazo. Contudo, não há publicação na seção.
<i>Revista Graphos</i> UFPB	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros aceitos para submissão (artigos, resenha, entrevista, relatos de pesquisa, ensaio). Apenas informa sobre tamanho de letra, normas da ABNT e que a contribuição deve ser original e assinada por, pelo menos, um doutor.
<i>Ciência e Cognição</i> UFRJ	Artigos científicos (empírico, experimental ou teórico): material inédito oriundo de investigação científica. Ele deve ser original

¹⁸As informações trazidas pelas revistas sobre as normas e os gêneros para publicação variam consideravelmente entre elas. Por isso, colocamos no quadro apenas a posição do periódico referente aos gêneros artigo e ensaio, ou, quando não há especificações, citamos somente os gêneros aceitos para submissão.

	(dados) e destinado exclusivamente para essa revista, não tendo sido publicado integralmente em nenhum outro veículo. Aconselha-se o máximo de 30 páginas (em chamada, estabeleceram-se 25). Ensaio acadêmico: texto acadêmico breve, de cunho didático, expondo ideias, críticas e reflexões científicas a respeito de certo tema. É menos formal e mais flexível que o artigo científico. Consiste obrigatoriamente na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema, sem que se paute exclusivamente em documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico. Aconselha-se o máximo de 20 páginas (a quantidade de páginas foi mencionada apenas na “chamada para publicação”).
<i>Varia Historia</i> UFMG	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros a serem submetidos; apenas instruções gerais sobre o texto (língua, quantidade de cópias, referências e características técnicas).
<i>Textos & Contextos</i> PUCRS	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros a serem submetidos à revista. Os artigos e ensaios são considerados como textos “sobre temas atuais e abrangentes que contribuam para a produção de conhecimentos, apresentando estudos e pesquisas aplicadas ou aportem opiniões e reflexões acerca das temáticas que são de interesse da área e da revista. No caso daqueles que apresentarem resultados de pesquisa, e contemplarem coleta direta de dados, é necessária a apresentação do comprovante de aprovação de um comitê de ética em pesquisa”.
<i>Veritas</i> PUCRS	Define que o artigo deverá ser precedido pelo título no idioma original e em inglês (ou vice-versa); Após o título, colocar o nome do autor e, em alínea ao pé da página, breve referência acadêmica ou profissional (titulação). Incluir, no final do texto, o endereço postal e o e-mail. A seguir, antes do texto propriamente dito, um resumo do trabalho, seguido de quatro ou cinco palavras-chave. Abaixo do resumo, deve constar o <i>abstract</i> do artigo em inglês, seguido de <i>keywords</i> . Os artigos devem ter, no máximo, 25 páginas.
<i>Antares: Letras e Humanidades</i> UCS	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros a serem submetidos à revista, mas orienta que os textos precisam estar acompanhados de resumo (até 10 linhas) e palavras-chave (no máximo cinco), com suas respectivas versões em inglês (<i>abstract</i> e <i>keywords</i>). Os artigos em língua estrangeira devem possuir resumo e palavras-chave em português. Os textos ainda devem apresentar extensão mínima de 12 e máxima de 25 laudas, além de outras características técnicas.
<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i> UFRJ	Artigos: A seção artigos publica trabalhos originais contendo relatos de pesquisa com dados empíricos, reflexões teóricas e revisão sistemática da literatura nas diversas subáreas da Psicologia e em áreas afins.
<i>Linguagem em (dis)curso</i> UNISUL	Artigo de pesquisa – texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo o relato de uma pesquisa empírica; Ensaio – texto com o mínimo de 5.000 e o máximo de 9.000 palavras, contendo discussão de um problema teórico relevante ao campo em que se insere. Ambos os gêneros devem, ainda, apresentar: título e resumo em duas línguas, contendo de 100 a 150 palavras. Sugere-se que os resumos explicitem o tema e/ou o(s) objetivo(s) do artigo, a orientação teórica e as conclusões mais relevantes. Nos resumos de artigos de pesquisa, é preciso citar também dados da metodologia (<i>corpus</i> , sujeitos, procedimentos etc.); palavras-chave (entre três e cinco) nas línguas portuguesa e inglesa; corpo do trabalho, contendo divisões internas

	numeradas a partir de um. Artigos de pesquisa devem conter, preferencialmente, as seguintes divisões: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados, considerações finais. Ensaios devem conter, pelo menos: introdução, discussão e considerações finais; referências bibliográficas em acordo com a norma da ABNT mais recente; anexo(s) a critério do autor.
<i>Revista de Sociologia e Política</i> UFPR	Artigos – devem ser acompanhados de um resumo e uma lista de palavras-chave, tanto em português e inglês, para fins de indexação bibliográfica. Os resumos devem conter introdução, materiais e métodos, resultados e discussão. Ensaios bibliográficos – textos sobre questões teóricas e metodológicas de aspectos específicos de Ciência Política, Sociologia Política e áreas afins que lidam com o fenômeno político, com base na análise de alguns livros recentemente publicados. Esses ensaios devem apresentar o “estado da arte” em alguma área específica (partidos e eleições, comportamento político, valores ideológicos, História Política, Relações Internacionais etc.).
<i>OPSIS</i> UFG	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros a serem submetidos à revista, mas orienta que os artigos tenham entre 15 a 20 páginas. Os textos submetidos à publicação ainda precisam conter título em português e inglês (em maiúsculo, negrito e centralizado), resumo de 150 a 250 palavras em português e em inglês e até cinco palavras-chave em português e em inglês, separadas por vírgula.
<i>História Revista</i> UFG	Não fornece orientações específicas sobre os gêneros a serem submetidos à revista, mas orienta que os artigos devem ter de 15 a 30 páginas. Os “textos” (não especifica gênero) devem constar de título em português e em inglês, resumo e respectivo <i>abstract</i> em inglês, com no máximo 12 linhas, três palavras-chave e respectivas <i>keywords</i> em inglês, separadas por vírgulas. O resumo deve ser apresentado no início do texto, com um máximo de 12 linhas, e seguir-se de três palavras-chave. O título em inglês, as <i>keywords</i> e o <i>abstract</i> devem vir no final do texto, antes das notas explicativas.

Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS

Comecemos a análise por retomar as características de extensão, nível de formação do autor, relação com leitor, objetivo, linguagem e estrutura textual, elencadas na página 68 com base na pesquisa bibliográfica. O primeiro elemento mencionado se refere à extensão de ambos os gêneros. Considerando as informações fornecidas pelas revistas, prevíamos que o artigo apresentasse aproximadamente 30 páginas. Para o ensaio, não havia nenhuma determinação quanto à extensão, embora algumas revistas mencionassem que ele é menor do que o artigo. Ao entender que a extensão dos dois gêneros analisados pode contribuir para as conclusões desta pesquisa, contamos as páginas de todos os textos selecionados para análise e, em seguida, fizemos a média aritmética quantitativa do *corpus*. Essa análise quantitativa sinaliza para o que já havia sido mencionado na tabela da página 68, ou seja, que o artigo é ligeiramente maior do que o ensaio. De fato, a análise comprovou essa previsão, uma vez que os artigos apresentaram média de 22,4 páginas, ao passo que os ensaios tiveram média de 17,3 páginas.

A autoria dos textos fora analisada no que concerne ao nível de formação dos autores. Observamos o grau de instrução dos autores do texto, a fim de identificar se há alguma especificidade de autoria para a produção do gênero. Dessa forma, identificamos que os autores dos ensaios apresentam maior titulação do que os autores dos artigos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Nível de formação dos autores dos gêneros

TITULAÇÃO DO AUTOR	ENSAIO	ARTIGO
Doutor	92% (23)	84% (21)
Mestre	4% (1)	12% (3)
Especialista	4% (1)	0
Graduação	0	4% (1)
Total de autores dos textos ¹⁹	25	25

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados acima podem ser explicados por meio de outro elemento de nossa tabela comparativa: o objetivo de cada gênero. Enquanto o artigo pretende divulgar resultados de pesquisa que comporão determinado paradigma científico, o ensaio busca discutir um tema a fim de questioná-lo ou validá-lo, motivo de sua demanda por um alto grau de conhecimento. A diferença verificada no que se refere à titulação dos autores é justificada se considerarmos

¹⁹ Alguns textos apresentaram mais de um autor; por isso, o total de autores é superior ao de textos.

que: a) o artigo é um gênero que visa à publicação de “descobertas” científicas; logo, independentemente do nível de titulação, os pesquisadores – docentes ou não – realizam pesquisas que se encaixam no perfil exigido pela revista; b) a exigência de algumas revistas que aceitam textos desde que, pelo menos, um dos autores tenha título de doutor; e c) a publicação conjunta orientandos/orientadores que atende a normas de revistas ou de programas de pós-graduação. Observamos, também, que uma parte considerável dos ensaios (35%) resulta de discussões de trabalhos de pós-doutorado, enquanto 55% dos artigos mencionam explicitamente que são produtos de pesquisas realizadas nos mais diversos níveis.

Passemos, agora, à análise da categoria estrutura textual, baseada em Silveira (2012) e, em seguida, da categoria infraestrutura textual e mecanismos enunciativos, com base no folhado textual de Bronckart (2009).

4.1 Estrutura textual²⁰

A publicação de textos em periódicos exige o cumprimento de algumas normas definidas pela revista nos aspectos formais, de conteúdo e nas normas técnicas da ABNT/NBR 6023, por exemplo. Diante disso, pode-se esperar uma considerável padronização dos textos publicados, principalmente daqueles inseridos no mesmo veículo. Nesta seção, procedemos à análise da estrutura textual que se baseou na identificação das partes que compõem os textos e em sua comparação entre os gêneros e os modelos apresentados por Silveira (2012). Relembremos, então, como a autora propôs a estrutura textual global do ensaio e do artigo.

Quadro 8 – Síntese da estrutura textual do artigo e do ensaio com base em Silveira (2012)

	ARTIGO	ENSAIO
Estrutura textual global	Título Resumo Palavras-chave <i>Abstract (com keywords)</i> Introdução (apresentação do foco e delimitação do tema; justificativa; objetivos) Fundamentos teóricos e metodológicos (teorias de base; metodologia utilizada para proceder à análise)	Título Resumo Apresentação: exposição do objeto de discussão dividido em valores dualísticos. Justificativa/Desenvolvimento: argumentação baseada no paradigma, tencionando para um ponto de vista. Conclusão: posição assumida

²⁰ Embora entendamos que a estrutura textual faz parte da infraestrutura textual de Bronckart, optamos por trazê-la separadamente para não fundir teorias que possuem propósitos e algumas conceituações diferentes entre si.

	Resultados Conclusões Bibliografia	
--	--	--

Fonte: Elaboração da autora, baseado em Silveira (2012).

A partir das estruturas propostas por Silveira (2012) na síntese acima, realizamos uma comparação das estruturas compostionais encontradas nos ensaios e artigos. Nessa comparação, foram considerados se havia coincidência entre a estrutura da autora e a encontrada, assim como outras possibilidades compostionais. Nos textos selecionados para o *corpus* desta pesquisa, destacamos abaixo o quanto as estruturas encontradas coincidiram com seus “modelos” esperados e as variações encontradas.

Tabela 2 – Análise da estrutura textual em comparação com Silveira (2012)

	ENSAIO	ARTIGO
Estrutura prototípica (do artigo) sem metodologia de análise	50% (10)	80% (16)
Estrutura prototípica ²¹	35% (7)	15% (3)
Título		
Introdução		
Análise/Discussão		
Notas	15% (3)	5% (1)
Referências		

Fonte: Elaboração da autora.

Diferentemente do que se esperava devido às instruções tradicionais dos próprios periódicos em estabelecer um esqueleto do discurso da ciência, houve três variações de estruturas de artigos, mas a maioria (80% - 16) seguiu a estrutura prototípica apresentada por Silveira, sem explicitar a metodologia utilizada. Apenas 15% (3) seguiram integralmente a estrutura básica do artigo com os elementos título, resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução (com apresentação do foco de discussão, delimitação do tema, justificativa e objetivo), fundamentos teóricos (teorias que ancoram o trabalho) e metodológicos (procedimentos de análise), resultados, conclusão e referências. Apenas 5%, que representa 1 (um) texto dos artigos, tiveram estrutura mais diferente e resumida da esperada, com título, introdução, análise, notas e referências, estrutura que também esteve presente nos ensaios com maior proporção (15% - 3). Uma possível explicação para essa variação na estrutura textual talvez esteja nas situações das quais se originaram os textos: 11 (onze) textos mencionaram, de maneira explícita, que eram resultados de pesquisa, em

²¹ Estrutura prototípica se refere à apresentada no quadro acima, a síntese, proposta por Silveira (2012).

diversos níveis acadêmicos, desde graduação até doutorado, 1 (um) resultou de discussões em programa de pós-graduação e 8 (oito) não mencionaram.

Os ensaios expuseram ainda mais diversidade em sua estrutura, inclusive assumindo a prototípicidade do artigo, o que correspondeu a 50% (10) dos textos. Em segundo lugar (35%), foram identificados 7 (sete) ensaios com estrutura prototípica de ensaio, conforme Silveira (2012), e 1 (um) sem a presença de *abstract* (5%), sendo compostos por título, resumo, introdução (em que se apresenta o objeto de discussão dividido em valores dualísticos, justificativa e desenvolvimento, com argumentação tencionando para um ponto de vista) e, por fim, conclusão com posicionamento assumido. A composição prototípica do ensaio tem como característica marcante sua organização sob dois pontos de vistas diferentes: um atribuído à comunidade, o dado, e outro, ao ensaísta, o novo, que, geralmente produzem duas teses (SILVEIRA, 2012, p. 297). Exemplifiquemos com o próprio exemplo da autora:

Em um texto cujo tema seja “educação de superdotados”, são apresentadas duas teses:

- **Tese 1** (valor positivo): a educação dos superdotados é objeto de atenção nos países de primeiro mundo, pois, num futuro próximo, os superdotados manterão o poder internacional de seu país;
- **Tese 2** (valor negativo): a educação dos superdotados é ignorada na América Latina e no Brasil, pois o superdotado é capaz de se autogerenciar, e os demais alunos, não.

Apesar de a autora estabelecer que esses pontos de vista se constituem numa polaridade, acreditamos que eles não necessariamente negam um ao outro, e sim estabelecem uma contraposição sobre a qual a argumentação será construída. Vejamos o exemplo E5²², que apresenta dois pontos de vista que orientam argumentativamente o texto que discute “o papel das masculinidades ocidentais”:

- **Ponto de vista 1:** A diferença [de gênero] é concebida como um recurso de autoavaliação capaz de transformar visões do Eu com relação ao Outro e à sua própria cultura no “momento etnológico” todoroviano e salienta que o diálogo cultural permite a desestabilização de tendências polarizantes que objetificam a diferença (JESUS, 2011, p. 125).
- **Ponto de vista 2:** A diferença é concebida como forma de consolidação da masculinidade hegemônica que sustenta a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

²² Tanto o texto E5 quanto o E3 estão no anexo deste trabalho.

Nos excertos acima, a polaridade das ideias sobre a diferença de gênero parece ser construída para desenvolver a discussão em direção ao primeiro ponto de vista. Sendo assim, o ponto de vista 2 não deixa de ser um contra-argumento a ser desenvolvido e confrontado com novas informações implicadas na explicação da tese 1, cujo valor nos parece positivo diante da tese 2.

Outro exemplo de ensaio cuja argumentação se baseia numa polaridade acontece em E3, em que são confrontados os seguintes pontos de vista sobre o processo de colonização da Amazônia:

- **Ponto de vista 1:** Os relatos da descoberta da América utilizavam de linguagem figurativa e à semelhança de modos e características da natureza europeia; assim, as representações fantásticas do Novo Mundo são relegadas ao reino das fábulas, à “invenção” da América.
- **Ponto de vista 2:** Os relatos orientados por um vigor iluminista de descrever, mensurar e mapear a natureza segundo critérios racionais orientará, ao trabalho intelectual europeu, uma conquista científica do mundo.

As duas visões sobre os relatos da descoberta do Novo Mundo irão se contrapor ao longo do ensaio e, assim como esperado, apenas uma irá prevalecer, embora haja explicações de ambas. Outros ensaios apresentaram pontos de vista similares a E3, como E11, em que a dualidade se estabelece sobre a obra de Nietzsche ao contrapor sua escrita poética em relação à sua escrita filosófica e à implicação de uma na outra, por exemplo.

De fato, a análise da composição textual dos gêneros ensaio e artigo permitiu perceber que ambos os gêneros possuem uma grande aproximação estrutural, visto que o ensaio ainda está muito atrelado à tradição das instruções dos manuais sobre a produção do artigo. A própria indistinção terminológica entre eles (não raramente as denominações ensaio e artigo são tomadas indistintamente), faz com que haja essa similaridade entre ambos.

4.2 Infraestrutura geral do texto

Nesta categoria, consideramos os tipos de discurso e as sequências textuais predominantes, uma vez que esses elementos vêm ao encontro da relação, mais ou menos dialogal, que o autor estabelece com o leitor por meio de seu texto. É certo que, se ambos os gêneros de que tratamos aqui pertencem à mesma comunidade, e essa comunidade se caracteriza por sua científicidade e valor de verdade, obviamente os autores lidarão com o tipo de discurso teórico. No entanto, quanto tratamos de um gênero ainda pouco delimitado (como

o ensaio) e que ainda guarda mistérios sobre sua constituição, a variação do tipo de discurso parece-nos sintomática de sua especificidade, quando, por exemplo, é comparado ao artigo. A tabela a seguir apresenta os tipos de discurso identificados em ambos os gêneros.

Tabela 3 – Tipos de discurso identificados nos gêneros ensaio e artigo

TIPOS DE DISCURSO	ENSAIO	ARTIGO
Teórico	55% (11)	100% (20)
Teórico - interativo	25% (5)	
Teórico - relato-interativo	15% (3)	
Teórico - narrativo	5% (1)	
Total	20	20

Fonte: Elaboração da autora.

A tabela mostra que o artigo apresentou unanimidade quanto ao seu tipo de discurso, o teórico. Isso significa, resgatando as características desse tipo, que estamos diante da seguinte configuração textual: i) ausência de unidades que se remetem aos interactantes; ii) forte presença de formas da primeira pessoa do plural, que se referem aos polos da interação verbal em geral, mas não aos protagonistas concretos da interação, assim como unidades que dizem respeito ao espaço-tempo de produção; iii) presença de numerosas modalizações lógicas e de auxiliares de modo “poder”, “dever” e “querer”; dentre outras características. Vejamos alguns exemplos²³ de discurso teórico que contam dos artigos analisados.

4.2.1 Discurso teórico dos artigos

O discurso teórico foi unânime em todos os artigos selecionados para a realização desta pesquisa. Embora possam ser identificadas um ou outro elemento de outros tipos de discurso, o predominante foi o teórico. Talvez isso se deva à própria objetivação do discurso científico (VIGNER, 1979 apud Silveira, 2012, p. 33), na tentativa de validar o discurso diante da comunidade científica. Vejamos alguns excertos que podem ilustrar o discurso teórico nos artigos:

(9) Hutcheon, ao **analisar** com mais afinco a pós-modernidade, percebeu que a arte pós-moderna é, “[...] ao mesmo tempo, intensamente autorreflexiva e paródica, e mesmo assim procura **firmar-se** naquilo que constitui um entrave para a reflexividade e a paródia: o mundo histórico [...]”

²³ Por se tratar de um *corpus* composto de textos relativamente extensos, optamos por demonstrar pequenos trechos de vários, a fim de evidenciar a análise realizada.

(1991, p. 12). Hutcheon **define** o pós-moderno como **fundamentalmente** contraditório, deliberadamente histórico e político. E a **metaficção** é a ficção sobre ficção – isto é, ficção que **inclui** em si mesma um comentário sobre a sua própria narrativa e/ou identidade linguística.

Entretanto, muitos autores e a própria Linda Hutcheon **consideram** que o termo pós-moderno **seria** limitante para definir as narrativas metaficcionalas (HUTCHEON, 1991, p. 13). **Isto porque** a metaficcionalidade não **aporta apenas** as narrativas pós-modernas, já que constitui uma longa tradição no romance. A diferença é que, na pós-modernidade, paralelo a essa contradição entre o histórico e o autorreflexivo, **há**, com grande destaque, a presença constante e repetitiva da ironia – “Talvez a ironia seja a única forma de podermos ser sérios nos dias de hoje [...]”; é preciso retomar o que já foi dito, e isso “[...] só pode ser reconsiderado de forma irônica” (1991, p. 62) (COLLARES, 2012, p. 15).

(10) A teoria sociológica do voto **pode ser** resumida por duas passagens de *The People's Choice*: “as pessoas votam em grupo” e “uma pessoa pensa, politicamente, como ele é, socialmente. Características sociais determinam a preferência política” (LAZARSFELD, BERELSON; GAUDET, 1948 [1942]: 137, 27). **Com isso** Lazarsfeld et al. **queriam simplesmente** dizer que **as preferências e opiniões políticas dos eleitores são determinadas pelas características sociais do grupo a que pertencem**. Uma pessoa que **nascesse** numa família republicana e **morasse** num reduto republicano **tenderia** a ser republicano, **seja** pelas predisposições familiares, **seja** pela rede social em que ela estaria envolvida. O mesmo **valia** para os democratas (MUNDIM, 2010, p. 343).

(11) A afasia de Broca é **caracterizada** por fala espontânea não-fluente, variando do mutismo ao agramatismo, **ou seja**, da ausência total de emissão oral a dificuldades de verbalizar frases gramaticalmente corretas. **Geralmente está** associada a algum distúrbio motor da fala, como disartria ou apraxia da fala, e **também** à hemiplegia ou hemiparesia direita. A compreensão oral **encontra-se** preservada para materiais simples e prejudicada para construções sintáticas mais complexas. A leitura **pode apresentar** deficiências. A fala é **frequentemente** “telegráfica”, com predominância de substantivos e verbos de ação e escassez de adjetivos, advérbios e preposições. O vocabulário é restrito, com consequente repetitividade no uso das palavras (perseveração). A escrita **geralmente apresenta** deficiência similar à da fala. A nomeação e a repetição **também se encontram** deficitárias (ALEXANDER, 2003; CUPELLO; MIRANDA, 2003; ORTIZ, 2005; PEÑA-CASANOVA et al., 2005) (FONTOURA, 2011, p. 79).

(12) A impulsividade como traço de personalidade **nos dota** de espontaneidade e iniciativa, **mas quando** exacerbada **afeta** nossa capacidade de fazer boas escolhas. **Observa-se** isso, **geralmente**, **nos atos impensados**, **na dependência química**, **na personalidade tipo borderline** (instabilidade afetiva), no transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (instabilidade cognitiva), transtorno de personalidade antisocial, sexo compulsivo, transtornos alimentares e transtornos de controle dos impulsos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2003) (PEREIRA e CHEHTER, 2011, p. 17)

(13) A sub-representação das mulheres na esfera política é, hoje, entendida como **um** problema. **Mas** as explicações para essa discrepância específica entre o universo dos eleitores e o universo dos eleitos **ou** dos que **ocupam** outras posições que **lhes conferem** poder **variam**, dando destaque para diferentes aspectos das relações de gênero. Não se trata apenas de uma questão de ênfase. **Pode-se considerar que o tratamento dado ao problema mais amplo dos limites das democracias concorrenenciais contemporâneas e do ideário liberal que está em sua base é um dos divisores entre as abordagens** (MIGUEL, 2010, p. 653).

O discurso teórico tem seu conteúdo temático “[...] organizado em um mundo discursivo cujas coordenadas gerais não são explicitamente distanciadas das do **mundo ordinário** de agente-produtor, [...]” como revela a ausência de qualquer origem espaço-temporal” (BRONCKART, 2009, p. 160), o que faz o mundo discursivo desse discurso ser considerado **conjunto** ao do **mundo ordinário**. O conteúdo temático do discurso teórico ainda revela processos da ordem do EXPOR que, ainda segundo o autor, se caracterizam pela autonomia em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem.

Nos exemplos acima, destacamos algumas formas características do discurso teórico, como conjunções argumentativas (entretanto, só, seja... seja, com isso, porque, ou seja, também, mas) utilizadas para a exposição e defesa do ponto de vista e a ausência de menção ao interlocutor. Isso implica que a interpretação desse segmento de discurso teórico não demanda conhecimento dos parâmetros da situação de ação de linguagem de que se origina, a presença dos verbos no presente (define, aporta, é, há, apresenta, encontram, conferem, ocupam, pode) na qual, segundo Bronckart (2009, p. 127), o tempo confere um valor gnômico ao enunciado e às orações impessoais (“Observa-se isso, geralmente, nos atos impensados, na dependência química, na personalidade tipo *borderline*” e “Pode-se considerar que o tratamento dado ao problema mais amplo dos limites das democracias concorrenenciais contemporâneas e do ideário liberal que está em sua base é um dos divisores entre as abordagens”) que objetivam o discurso científico.

No ensaio também prevaleceu, por mais da metade dos 20 textos, o discurso teórico. No entanto, é interessante observar a utilização de outros tipos de discurso nesse gênero. Vejamos alguns exemplos de discurso teórico, teórico-interativo, teórico-relato-interativo e teórico narrativo que constam dos ensaios analisados.

4.2.2 Discurso teórico dos ensaios

Por compartilharem a mesma esfera de comunicação, a acadêmico-científica, era esperado que tanto o ensaio quanto o artigo apresentação tivessem, como principal tipo de discurso, o teórico, hipótese que se confirmou. Abaixo, há alguns exemplos de discurso teórico dos ensaios.

(14) O termo controle social **admite** diferentes acepções. Cabe ao Estado tarefas de controle social, na perspectiva de monitoramento, de desenhar estratégias que compõem o processo de gestão e objetivam supervisionar o modo como os serviços **são** implementados pela rede socioassistencial, avaliando sua qualidade e efetividade. **Nesse sentido**, o controle por parte do Estado é fundamental, **uma vez que cabe a ele a primazia na condução da política** (CAMPOS, 2009). Já o controle social a partir da sociedade **pode** ser compreendido “como um conjunto de ações de natureza sociopolíticas e técnico-operativas, desenvolvidas pela sociedade civil, com vistas a exercer influências sobre as ações governamentais” (CAMPOS, 2009, p. 23) (HERKENHOFF, 2011, p. 83).

(15) O balanço crítico da reconceituação e a maturidade do Serviço Social como uma profissão que concentra, simultaneamente, **forte carisma** intervintivo e densidade teórica (particularmente e com maior intensidade na perspectiva de “intenção de ruptura”), criaram as condições objetivas para um resgate mais denso sobre o papel desempenhado pela pesquisa e pela produção do conhecimento em nível de Serviço Social. **Tudo isso** tem indicado **claramente** os parâmetros universais sustentadores de uma formação profissional atual, densa, sólida e **fortemente** atrelada aos desafios impostos à profissão. **Isso, no entanto, por si só, não garante** que as múltiplas mediações necessárias para a explicação da realidade enfrentada pelos assistentes sociais em seus diversos espaços de atuação na contemporaneidade, estejam sendo devidamente reconstruídas. É neste **contexto** e sob as condições objetivas propiciadas pela década de noventa do século XX que a pesquisa é reivindicada como um passo importante e crucial para a formação e para a intervenção profissional dos assistentes sociais (SILVA, 2007, p. 287).

(16) Tributários da Linguística Sistêmico Funcional (doravante LSF), os autores construíram um sistema de estruturação visual em que se **encontram** três significados simultâneos: um ideacional, **uma vez que é possível** realizar em imagens modos de representação do mundo; um interpessoal, pois se **estabelece** uma interação entre a imagem e seus expectadores, na qual papéis sociais **são também** estabelecidos; e um textual, **visto que** as formas de organização de uma imagem **contribuem** para a construção de seus significados. Para cada uma dessas metafunções, os autores **estabelecem** categorias e subcategorias de análise (ver quadro 1), algumas das quais, de acordo com os pressupostos da LSF, não **podem** coexistir em um mesmo elemento, **isto é**, a *escolha* de determinada categoria anularia a possibilidade de atualização das demais” (BIASI-RODRIGUES, 2010, p. 94).

Nos excertos acima, podemos notar a organização do conteúdo temático de forma conjunta ao ***mundo ordinário***, devido à ausência de marcações espaço-temporais, ao seu caráter autônomo aos parâmetros da ação de linguagem, às características como o uso do presente (admite, cabe, é, pode, garante, encontram, estabelecem, contribuem, podem) e à utilização de marcadores de argumentação (nesse sentido, já, tudo isso, no entanto, uma vez que, visto que, isto é).

O discurso teórico apresentado tanto nos artigos quanto nos ensaios se aproxima bastante, pois em ambos os gêneros observamos a utilização de impessoalidade pela ausência de marcação de pessoa, de verbos no presente e de conjunções argumentativas. O artigo, porém, apresenta a característica do discurso interativo do questionamento retórico que, devido ao fato de ser escasso, não chega a caracterizar uma intenção de diálogo com o interlocutor. No que se refere ao ensaio, podemos afirmar que há maior variedade de sequências textuais utilizadas tanto no discurso teórico quanto nos discursos mistos, o que demonstraremos mais adiante.

4.2.3 Discurso misto teórico-interativo

O tipo de discurso misto teórico-interativo foi encontrado nos ensaios, o que talvez se atribua ao teor subjetivo de um sujeito-autor que se (re)descobre indivíduo no período renascentista. Antes disso, projeções pessoais não eram permitidas em textos de cunho teórico (GÓMEZ-MARTÍNEZ, 1992).

Nos excertos abaixo (17) e (18), os trechos destacados ilustram o discurso teórico-interativo em que são utilizadas indagações retóricas para orientar a leitura que o interlocutor deve seguir para aderir à idéia que será defendida, estratégia argumentativa do autor, e o uso da primeira pessoa (creio), principalmente.

(17) A impressão que fica é que o bonde da história atingiu velocidades ultrarrápidas, impedindo, ou dificultando uma re-organização, ou mesmo, reconstrução de nossas experiências. **Fomos lançados ao ritmo do efêmero. Entretanto, faço aqui uma interrogação: esta visão das coisas não seria já um efeito desta situação? Creio que sim.** É por isso que como profissional da educação, que se dedica aos problemas culturais, me permito problematizar toda essa situação, que se quer óvia e, portanto, herdeira de uma possível tradição (FILHO, 2001, p. 10).

(18) Dessa maneira, Nietzsche **pode parecer** um historiador da literatura, um teórico dos gêneros literários ou artísticos, um filólogo excêntrico, um esteta, um filósofo da arte, um perscrutador de autores capazes de determinar

o futuro... E não seria equivocado dizer que suas ocupações abarcam esses e outros campos da teoria literária e da reflexão filosófica. Simultaneamente, como ratificar tais considerações, se o filósofo é um crítico feroz da história, do homem teórico, da filologia, da estética convencional, da própria filosofia, supera os limites dos campos de criação abolindo qualquer possibilidade de sustentação da importância das fronteiras dos gêneros, comprehende a crítica de arte como uma idiotia e tem o artista por um médium? Como assumir tais colocações, vindas de quem nos revela que o Ocidente herdou apenas um lado do pensamento grego, justamente o teórico, tendo chegado a hora de adentrar pelo que se manteve esquecido? (PUCHEU, 2004, p. 116).

O discurso interativo no gênero ensaio, assim como o discurso teórico, compõe a ordem do EXPOR. No entanto, no tipo de discurso em questão, há processos que são objetos de um EXPOR dialogado em que os parâmetros físicos da ação de linguagem estão, de certo modo, **implicados** no conteúdo temático, manifestado por segmentos que remetem aos agentes da interação ou ao espaço-tempo e, como no discurso teórico, o mundo discursivo é **conjunto ao mundo ordinário** (BRONCKART, 2009, p. 158; 160). Alguns elementos que comprovam essas características nos excertos acima são o uso da primeira pessoa, o questionamento retórico se relacionando ao interlocutor e alguma marcação de tempo e espaço. Vejamos os recortes dos trechos destacados.

(19) **Fomos lançados ao ritmo do efêmero. Entretanto, faço aqui uma interrogação: esta visão das coisas não seria já um efeito desta situação? Creio que sim. É por isso que como profissional da educação, que se dedica aos problemas culturais, me permite problematizar toda essa situação, que se quer óbvia e, portanto, herdeira de uma possível tradição** (FILHO, 2001, p. 10).

No exemplo (19), há a utilização da primeira pessoa do singular juntamente com verbos no presente (fomos, faço, creio, permito), corroborando o caráter conjunto ao **mundo ordinário**, a marcação de espaço pelo dêitico “aqui” e o questionamento retórico acerca da discussão que será proposta no conteúdo temático como uma manifestação do caráter implicado ao parâmetro de ação. No entanto, a interpretação de um segmento de discurso interativo no ensaio não requer conhecimento dos parâmetros de ação de linguagem em curso, pois as marcações tempo-espaciais são raras e parecem servir mais ao objetivo de estabelecer diálogo do que estabelecer referências. Vejamos um exemplo de marcação temporal:

(20) **Até agora apresentamos** uma dimensão do conflito: aquela que se dá entre as duas partes presentes no processo, ou seja, entre o Estado e as centrais sindicais (BARBIERO; CHALOUT, 2001, p. 61).

As palavras “até agora”, como marcação temporal, representam uma expressão dêitica endofórica, mais com o intuito de organização do texto como um todo e como forma de uma explicação quase interativa. Entretanto, delas não depende a compreensão do conteúdo temático, embora seja indiscutível a contribuição desse elemento para retomar o que já fora discutido.

(21) Trazendo tais questões para a Análise do Discurso de tradição francesa, **iniciada** com os estudos de Pêcheux (1969, 1975 e 1983), **lanço** algumas perguntas e inquietações, sem ter a pretensão de esgotá-las **aqui**: **de que modo o sujeito do discurso se constitui e instala-se no labirinto da virtualidade? Como os sentidos o aprisionam nessa infomaré, como canta o poeta? Quanto do sentido vaza quando ele é lançado? Por quais desvãos da rede ele escorrega? Desliza o sujeito pelos nós dos links, subvertendo certas regiões semanticamente estabilizadas? Como memória e acontecimento discursivos irrompem em ambiente tão variável, fluido e diluído? Serão as condições de produção dos dizeres apagadas na rede?** Munida de tantas perguntas, iniciei uma série de buscas on-line para selecionar sites sobre o tema: as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na atualidade. Deparei-me com o site *Eu odeio o MST*, encontrado com o programa de busca Google no endereço www.geocities.com/pipeline/8429/MST.htm. Consta dele um texto de abertura intitulado *Porque eu odeio o MST*, anônimo obviamente, que me motivou a interpretar a estrutura e o acontecimento da/na textualidade eletrônica. Afora ele, há uma galeria com 04475 mails opinativos (datados em 19/01/2004), deixados por internautas no link *Veja a opinião das pessoas que visitaram esta página!*, material que observei, mas que não será analisado neste artigo. (ROMÃO, 2004, p. 75-76).

Aqui as estrias da ideologia naturalizam que os loucos e os imprudentes não se colocam ao lado da norma, da lei nem da verdade. **Acho** importante destacar que a atribuição de loucura também foi destinada a tantos outros líderes populares ao longo da historiografia do país. (ROMÃO, 2004, p. 79).

A primeira pergunta que faço é: para que sujeito isso é estranho? Em que formação discursiva se materializa esse imaginário da esquisitice? Quem é colocado como diferente, estrangeiro, alheio? Qual organização merece a atribuição de familiar, própria e próxima? Ao se situar no espaço amparado pela legalidade jurídica e ao definir a necessidade da *sobrevivência do Estado*, o sujeito orquestra uma pauta imaginária, que assenta as lideranças do MST no campo do anormal, fora do comum e extravagante. (ROMÃO, 2004, p. 84-85).

No exemplo (21), podemos notar novamente o uso da primeira pessoa do singular (lanço, observo, me parece); do “aqui” e do auxiliar modal “poder” em “poderia ser visto

como falta de coerências e coesão textuais”; das indagações com o intuito de guiar a orientação argumentativa das pressuposições; e de alguns verbos no presente. O discurso teórico possui, como tempo principal, o presente, “[...] que é portador, no texto, de um valor de *simultaneidade* indicando que o momento do processo a que se aplica coincide com o momento de fala” (BRONCKART, 2009, p. 129).

Bronckart (2009, p. 193) prevê que o tipo misto de discurso teórico e interativo seja encontrado em textos de exposição científica em decorrência da necessidade do autor de se inscrever no mundo interativo. Podemos atribuir a essa característica, também, a hipótese de que, por ser uma discussão teórica, muitas vezes, sem dados empíricos quantitativos de análise, o intuito dialógico age como uma estratégia argumentativa capaz de fazer com que o leitor assuma a visão adotada e defendida pelo autor.

(22) Segundo Deblock e Brunelle (1996), os acordos de integração regional não respondem apenas a preocupações de natureza estritamente econômica. Nos processos de regionalismo econômico, sempre se cruzam duas ordens de racionalidade: a do Estado de um lado e a das empresas de outro. Essas duas ordens de racionalidade estão inter-relacionadas, mas não são necessariamente coincidentes. **Cabe-nos aqui acrescentar uma terceira ordem de racionalidade**, a qual passa progressivamente a fazer parte desse jogo: a da sociedade civil. (p. 51) Diante da emergência desses novos espaços de crítica, de discussão e de elaboração de propostas, **parece-nos oportuno formular duas indagações, que se traduzem nas questões centrais deste artigo: podemos pensar o Mercosul como um espaço público? É possível afirmar, a partir do debate sobre espaço público, que existe um déficit democrático no Mercosul?** (p. 52) Até agora **apresentamos uma dimensão do conflito**: aquela que se dá entre as duas partes presentes no processo, ou seja, entre o Estado e as centrais sindicais. No entanto, **existe outra dimensão a ser considerada**. Dentro da perspectiva de Simmel, o conflito tem significação sociológica não apenas para as partes entre si, mas também para a estrutura interna de cada uma. O conflito gera mudanças e adaptações internas. Sendo um palco de conflito, o Mercosul cria novas situações internas tanto para o Estado quanto organização administrativa do processo, como para as centrais enquanto organização de um espaço de manifestação dos trabalhadores. As diferentes centrais sindicais envolvidas se viram na necessidade de buscar um lugar comum capaz de abrigar suas divergências e que paralelamente lhes possibilitasse uma ação consensual. O conflito se manifesta, desta forma, no seio das centrais sindicais do Cone Sul. As condições de conflito motivadas pelo Mercosul foram atuando no interior da CCSCS, transformando sua estrutura interna em direção à consolidação deste espaço de articulação e de definição de novas estratégias e práticas sindicais (BARBIERO; CHALOUT, 2001, p. 61).

Em (22) podemos ver um trecho em que a interação com o interlocutor realizada por meio das indagações retóricas que, nesse exemplo, são as questões-chave para a discussão

proposta por meio do texto, atua como orientadora da argumentação a que se pretende. Nesse entremeio, o encadeamento do texto autor faz com que o interlocutor reflita sobre as questões para, finalmente, aderir às respostas que o sujeito-autor irá propor.

4.2.4 Discurso misto teórico com relato interativo

O tipo de discurso relato teórico misto com o relato interativo apareceu nos ensaios E1, E4 e E17, mesclando a experiência do sujeito-autor com seu objeto de discussão. Veja os excertos abaixo, nos quais os trechos em destaque exemplificam a fusão entre os dois tipos de discurso, teórico e relato interativo, principalmente.

(23) No ano em que festejou o seu centenário de nascimento, 2005, muito se falou sobre a temática. **Mas, a que conclusão chegaram os debatedores?** As respostas são díspares. Primeiro contato com a jovem Anayde Beiriz – pois veio a falecer aos 25 anos – aconteceu entre setembro de 1990 e setembro de 1991, **quando participei, na qualidade de aluno do curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE da pesquisa *O outro discurso* – Ensaístas pernambucanas no século XIX [...]. A grande questão é: porque uma revista voltada à burguesia e à elite pernambucanas publica texto que fala, abertamente, em transgressões femininas, tendo em vista que Nelly é personagem amante de Jean Martin? A Revista da Cidade preocupava-se, sobretudo, com a frivolidade da elite e os bons costumes ditados na época... [...] (p. 298). Reitero, também, que foram necessários 16 anos até que eu produzisse este texto. Tempo do fruto maturar. Necessitei viver antes a compreensão da personagem em foco.** (JAPIASSU, 2009, p. 299)

(24) No seu diário, por exemplo, transcreveu a poesia *Navio Negreiro*, do poeta baiano Castro Alves, comprovando assim seu itinerário de leitura: engajado, libertário e anti-racista. A ela bem cabe a metáfora de *Peregrina da Liberdade*. Mulher que saía desacompanhada, usava cabelos à la garçonne e saias que não cobriam os pés. Matéria de mulher, que a tornou inserida na História. Exatamente neste sentido, o pesquisador José Joffily (1980. p. 39) a compara à intelectual feminista do interior de São Paulo, mais precisamente de São João da Boa Vista, Patrícia Galvão, ou simplesmente Pagu. (JAPIASSU, 2009, p. 307) (trecho teórico)

(25) Quando, **no segundo semestre de 2002, ministrei** para universitários (na UFPB) um curso sobre o conto brasileiro, percebi que os textos mais perversos, brutais, despertavam nos estudantes um enorme interesse. [...] **Parece que minha intuição** (e também era algo não muito difícil de perceber àquela altura), ao ministrar um curso sobre contos violentos em 202 e organizar a coletânea *Contos Cruéis* em 2006, estava em boa medida correta, como diagnóstico não só da literatura, **mas**, de forma oblíqua, do cinema e mesmo de outras mídias contemporâneas.” (p. 175-176). [...] O professor da USP Alcides Villaça questionou a validade da pesquisa dizendo: “Eu ficaria espantado se o resultado tivesse sido outro”. Disse ainda: Se a literatura tivesse sido, desde o início, espelho das virtudes

desejáveis, não se teria recomendado a expulsão dos poetas da República. **Bom, com todo respeito, eu discordo** do ponto de vista do professor. **Na minha opinião**, a pesquisa da professora da UnB é bastante válida — é um termômetro que avalia ideologicamente (**e por que não?**) a posição de nossos narradores contemporâneos. Talvez o recorte da pesquisa, restringindo-se a romances publicados entre 1990 e 2004, é que seja um pouco problemático, haja vista, por exemplo, o grande impulso do conto recentemente. Um conto — e, **é claro**, estou falando o óbvio — pode ser mais significativo do que um romance. Pode ser um “resumo implacável de uma certa condição humana” ou mesmo um “símbolo candente de uma ordem social ou histórica”, conforme Julio Cortázar (FERNANDES, 2012, p. 178).

(26) Por ocasião do Simpósio “Cultura e Fim de Milênio”, **participei de uma mesa redonda cujo tema era “A educação dos sentidos: música e subjetividade”**. A mim coube refletir sobre o tema tendo em vista a pesquisa que havia realizado no curso de doutorado (HONORIO FILHO, 1998). (p. 9) Se no século XIX, segundo Tchaikóvski, a expressão do amor não necessitava do uso das palavras, no XX, principalmente a partir do emprego do rádio e do disco para fins de comunicação e prazer, o casamento entre música e palavras cantadas se tornou uma evidência histórica. **Pode-se dizer que a música, constituída de som e palavras, veio compor, no cenário da modernidade deste século, a fila das matérias-primas simbólicas significativas para as relações sociais**. Impregnada de um “querer dizer” que não é só verbal nem apenas “musical” mas performativo, a canção veio ocupar um lugar ao sol no mercado simbólico. Neste sentido, enquanto expressão simbólica, torna-se limitado tomar apenas seu alcance econômico. A extensão de seu poder atravessa também os meandros da cultura e da política (FILHO, 2001, p. 13).

Podemos constatar o relato pelo uso de primeira pessoa do singular (ministrei, na minha opinião, participei, parece que minha intuição, eu discordo), marcação de espaço-tempo (no segundo semestre de 2002, Por ocasião do Simpósio “Cultura e Fim de Milênio”; participei de uma mesa redonda cujo tema era “A educação dos sentidos: música e subjetividade”), ao mesmo tempo em que há orações impessoais (“Pode-se dizer que a música, constituída de som e palavras, veio compor, no cenário da modernidade deste século, a fila das matérias-primas simbólicas significativas para as relações sociais”), marcadores argumentativos (neste sentido, mas, talvez) e um viés teórico argumentativo assumido ao longo do texto. É interessante observar que nos ensaios houve o imbricamento dos tipos relato-interativo e teórico. Embora não esperássemos encontrar relato em um gênero acadêmico, cujos autores possuem alto grau de formação, essa fortuita descoberta contribui para a hipótese de que o autor do ensaio não visa apenas provocar discussão, mas também demonstrar e dialogar seu ponto de vista a partir de sua experiência pessoal, o que revela uma relação com o interlocutor talvez mais ativa do que a que se verifica no artigo.

4.2.5 Discurso misto teórico-narrativo

Houve apenas um exemplar do gênero ensaio a apresentar o tipo de discurso misto entre teórico e narrativo no decorrer de suas 18 páginas. Selecionei alguns trechos para ilustrar esse tipo.

(27) O ano de 1492 é um marco na história do pensamento ocidental. A chegada de Colombo ao Novo Mundo, relatada em seu diário de bordo, é o momento inaugural de uma série de discursos que falam do encontro entre a Europa e a América. Esse encontro foi acompanhado por um grande “tráfico de curiosidades exóticas”, que incluía pessoas de diversos grupos indígenas, objetos artesanais nativos, aves raras e plantas. Colombo iniciou essa prática levando, na volta de sua primeira viagem à América, dez índios para serem exibidos na corte espanhola (SMILJANIC, 2001, p. 9).

Dentre as muitas histórias fantásticas contadas sobre a Amazônia, e que podem ser consideradas fruto dessa forma de interpretar a realidade, considero a história das amazonas exemplar; em primeiro lugar, por sua incidência na literatura de viagem; em segundo, pela força que teve essa representação, acabando por conferir nome, primeiro a um rio e depois a uma região que hoje se estende por nove países da América do Sul. (p. 10)

Comecemos pela descrição dos fatos relatados por Carvajal, em sua ordem cronológica. Orellana partiu do Peru com sua comitiva em 1538, por ordem do governador espanhol Gonzalo Pizarro, em busca do El Dorado e de canela. Na primeira aldeia onde pararam, Orellana foi informado por um indígena que tomasse cuidado com as *coniupiara*, grandes senhoras, que os matariam se adentrassem suas terras. Quanto mais desciam o rio, mais fortes eram os indícios e as informações recebidas sobre essas mulheres temidas pelos indígenas. Em outra aldeia encontram uma praça, com uma grande escultura em relevo, onde figurava, sob dois leões, uma cidade murada com altíssimas torres. Tendo Orellana perguntado o significado dessa escultura, teria sido informado de que os habitantes dessa aldeia eram “súditos e tributários das Amazonas”, a quem forneciam penas de pássaros (CARVAJAL, 1941:51). O que veem no centro da praça é um oratório que conservavam em homenagem a sua senhora, a governante das amazonas. (p. 11)

Após passar a região do ataque, Orellana teve a confirmação de que aquelas mulheres eram as amazonas, por um índio aprisionado durante o combate e cujo vocabulário era semelhante a outro que já conhecia. Ao perguntar ao indígena quem eram aquelas mulheres que os ajudavam na guerra, este lhe respondeu que eram umas mulheres que residiam no interior “a sete jornadas da costa”, e que, como seu senhor Couynco estava a elas subordinado, vieram ajudá-lo na guerra contra os espanhóis. O indígena conhecia-lhes de perto o local de moradia, porque já havia ido várias vezes levar-lhes tributos em nome de seu Senhor. Perguntou-lhe se eram casadas, qual o tamanho de sua população, o formato de suas casas e se tinham filhos, e foi informado de que as amazonas não possuíam maridos e eram em grande número, conhecida cerca de 70 aldeias. Habitavam casas de pedra com portas. Suas aldeias eram cercadas, ninguém passava sem pagar tributo. Coabitavam com índios que capturavam em guerras que empreendiam com esse único

propósito. Ao engravidar, descartavam-se desses homens sem fazer-lhes mal algum. Os filhos do sexo masculino, nascidos dessas relações, eram sacrificados ou enviados aos pais, enquanto as meninas eram educadas para a guerra. Entre essas mulheres havia uma, que reinava soberana sobre todas as demais, cujo nome era Conhorí. Em suas terras havia grandes riquezas em ouro e prata e cinco grandes templos dedicados ao sol, chamados caranaí, equipados com assoalhos e tetos pintados, além de inúmeros ídolos de ouro e prata com figuras femininas. Andavam com roupas finíssimas, fabricadas com a lã das “ovelhas peruanas”. (p. 12)

Tendo vencido as amazonas na guerra de Termodon, os helenos retornaram levando em seus barcos aquelas que haviam capturado; essas conseguiram matar todos os que as aprisionavam e foram levadas pelo vento até Cremnoi, onde fixaram residência em uma região desabitada e, montadas em cavalos que capturaram, passaram a viver de saquear os citas. Estes reagiram, matando algumas amazonas que haviam tomado por homens. Ao descobrir que se tratavam de mulheres, desistiram de guerrear com elas e enviaram seus filhos para a região das amazonas, para que eles se aproximasse delas. Ao conseguirem seu intento, os jovens foram persuadidos a partir com elas e estabeleceram residência a três dias da margem oposta do rio Tânais. (p. 14)

O relato de La Condamine permite-nos vislumbrar aqui uma mudança de “olhar”. O europeu, que antes preenchia o vazio, isto é, a paisagem natural e humana desconhecida, com o discurso tradicional, agora procura conhecer, catalogar, registrar o novo. É o declínio da imaginação medieval e a instauração de uma nova forma de compreensão do mundo. O relato de Lobo de Almada também é exemplar dessa nova forma de ver o mundo. No ano de 1787, o Governador da Capitania de São José do Rio Negro, Manoel da Gama Lobo de Almada, comandou a “Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras”, que subiu o Rio Branco, explorando seus afluentes. Seu relato demonstra uma mudança na maneira de olhar e relacionar-se com o meio. Não são mais as histórias fantásticas de amazonas e reinos dourados que o guiam pela Amazônia, mas sim o desejo de conhecer, mapear, fixar os limites precisos entre Castela e Portugal. (p. 17)

Os relatos fantásticos irão persistir até que o restante do território amazônico seja “descoberto”, mas não há mais espaço para a “invenção medieval” dentro do discurso legítimo do conhecimento. O mundo será agora reinventado a partir de um novo discurso. O território amazônico é assim mapeado aos poucos. (p. 18)

Essa política foi levada a cabo por Joaquim de Mello e Póvoas, nomeado primeiro governador da nova capitania. Sua correspondência com o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, ao qual estava subordinado, revela a política de conquista e colonização portuguesa na região, cuja finalidade é ajustar a população nativa aos moldes da civilização da época. Assim, em carta de 28 de dezembro de 1758, Mello e Póvoas reitera seus esforços para “civilizar” não apenas os nativos, mas a própria região, promovendo o casamento entre soldados e índias. As pequenas desavenças entre Mello e Póvoas e o Padre Manoel das Neves, comentadas em carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nos dão indícios de que o “casamento” entre soldados e índias se tornou uma prática civilizatória corrente (p. 20)

A ciência torna-se, então, o novo discurso que legitima um projeto, que engloba em um mesmo plano expansionista a Europa e as terras descobertas, por meio de um discurso que procura inserir os elementos da natureza em um novo sistema de conhecimento. O conhecimento produzido pelas grandes

navegações se desenvolveu a partir de dois projetos expansionistas: a circunavegação da terra e o mapeamento das costas. Esse último projeto, embora ainda não terminado, era considerado totalmente passível de ser concluído. A história natural marca o início de uma nova forma de produção do conhecimento, que irá ter como projeto o “mapeamento” do interior, por meio de uma nomenclatura científica que deverá englobar toda a superfície terrestre. Nessa perspectiva, a natureza é concebida como uma entidade caótica, que necessita ser ordenada pela intervenção humana (p. 24).

A ocorrência do tipo de discurso teórico misto com o tipo narrativo se deu devido ao texto E3 (SMILJANIC, 2001) analisar documentos e fatos históricos que, ao serem retomados para a discussão, eram novamente narrados pelo autor a fim de equiparar o conteúdo informacional ora discutido com a quantidade de informação de que a análise se tratava para, enfim, discutir sobre o assunto e defender um ponto de vista. Em E3, a narração se estende ao longo do trabalho, não se limitando a uma pequena seção narrativa, o que nos impede de o considerarmos como discurso teórico com sequências narrativas. Embora menos comum, é possível afirmar que a junção de discurso teórico e narrativo é pode, sim, acontecer em ensaios.

Cumpre salientar que a análise dos tipos de discurso revelou que tanto o ensaio quanto o artigo apresentam, predominantemente, o tipo discurso teórico, sendo que o ensaio pode ter outros tipos de discurso, dentre eles, sobretudo, o discurso interativo. Essa característica revela que o ensaio considera o interlocutor como agente ativo de interlocução com o qual intenciona dialogar. Não obstante, a prevalência do discurso interativo no ensaio sinaliza para um gênero cujas amarras científicas são mais frouxas; por isso, é possível de manifestações subjetivas, o que não o desautoriza enquanto sua científicidade.

A fim de procedermos ao levantamento das características textuais-discursivas responsáveis pela diferenciação dos gêneros ensaio e artigo, passemos à verificação da presença/ausência e da caracterização das sequências textuais no *corpus* coletado. Bronckart (2009), com base na análise de textos da língua francesa, associa determinadas sequências a tipos de discurso. Segundo ele, os tipos relato interativo e narração estariam mais predispostos a apresentarem sequências narrativas, assim como o discurso teórico ou o interativo teriam mais possibilidade de apresentar sequências explicativas, argumentativas e, até mesmo, descritivas. Com base nos dados encontrados, pudemos constatar que essa relação também parece valer para a língua portuguesa, uma vez que, com relação ao discurso teórico, predominou a frequência de sequências argumentativas-explicativas. Abaixo, apresentamos os números e percentuais relativos às sequências identificadas em cada gênero.

Tabela 4 – Sequências dominantes identificados nos gêneros ensaio e artigo

SEQUÊNCIA DOMINANTE	ENSAIO	ARTIGO
Argumentativa-explicativa	85% (17)	80% (16)
Argumentativa-narrativa	10% (2)	-
Argumentativa-descritiva	-	10% (2)
Explicativa-descritiva	5% (1)	10% (2)
Total	20	20

Fonte: Elaboração da autora.

Apresentamos, a seguir, algumas ocorrências das sequências encontradas no *corpus* analisado.

4.2.6 *Sequência argumentativa-explicativa*

Como já mencionado, Bronckart (2009) propõe protótipos de sequências com uma sucessão de fases. A sequência argumentativa se constitui de quatro fases: i) **premissa**, em que se propõe uma constatação de partida; II) **argumentos**, em que são expostas ideias que orientam para uma provável conclusão; III) **contra-argumentos**, em que são colocadas restrições à orientação argumentativa; IV) **conclusão**, que integra os efeitos dos argumentos e contra-argumentos. Bronckart (2009, p. 227) ainda destaca que esse modelo pode ser realizado de forma mais simplificada, partindo da premissa diretamente à **conclusão** ou de maneira mais desenvolvida, com múltiplos desdobramentos argumentativos.

Retomando a sequência explicativa (BRONCKART, 1999 e ADAM, 1997), o protótipo dessa sequência comporta quatro fases: i) **constatação inicial**, que apresenta um fenômeno não contestável; ii) **problematização**, fase em que são explicitadas questões da ordem do porquê ou do como, que pode, geralmente, vir associada a uma aparente contradição; iii) **resolução**, em que responde as questões levantadas; iv) **conclusão-avaliação**, que reformula ou completa a constatação inicial.

Nos excertos subsequentes, tentamos demonstrar essas fases nos textos analisados.

(28) ²⁴**Contatação inicial:** a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelos movimentos nacionais e internacionais de mulheres à discussão das questões ambientais, evidenciando a necessidade de inclusão

²⁴ Embora possa parecer uma visão reducionista, de nossa parte, apresentar os exemplos de sequência baseando-nos em pequenos trechos, esta nos pareceu a melhor forma de trabalhar com textos considerando sua extensão (no caso deste exemplo, com 26 páginas). Acreditamos, no entanto, que os excertos selecionados possam ser ilustrativos das fases de cada sequência.

de elementos fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável com equidade.

Tese: as mulheres foram vítimas de silêncios e invisibilidades históricas em relação a sua participação como atrizes sociais co-participantes do trabalho, da busca e da preservação dos recursos da natureza. A incorporação dos estudos de gênero à história é passível de olhares multifacetados, dependendo do lugar institucional e das posições teórico-metodológicos que permeiam as indagações dos historiadores. (p. 271)

Problematização: No campo interdisciplinar dos estudos de gênero, a história é a área do saber que incorporou mais intensamente essa categoria às suas análises. Sabe-se que isto só foi possível graças à crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história que renovou e revigorou a disciplina, permitindo a incorporação de novos temas, metodologias e formas de abordagens, entre elas, a incorporação dos estudos de gênero. Deve-se acrescentar que, no contexto dos anos de 1970, diante das repercussões políticas consequentes das reivindicações dos movimentos de mulheres, a historiografia buscou reintegrá-las à história, situá-las como sujeitos ativos do processo histórico e problematizar/questionar as imagens de passividade, ociosidade, confinamento e os séculos de opressão e desigualdades a que as mulheres foram submetidas. (p. 272).

Diante de alguns impasses metodológicos originários dos “estudos de mulheres” que priorizavam abordagens descritivas e limitadas em detrimento de elucubrações analíticas e teóricas que questionassem os conceitos dominantes da disciplina, emerge como uma nova proposta o conceito de gênero. Mas quais são as possibilidades e os limites teóricos e metodológicos que o conceito de gênero engendra? No Brasil, é possível considerá-lo como um novo paradigma do conhecimento? Sabe-se que com a incorporação desta categoria de análise, novos conhecimentos históricos foram incrementados, expandindo a compreensão a respeito dos temas pesquisados por essa área do saber. (p. 273)

Argumentação/resolução: Tal proposta [de tratar as questões de gênero como um novo paradigma metodológico] se assenta em três pilares: em primeiro lugar, a radicalização da ideia de desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher e, simultaneamente, da construção simbólica (em sua dimensão sociocultural) das noções de masculino e feminino. Em seguida, metodologicamente se utiliza o conceito de gênero em contraposição a qualquer tentativa de substancialidade e imutabilidade das categorias de homem/mulher, masculino/ feminino; por fim, destaca-se a transversalidade de gênero, uma vez que a sua construção identitária perpassa as mais diferentes esferas do social. Nota-se assim que a possibilidade paradigmática ora apresentada a respeito da noção de gênero evidencia a arbitrariedade das relações entre sexo e gênero. (p. 273)

Argumentos: A incorporação dos grupos de mulheres como objeto da história social contribuiu no sentido de ampliar e enriquecer o entendimento sobre as experiências desses segmentos sociais no passado. Com a utilização da categoria de gênero e a consequente reorientação da história das mulheres, as possibilidades de ampliar as pesquisas em história social para conhecer as relações históricas entre os grupos sociais de gênero, a experiência particular das mulheres e para resolver problemas inerentes a outras perspectivas disciplinares foram ampliadas.

Antes dessa reorientação dos estudos de gênero, a história das mulheres não se portava na condição de questionar conceitos e problemas gerais da disciplina. Segundo Tilly, não obstante o reconhecido potencial dos estudos de mulheres, alguns problemas de ordem teórico-metodológica desse campo têm sido apontados. Um deles é que não se colocou em questão os conceitos dominantes das outras vertentes da disciplina histórica, limitando-se a uma análise descritiva e reiterativa da experiência das mulheres, sem muitas preocupações teóricas e analíticas. Para essa autora, a resposta somente foi encontrada quando se deu a “utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica”.

Observamos, entretanto, que não obstante o compartilhamento desse conceito pelos historiadores sociais ter fornecido os subsídios necessários para combater o determinismo biológico a respeito das noções de masculino e feminino, certas limitações ainda podem ser apontadas no que se refere à abordagem de gênero por esses (as) historiadores (as). Uma delas se dá em termos da análise dos “grupos de gênero no passado histórico”. Refiro-me a muitas pesquisas realizadas por historiadores sociais que continuaram a utilizar a categoria gênero de forma reducionista, privilegiando apenas a experiência de vida das mulheres. Embora a reorientação da história de mulheres levada a efeito com a incorporação da categoria gênero tenha contribuído para situar esses personagens na história como grupos sociais distintos, socialmente construídos e não naturalizados, no entanto, observa-se que muitos dos trabalhos que adotaram a perspectiva sócio-histórica de gênero com a pretensão de rejeitar as análises causais reducionistas, continuaram limitados ao estudo das mulheres e considerando as transformações sociais somente em termos de relações entre classe e sexo. Esses estudos privilegiaram a dimensão comparativa e descritiva das experiências dos gêneros e não a utilização do conceito de gênero sob um olhar amplo que se efetiva de forma inter-relacional e segundo os esquemas de significação que regem cada contexto de historicidade.

Observa-se que “todo processo de construção de identidades leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade” e que a forma de compreensão dessas identidades deve ser empírica ou histórica, o que se contrapõe a qualquer tentativa de essencialização, naturalização ou estudo ahistórico das formações identitárias. Tais assertivas corroboram os argumentos expostos anteriormente relativos ao estudo das categorias de gênero, que devem ser contextualizados com as representações culturais que permeiam essas relações numa determinada sociedade.

Castells, considerando o contexto sociocultural e as relações específicas de poder que possibilitam a construção das identidades, postula que, no caso do movimento feminista construiu-se uma *identidade de projeto*, através da qual, as mulheres enfrentaram toda a estrutura da sociedade patriarcal para forjar uma nova identidade, capaz de redefinir a sua posição de opressão sócio-histórica e com o objetivo de transformar, através deste projeto, toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.

Conforme vimos, no campo dos estudos históricos de gênero, há uma multiplicidade de perspectivas analíticas, dentre as quais, destaca-se a história cultural. Tal enfoque permite explicitar manifestações passadas das experiências relacionais entre os gêneros, compreendendo que a realidade histórica é social e culturalmente constituída. Nesse sentido, diferentes processos históricos que se desenvolvem simultaneamente no interior de sociedades específicas devem ser considerados para desvendar as atribuições simbólicas e os significados que permeiam as tramas das relações entre os gêneros.

Tais premissas são fundamentais para problematizar as relações de gênero como construções cultural e simbólica, que englobam as relações desenvolvidas em suas dimensões políticas, sociais e econômicas. (p. 273-278)

É bom lembrar, todavia, que deve-se entender que as relações de poder entre os gêneros no contexto histórico não se dá nem através de consentimento por parte dos sujeitos ordinários, nem tampouco por intermédio das estratégias de dominação unilaterais, que partem do poder hegemônico, centralizado. Contraponto- me a toda tentativa de compreensão das relações de poder bipolarizadas, ou seja, dominantes *versus* submissos, pois acredito que todos os sujeitos envolvidos, mesmo que se encontrem em condições subalternas ou em posição de discriminação, os homens e mulheres ordinários traçam as suas *táticas* para burlarem as políticas calculadas de dominação.

Nesse sentido, tratando-se especificamente de gênero, o poder oscila entre os vários sujeitos envolvidos e somente a análise das circunstâncias históricas e dos arranjos socioculturais particulares nos permite compreender as tensões que permeiam as inter-relações históricas entre os gêneros.

Nesse quadro de referências, constata-se que o enfoque da história cultural sobre as representações — práticas e discursos — pode dar conta da complexidade não apenas do estudo das mulheres, mas, de forma mais ampla, das identidades de gênero que são construídas na trama das temporalidades. É necessário, todavia, que não se considere que haja dominação ou *consentimento* nas tensões de poder entre os gêneros, mas que estas sejam compreendidas em suas inter-relações específicas a cada circunstância histórica. (p. 280)

Contesta-se o sujeito feminino presente no discurso feminista, por ser representado com uma identidade comum, estável ou permanente. Em cada contexto histórico, a categoria de gênero não se constituiu de maneira coerente ou consistente e dialogou com identidades discursivamente constituídas em termos raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais. As reivindicações políticas do feminismo também atribuíram ao patriarcado e à estrutura de dominação um caráter de universalidade, homogeneizando a experiência de subjugação das mulheres, sem levar em conta as especificidades que os discursos institucionais fálicos e heterossexuais assumiram em espaços e temporalidades diferentes. Nas palavras de Butler, a “crítica feminista tem de explorar as afirmações totalizantes da economia significantes masculinista, mas também permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo”.

Nesse sentido, o discurso feminista não apenas considerou o discurso da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo culturalmente hegemônico, universalista e unitário, mas também construiu o discurso de suas próprias representações políticas como unitário e universal, restringindo assim a possibilidade de uma representação política e identitária mais ampla, de modo que incluísse as experiências de vida de outras mulheres.

Em virtude da insistência do discurso feminista sobre a coerência e a unidade da categoria das mulheres, o privilégio de classe e de raça permaneceu intacto à crítica desse movimento político e, simultaneamente, foi rejeitada a multiplicidade das interseções sociais, políticas e culturais através das quais se articulam histórica e concretamente as experiências culturais das mulheres, bem como o estudo das relações de poder que condicionam e limitam essas possibilidades dialógicas.

A proposta de Butler de desconstruir os discursos ocidentais hegemônicos das identidades de gênero internamente coerentes no âmbito de uma estrutura heterossexual busca uma ressignificação subversiva dessas identidades e da sua proliferação além das estruturas binárias, abrindo

possibilidades culturais de deslocamentos e descontinuidades da heterossexualidade compulsória e do falocentrismo.

Não obstante o esforço de problematizar as categorias de gênero para além de uma estrutura binária, de desconstruir os discursos que se articularam no interior de uma heterossexualidade compulsória/ falocêntrica e ainda de apontar modos de subversão que permitem a construção múltipla das identidades, a proposta de desconstrução não dar conta das possibilidades históricas e políticas que permeiam a discussão das relações de gênero, sobretudo por se manter atrelada à análise dos discursos e não das tensões sociais e das práticas relacionais que concretamente permeiam a sua construção. (p. 284-285)

Conclusão: Percebemos que a história social tem-se limitado ao estudo das mulheres enquanto grupos de classe ou raciais, mesmo quando houve a reorientação para a análise das categorias de gênero. Tais restrições têm sido compensadas pelos historiadores culturais, preocupados em analisar as tensões de poder que perpassam o gênero em suas inter-relações históricas [...]. Tais análises diferem, por seu turno, dos estudos pós-estruturalistas, que têm se detido às análises dos binarismos, da heterogeneidade compulsória e do falocentrismo enquanto produções discursivas, não levando em consideração as tensões políticas, históricas e representacionais que se efetivam enquanto práticas sociais, ou seja, para além das construções meramente discursivas. [...] Tal análise permitiu-nos perceber que a preservação ambiental e a justiça social não devem ser pensadas de forma dissociada da equidade entre os sujeitos sociais. A história e o potencial político que ela assume na contemporaneidade podem contribuir para transformações sociais em benefício da construção de sociedades democráticas e com igualdade de direitos, independentemente de pertencimento étnico, cultural, religioso, a grupos socioeconômicos etc. (p. 292) (OLIVEIRA, 2009).

A partir dos trechos podemos perceber a identificação das fases tanto da sequência argumentativa quanto da explicativa. O imbrincamento e a sobreposição revelaram uma característica comum em ambos os gêneros analisados que atrela ao fato de esses gêneros, conforme as características retóricas de expor fatos, conceitos e teorias, e, após ou concomitantemente a essa exposição, argumentar em favor de uma tese.

Grize (1981) prevê processos de lógica natural e sustenta que a linguagem possui um caráter naturalmente argumentativo. Ademais, ele antecipa a relação dialógica entre a sequência argumentativa e a explicativa, uma vez que as sequências explicativas atuam de forma a isolar um elemento do tema tratado e apresentá-lo com adaptações a seus destinatários. Isso, de forma geral, é realizado pelo texto científico ao expor o referencial teórico antes de argumentar, efetivamente, a favor de alguma tese.

Nesses termos, Ebel (1981) enumera três condições para a explicação: um fenômeno incontestável (*a importância da incorporação da perspectiva de gênero pelos movimentos nacionais e internacionais de mulheres à discussão das questões ambientais, evidenciando a*

necessidade de inclusão de elementos fundamentais para a construção de um desenvolvimento sustentável com equidade); a coerência entre os dados anteriores e o que se afirma (reformulação do conceito de gênero devido aos estudos descritivos e limitadores do papel da mulher enquanto agente de uma passividade e ociosidade); e a resposta à questão por meio da análise (a preservação ambiental e a justiça social não devem ser pensadas de forma dissociada da equidade entre os sujeitos sociais. A história e o potencial político que ela assume na contemporaneidade podem contribuir para transformações sociais em benefício da construção de sociedades democráticas e com igualdade de direitos). A explicação ocorre devido ao fato de o objeto de discurso ser considerado problemático, por isso, o autor realiza a prospecção sem garantia de sucesso. Para Ebel (1981), se o objeto de discurso for contestável e problemático, produz-se um segmento que combina sequências explicativas e argumentativas.

Silveira (2012, p. 297) afirma que quando o autor trata de uma questão pouco conhecida pelo público leitor da comunidade científica, há a sequência explicativa, encaixada na argumentativa, o que vale, a nosso ver, tanto para o ensaio quanto para o artigo. Além disso, a combinação das sequências argumentativa e explicativa confirma o que Silveira (2012) diz a respeito da relação simbiótica entre as sequências argumentativas e explicativas no discurso científico. A autora acrescenta a narração a essa relação, ao passo que a divulgação de pesquisas exige a descrição dos passos percorridos até o resultado final. No entanto, no *corpus* selecionado, a narração foi identificada em um ensaio, de maneira predominante, e em alguns artigos em pequenos e escassos trechos; por isso, consideramos que ela não define de modo substancial estes últimos, uma vez que a descrição prevalece.

4.2.7 Sequência argumentativa-narrativa

A sequência narrativa, conforme já dito, se constitui de cinco fases basilares, pode comportar apenas algumas dessas fases ou se apresentar de modo mais complexo com uma complicação nova. Vejamos as fases principais: i) situação inicial, em que se apresenta um “estado de coisas”; ii) complicação, na qual se instaura uma tensão; iii) ações, em que são observados acontecimentos decorrentes da tensão; iv) resolução, na qual há acontecimentos que causam a redução da tensão; v) situação final, em que se estabelece um novo estado de equilíbrio. Embora seja esta a configuração da narração, no que diz respeito ao discurso científico tal sequência se manifesta na forma de uma contextualização histórica em que os fatos são colocados numa ordem cronológica e situados espacialmente antes ou

concomitantemente à defesa da tese. Os excertos abaixo pertencem ao E1 (JAPIASSU, 2009) e destacam, nos dois primeiros, trechos de sequências narrativas e, nos demais, as fases da sequência argumentativa. A sequência argumentativa-narrativa apresentadas se concretiza em virtude da intenção do autor em discutir a relação da obra e vida de uma personagem; daí o entrecruzamento entre narração de fatos bibliográficos e a argumentação em favor de uma tese.

(29) **Contextualização realizada por meio de narrativa:** Nasceu a 18 de fevereiro de 1905, na capital paraibana, então Parahyba do Norte. Filha de Maria Augusta e José da Costa Beiriz, foi ouvinte atenta das leituras, em voz alta, nos saraus domésticos, dos insurgentes: Nísia Floresta, feminista; Lima Barreto, pobre mestiço vítima das desigualdades sociais e raciais e, por fim, o abolicionista Castro Alves. Compõem a tríade de intelectuais contra os ditames comuns às suas épocas. Certamente, costumes familiares e leituras intelectualizantes conduziram a formação espiritual e intelectual da jovem professora, justamente, conforme mencionei, o que nos interessa apresentar neste ensaio. Sempre à frente da contemporaneidade, foi diplomada aos 17 anos — destacando-se em primeiro lugar na turma da Escola Normal (JAPIASSU, 2009, p. 303-304).

Outro trechos narrativos ao longo do texto: Neste sentido, por marcas sobre a História, tem provado a sua atemporalidade. Por exemplo, em 1999, às 17h, numa quinta-feira, a 08 de março, o Centro da Mulher 8 de Março instituiu o concurso *A Paraibana Notável – A Mulher na Paraíba no Século XX*. Com comissão formada apenas por mulheres, sendo estas jornalistas e artistas, entre uma lista de 121 concorrentes, Anayde Beiriz galgou o segundo lugar por entre as concorrentes. O evento aconteceu na sede da Associação Paraibana de Imprensa. Outros eventos marcaram a sua breve, porém intensa, passagem pela vida. Durante o X Festival Nacional de Artes, promovido pela Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, de 12 a 20 de novembro, juntamente com o Centro Cultural Anayde Beiriz, foi promovida a Exposição Anayde Beiriz – Centenário de Nascimento. Também no dia 29 de novembro de 2004, foi homenageada pela Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba, quando recebeu o título de Patrona da Cadeira Nº 16, ocupada por América Medeiros Cantisani. Pernambuco, não poderia deixar de ser, dados os vínculos Históricos e afetivos, reverenciou a paraibana polêmica. O Fórum de Mulheres da Universidade Federal da Paraíba, o Sebo Cultural e a Universidade Federal de Pernambuco — através do Grupo de Trabalho A Mulher na Literatura, prepararam evento homenageando a escritora. Homenagens justas e merecidas a quem soube fazer História e provar, com a vida, que a liberdade independe do tempo em que se vive, e sim é fruto da coragem em realizá-la. Suicidou-se, no Recife, numa quarta-feira, às 11h, a 22 de outubro de 1930, por envenenamento. (p. 311)

Tese: Anayde Beiriz realiza uma luta libertária por meio de sua literatura e vida.

Problematização argumentada: Que força atrativa exercia esta jovem professora sobre a sociedade conservadoramente burocrata? Se pelo menos o texto tratasse de obra-prima literária, mas não. (p. 302) Mas o que aproxima o texto de Anayde Beiriz ao olhar da contemporaneidade? (p. 303)

Resolução argumentada: À luz da modernidade, pode-se dizer o seguinte: encontramos personagem-narradora que, no bojo do texto, fará sempre o

possível para ‘emergir a face feminina, com valor positivo, se colada ao ideal masculino, ou negativo, se marcada pelo estatuto da diferença. Veremos, também, como o texto da modernidade tentará desmitificar a ideologia da representação, desenvolvendo o artifício de sua produção, a não verdade do texto, na complexidade discursiva que o faz revelar-se como produto de vozes enunciativas e não como uma verdade que preexiste à linguagem’”. (p. 303)

Avaliação final: No entanto, muito mais por sua bravata luta pela liberdade, inclusive afetiva, que pela sua produção literária, será canonizada como *Peregrina da Liberdade*. Por liberdade, aqui, entenda-se, também, a livre expressão humana: profissão de fé, realizada no texto citado. Neste sentido, por marcas sobre a História, tem provado a sua atemporalidade. (p. 311)

A narração pode aparecer em textos científicos como a narrativa da descoberta científica (SILVEIRA, 2012); entretanto, em nosso *corpus*, a sequência argumentativa-narrativa também foi possível nas discussões baseadas em documentos históricos narrados, como acontece em E3 (SMILJANIC, 2001). Podemos dizer que a sequência narrativa neste e no ensaio anterior “[...] sobrepõe à cronologia dos acontecimentos uma dimensão causal ou interpretativa: esses acontecimentos encontram-se organizados em um todo coerente, reconfigurados ou ainda clarificados”; constituem, portanto, materiais sobre os quais o leitor do texto será capaz de tentar compreendê-los (BRONCKART, 2009, p. 234). Nos excertos a seguir, destacamos as fases da argumentação (tese, argumentos e conclusão) em um trecho narrativo.

(30) **Tese:** a “invenção” da Amazônia com base na literatura folclórica medieval europeia revela a estreita relação entre as construções discursivas e as práticas colonizadoras.

Exemplo de trecho narrativo: Após passar a região do ataque, Orellana teve a confirmação de que aquelas mulheres eram as amazonas, por um índio aprisionado durante o combate e cujo vocabulário era semelhante a outro que já conhecia. Ao perguntar ao indígena quem eram aquelas mulheres que os ajudavam na guerra, este lhe respondeu que eram umas mulheres que residiam no interior “a sete jornadas da costa”, e que, como seu senhor Couynco estava a elas subordinado, vieram ajudá-lo na guerra contra os espanhóis. O indígena conhecia-lhes de perto o local de moradia, porque já havia ido várias vezes levar-lhes tributos em nome de seu Senhor. Perguntou-lhe se eram casadas, qual o tamanho de sua população, o formato de suas casas e se tinham filhos, e foi informado de que as amazonas não possuíam maridos e eram em grande número, conhecia cerca de 70 aldeias. Habitavam casas de pedra com portas. Suas aldeias eram cercadas, ninguém passava sem pagar tributo. Coabitavam com índios que capturavam em guerras que empreendiam com esse único propósito. Ao engravidar, descartavam-se desses homens sem fazer-lhes mal algum. Os filhos do sexo masculino, nascidos dessas relações, eram sacrificados ou enviados aos pais, enquanto as meninas eram educadas para a guerra. Entre essas mulheres

havia uma, que reinava soberana sobre todas as demais, cujo nome era Conhorí. Em suas terras havia grandes riquezas em ouro e prata e cinco grandes templos dedicados ao sol, chamados caranaí, equipados com assoalhos e tetos pintados, além de inúmeros ídolos de ouro e prata com figuras femininas. Andavam com roupas finíssimas, fabricadas com a lã das “ovelhas peruanas”. (p. 12)

Argumentos: A diferença linguística dos grupos indígenas não é problematizada e, ao que parece, não é empecilho algum para comunicação. [...] Também os animais do Novo Mundo são vistos pela referência à fauna europeia, não havendo interesse em ressaltar suas diferenças pela atribuição de um novo nome aos animais da fauna americana. (p. 13)

Os relatos irão persistir até que o restante do território amazônico seja ‘descoberto’, mas não há mais espaço para a ‘invenção medieval’ dentro do discurso legítimo do conhecimento. O mundo será agora reinventado a partir de um novo discurso. (p. 18)

O processo de “descoberta” caminhou, assim, lado a lado com o processo de conquista e colonização, justificando a tomada de posse da região. O impulso de conhecer parece estar assim imbricado ao desejo de tomar posse, não apenas da terra, mas também das pessoas. Ao nativo restou escolher “entre a cruz e a espada”. (p. 23)

Conclusão: a região amazônica tem sido objeto de construções discursivas que inventam um mundo desejado e sonhado pelo homem branco. As amazonas foram o primeiro ícone da alteridade dos povos indígenas amazonenses, pois foi pela difusão da história dessas “grandes senhoras” e seus estranhos costumes que o homem medieval se familiarizou com a ideia de que, no além mar, existiam pessoas que não se adequavam ao seu ideal de humanidade. [...] Essas imagens foram gradualmente dando lugar às descrições definidas como científicas do século das luzes, nas quais os povos indígenas encontram-se estreitamente vinculados à representação da natureza. [...] Dessa forma, a invenção das amazonas, imagem primeva de uma alteridade americana representada pelo homem europeu por categorias tomadas do discurso teratológico e da literatura grego-romana clássica, cede aos poucos lugar para uma nova invenção, em que o discurso científico terá papel preponderante. (p. 23)

4.2.8 Sequência explicativa-descritiva

Como vimos, a sequência descritiva se organiza numa combinação das fases de **ancoragem**, que diz respeito ao tema da descrição, **aspectualização**, em que os diversos aspectos são enumerados, decompondo o tema em partes, e, por fim, **relacionamento**, no qual os elementos descritivos são assimilados a outros por meio de operações de caráter comparativo ou metafórico. A sequência descritiva pretende fazer o interlocutor ver em detalhes os elementos do objeto de discurso (ADAM, 1992), ao passo em que é orientada conforme os objetivos do autor. Em outras palavras, a descrição apresenta características do *quadro* de um conteúdo temático; uma “dilação” das informações. Bronckart (2009, p. 245) prevê que, “[...] na ordem do EXPOR, os discursos teóricos ou os discursos mistos podem

conter também alguns segmentos que organizam as informações relativas a um objeto, a um acontecimento ou a uma situação". No E4 (FERNANDES, 2012), a descrição compõe o desenvolvimento do texto na enumeração e explicação de diversas vertentes de contos brasileiros do século XXI. Vejamos os excertos selecionados para exemplificar a sequência narrativa e as fases da sequência explicativa.

(31) **Trechos de sequência narrativa:** Quando, no segundo semestre de 2002, ministrei para universitários (na UFPB) um curso sobre o conto brasileiro, percebi que os textos mais perversos, brutais, despertavam nos estudantes um enorme interesse. [...] Parece que minha intuição (e também era algo não muito difícil de perceber àquela altura), ao ministrar um curso sobre contos violentos em 2002 e organizar a coletânea *Contos Cruéis* em 2006, estava em boa medida correta, como diagnóstico não só da literatura, mas, de forma oblíqua, do cinema e mesmo de outras mídias contemporâneas (FERNANDES, 2012, p. 175-176).

Constatação inicial/tema-título: a existência de diferentes vertentes de contos brasileiros no século XXI

Aspectualização: (enumeração das vertentes com pequenos resumos dos contos para ilustrar a vertente)

Vertente 1: O conto contemporâneo, por outro lado, não se fixa apenas no espaço público — volta-se, de forma aguda, para relações privadas, na família ou no trabalho. Relações em que por vezes aparecem protagonistas pervertidos ou mesmo violentos. Quatro exemplos retirados de Dalton Trevisan, Tércia Montenegro, Marilia Arnaud e Altair Martins. Primeiro, uma nota interessante. (p. 178)

Vertente 2: Talvez nunca tenha tido muito êxito, entre nós, o conto macabro. Suas fórmulas soam batidas, pouco férteis. Mas, na mão de um bom escritor, podem render. Embora contendo pouca coisa de novo, de inventivo, o longo conto "O vôo da madrugada" (o livro com este título obteve o Prêmio Jabuti/2004), do carioca Sérgio Sant'Anna, é bom, tem fôlego, poesia, tensão, densidade. E também, ao final, um desfecho surpreendente, isto após prender o tempo todo a atenção do leitor, como cabe ao bom conto, revelando um autor com pleno domínio da técnica. São muito bem tecidos os planos do real e do insólito, uma vez que se trata de uma narrativa fantástica (isto se dermos crédito à informação final de que o protagonista, também narrador da história, já de volta para o seu apartamento em São Paulo, é na verdade um "deles", ou seja, um dos mortos no acidente aéreo em Roraima). (p. 181)

Vertente 3: A coletânea *Inimigos* (7Letras, 2007), do cearense Pedro Salgueiro, indicada para o Prêmio Jabuti, compõe-se de 20 contos curtos. Contos que se passam em vilarejos do Sertão, com estradas, poeira, serras, forasteiros, e reportando-se a épocas mais remotas. O espaço predominante é o do Sertão — mas as situações são universais. Contos de frases contidas, secas, como a paisagem de rochas não raro configurada, com momentos de maestria poética, de palavras ou torneios que nos surpreendem pela força e exatidão. Em boa parte dos contos da coletânea, o que aparece é o desempenho da linguagem, o estilo bem posto. (p. 184)

Aqui, um outro registro sobre a minha modesta contribuição como organizador de coletâneas de contos contemporâneos. Em *Quartas histórias*:

contos baseados em narrativas de Guimarães Rosa e Capitu mandou flores: contos para Machado de Assis nos cem anos de sua morte, a primeira de 2006 e a segunda de 2008, nomes expressivos do conto brasileiro atual foram convidados para reescrever narrativas de dois grandes mestres de nossa literatura (Rosa e Machado). (p. 186)

Conclusão: Nessa exposição sobre as cinco vertentes do conto brasileiro do séc. XXI procurei apresentar *contos significativos* e não apontar os *melhores contistas* – tarefa, do ponto de vista crítico e metodológico, muito difícil, e mesmo arriscada, em se tratando de produção tão recente. Às vezes um contista – algo que frequentemente acontece entre os novos autores – se dá bem na elaboração de um texto e comete pecados na elaboração de outro. Neste caso, fica um impasse, pois o desejado, para uma posição entre os *melhores*, é sempre uma regularidade no conjunto da produção. Esta regularidade é dificílima e muito poucos escritores, em cada geração, conseguem (187) (FERNANDES, 2012).

A sequência mista explicativa-descritiva parece conferir aos textos um aspecto mais técnico de demonstração de algo que não é contestável, mas que necessita de explicações, em detrimento do teor argumentativo. No exemplo (31), esse caráter técnico se apresenta quando da constatação inicial (a existência de diferentes vertentes de contos brasileiros no século XXI) que precisa ser demonstrada e provada por meio de dados passíveis de serem conferidos pelo leitor (ressalta-se que cada vertente de conto, em sua classificação, tem autores e obras citadas) e que demandam menos interpretação que algum outro texto cujo conteúdo temático e sequências sejam outras.

4.2.9 Sequência argumentativa-descritiva

A sequência mista argumentativa-descritiva ocorreu em A20 (SAMPAIO, 2012). No artigo, o autor realiza dois níveis de descrições: um teórico, quando descreve os modelos de análise deliberativas já existentes; e, no segundo nível, descreve ações voltadas à aplicação de um novo modelo formado a partir dos já existentes. O teor argumentativo do texto se deve à tese implícita de que um modelo de deliberação *online* mais completo é possível por meio de poucas adaptações dos modelos existentes. Destacamos as fases da sequência descritiva de A20.

(32) **Constatação inicial/tema-título:** Com o crescimento do uso da *internet* e com a maior utilização de plataformas que valorizam a interação entre os indivíduos (como fóruns *online*, sítios de redes sociais e as ferramentas discursivas que passaram a acompanhar modalidades que eram monológicas, como vídeos, imagens e notícias), diversos deliberacionistas

veem a *internet* como um possível caminho para uma democracia que valorize mais a deliberação entre seus cidadãos.

Geralmente, argumenta-se que a rede mundial de computadores mitiga alguns dos principais problemas da participação deliberativa, como a falta de tempo, o limite de espaço e a dificuldade de considerar-se um número representativo de opiniões, sendo que a *internet* poderia até criar novas formas de mobilização (*deliberação online*) (MITRA, 2001) (SAMPAIO, 2012).

Aspectualização: O primeiro conjunto de trabalhos compara deliberações *online* com as presenciais, buscando-se geralmente comprovar que as discussões virtuais podem apresentar as mesmas vantagens das *offline*. Em alguma medida, tais estudos buscam afirmar a importância do próprio campo de estudos de deliberação *online* (GASTIL, 2000; HAMLETT, 2002; MIN, 2007; MONNOYER-SMITH, 2012). O segundo grupo de pesquisas parte da premissa que a *internet* é um componente da esfera pública. Pressupõe-se que a *internet* não seja um meio isolado, logo, grande parte do que é discutido *online* também pode ser discutido em diversos outros públicos ou em outras mídias. Ou, em uma segunda vertente, o que é discutido *online* pode ganhar repercussão na esfera pública por meio da aparição em mídias de massa tradicionais, como TV, rádio e impresso. Logo, a análise da qualidade das discussões *online* é parte da avaliação das discussões da própria esfera pública, logo as apreensões acontecem em fóruns *online* diversos (WILHELM, 2000; GRAHAM; WITSCHGE, 2003; PAPACHARISSI, 2004; DAVIS, 2005; JANSSEN; KIES, 2005). O terceiro conjunto de estudos geralmente analisa a deliberação em programas participativo deliberativos ou em fóruns *online* hospedados em sítios institucionais. Sendo consultivos ou *empowered*, geralmente tais processos tornam disponíveis fóruns *online*, *chats* e ferramentas digitais diversas para a discussão dos cidadãos ou mesmo para o debate entre representantes e cidadãos. Nesses casos, geralmente, a apreensão da deliberação *online* visa a verificar se o processo participativo conseguiu abrigar uma deliberação qualificada, buscando-se compreender se os motivos para tais resultados encontram-se no formato do programa, nas ferramentas digitais disponibilizadas ou nos atores envolvidos (DAHLBERG, 2001; JENSEN, 2003; JANKOWSKI; VAN OS, 2004; WRIGHT; STREET, 2007; LAZER, NEBLO; ESTERLING, 2012). O quarto agrupamento de pesquisas busca investigar a importância do *design* e da estrutura das ferramentas digitais. Tais estudos buscam demonstrar como tais aspectos podem influenciar diretamente nos resultados da deliberação *online*. (p. 121-122)

O modelo a seguir foi desenvolvido a partir de reflexões extraídas de outras pesquisas de deliberação *online*, nas quais foram destacados os indicadores analíticos mais consistentes e pertinentes. O principal autor de referência com relação aos estudos de deliberação *online* a ser utilizado será Lincoln Dahlberg (2001; 2004a). Trata-se de um dos primeiros pesquisadores a traduzir a teoria de Habermas em indicadores analíticos consistentes para serem aplicados à *internet*. (p. 123)

Em nossa aplicação, foi realizada uma seleção do *corpus* que já desconsidera as postagens irrelevantes, entretanto a porcentagem de mensagens irrelevantes é um dado importante por si. Um alto valor de mensagens irrelevantes tende a indicar um baixo comprometimento com a discussão e, provavelmente, baixa deliberatividade, sendo o inverso também verdadeiro. O segundo critério que deve ser considerado, antes da aplicação do modelo de deliberação propriamente dita, é se a mensagem é “inicial” ou se é uma

“resposta” (GRAHAM & WITSCHGE, 2003). Especialmente, se a postagem for classificada como inicial, deve haver um cuidado extra pelo pesquisador.

Conclusão: Apresentou-se um modelo de deliberação *online* que fosse amplo para a análise de conversações nos altos quesitos dos democratas deliberacionistas, mas também simples o suficiente para ser aplicado a diversas mídias e contextos. O modelo sugerido é basicamente retirado de diversos outros arquétipos já testados e aplicados, mas busca exatamente valorizar os indicadores que se mostraram funcionais em estudos anteriores. Visando averiguar sua confiabilidade, o modelo foi aplicado a mensagens extraídas do fórum *online* do programa Orçamento Participativo Digital e demonstrou ser plausível e coerente. (p. 136)

A análise das sequências, embora tenha confirmado a relação proposta por Bronckart com os tipos de discurso, não demonstrou ser reveladora de distinções entre o ensaio e o artigo, uma vez que ambos os gêneros apresentaram como predominantes a mesma sequência (argumentativa-explicativa). Logo, se não pode ser uma diferença, isso se revela como uma aproximação entre os gêneros analisados.

4.3 Mecanismos enunciativos

Ao analisar os mecanismos de enunciação, consideramos que a pessoa, a modalidade e a intertextualidade mostrada (por meio de citações teóricas de outros autores) são manifestações da subjetividade discursiva (CORACINI, 1991, p. 21). Dessa forma, analisamos quantitativamente as pessoas do discurso empregadas nos textos, as citações com recuo utilizadas e as expressões de modalização, conforme Bronckart (2009).

Comecemos por tratar da pessoa do discurso utilizada nos textos. Nos ensaios, diferentemente do esperado, predominou a impessoalidade (40% - 8), seguida da primeira pessoa do singular (30% - 6). Podemos interpretar essas ocorrências da seguinte forma: a) a impessoalidade é conhecida por servir à objetividade do texto e, consequentemente, à legitimação de cientificidade; logo, a ocorrência dela nos ensaios tenta consolidar o gênero na esfera acadêmica; b) a primeira pessoa revela o contrário, ou seja, a necessidade do autor de ter sua voz reconhecida; c) o uso da primeira pessoa no plural revela a tradição do discurso científico de se expressar de forma a incluir não apenas o autor, mas as pessoas que contribuíram para o texto, tanto diretamente, a partir de leituras e sugestões, quanto por meio dos argumentos de autoridade.

Nos artigos, os usos da primeira pessoa do singular e da primeira pessoa do plural concorrem em número de ocorrências (25% da primeira pessoal do singular e 25% da primeira pessoa do plural). Tem ocorrido um processo de mudança nesses textos em que, há

pouco tempo, se expressava apenas na primeira pessoa do plural na tentativa de objetivação do discurso científico, pois, segundo Vigner (1979 apud SILVEIRA, 2012, p. 33), “[...] para ser Eu e parecer Nós, há um controle do que se pode e deve-se dizer, havendo formação discursiva”.

A tabela abaixo apresenta os números e percentuais obtidos a partir da consideração do uso das pessoas do discurso no *corpus* de análise.

Tabela 5 – Uso das pessoas do discurso nos ensaios e artigos

PESSOA DO DISCURSO	ENSAIO	ARTIGO
1 ^a p. p. (com mais de 1 autor)	20% (4)	35% (7)
1 ^a p. p.	10% (2)	25% (5)
1 ^a p. s.	30% (6)	25% (5)
Impessoal	40% (8)	15% (3)
Total	100% (20)	100% (20)

Fonte: Elaboração da autora.

De fato, a intertextualidade mostrada, conforme Coracini (1991), também pode ser tomada como uma forma de subjetividade. Além disso, as citações funcionam como argumento de autoridade que “[...] em vez de constituir a única prova, vem completar uma rica argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 350), como também transferem a responsabilidade do enunciado a fim de garantir aceitação e credibilidade de suas afirmativas (GUIMARÃES, 2005). Por isso, procedemos à contagem das citações com recuo²⁵ presentes em ambos os gêneros, pois, inicialmente, tínhamos a hipótese de que o ensaio não se apropriaria, explicitamente, do discurso de outros autores. No entanto, na leitura dos textos, pudemos constatar que enquanto os artigos apresentaram uma média de 3,1 citações por texto, o ensaio obteve 4,9 citações. Embora esse dado quantitativo pareça não dizer muito sobre ambos os gêneros, podemos afirmar que a quantidade de citações não apenas contrariou nossa hipótese como também se revelou uma fortuita descoberta à qual relacionamos as seguintes questões: ou o ensaio possui bastante intertextualidade a fim de se legitimar e ganhar espaço na comunidade discursiva, ou, como pertencente a essa comunidade, possui intertextualidade explícita como característica do próprio discurso da ciência. Tais questões não encontrarão respostas neste trabalho, uma vez que, a nosso ver,

²⁵ Para efeito desta análise, as citações com recuo referentes ao *corpus* de análise (análise documental) não foram consideradas. Cumpre explicar que não consideramos a menção de autores de forma geral pela dificuldade de delimitar o que era o autor do texto e o que era do autor referenciado, uma vez que havia textos com alto grau de citações e menções curtas.

necessitariam de uma análise que considerasse as impressões do sujeito-autor sobre o próprio texto produzido.

Passemos agora às modalizações. Por se tratar de um assunto complexo, diversos autores dedicaram certa atenção a elas. Lyons (1977, p. 436) define modalidade como “[...] um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve”; para Halliday (1970, p. 328), ela significa “[...] o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito”; Quirk et al. (1985, p. 219 apud MESQUITA, 1999, p. 43) dizem que a modalidade é “[...] o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa”; Coracini (1991, p. 119) nos traz a perspectiva comunicativa de Kerbrat-Orecchioni (1977), segundo a qual “[...] a presença de indicadores modais pode orientar a compreensão, convidando o interlocutor a interpretar o enunciador, então, julgar a verdade/falsidade da asserção”; e Coracini (1991, p. 113) ainda nos fornece o seu próprio entendimento da modalidade que vem corroborar com as demais, considerando-a “[...] expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”.

A aproximação dessas definições faz-nos pensar que todo texto possui modalidade em menor ou maior grau, ou seja, todo texto expressa, seja em que nível for, alguma relação entre o locutor e o conteúdo proposicional apresentado de maneira estratégica para cumprir seus objetivos interacionais. De acordo com Koch (1996), as modalidades permitem ao leitor:

Marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com o que é dito; [...] deixar claro os tipos de ato que deseja realizar e fornecer ao locutor “pista” quanto às suas intenções; [...] introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso (KOCK, 1996, p. 88).

Nesses termos, as diversas conceituações do fenômeno da modalização por estudiosos de áreas variadas possibilitam diferentes formas de tratamento do fenômeno, na medida em que um nível de análise parece, sobretudo, complementar outro, seja em nível sintático, semântico ou pragmático. Neves (1996) indica que diferentes teóricos tratam da modalização linguística, privilegiando a sintaxe (ROSS, 1969), a semântica (LYONS, 1977) ou a pragmática (PARRET, 1976).

A análise da modalidade, não raramente, privilegia somente uma instância, o que pode ser problemático, uma vez que a modalização é pluridisciplinar e possui caráter interacional. Nesse sentido, Coracini (1991) considera que analisar a modalidade apenas sob o viés semântico, por exemplo, significa reduzir e focalizar somente um dos aspectos desse fenômeno tão complexo. Contudo, mesmo tendo ciência sobre os desdobramentos múltiplos que esse aspecto textual pode ter, aderimos à classificação geral de Bronckart (2009, p. 330-334) para uma análise quantitativa e qualitativa das estratégias utilizadas tanto no ensaio quanto no artigo, pois, segundo o autor, as modalizações parecem estar relacionadas a diferentes gêneros:

[...] as unidades de modalização poderão, por exemplo, estar quase ausentes em algumas obras encyclopédicas, em alguns manuais científicos, ou ainda em alguns *faits divers*, na medida em que os elementos constitutivos do conteúdo temático desses textos podem ser apresentados como dados absolutos ou “subtraídos à avaliação” (*grau zero* da modalização); ao contrário, essas unidades poderão ser frequentes nos artigos científicos, nos manuais de história, nos panfletos políticos, etc., já que, nestes, os elementos do conteúdo temático são objeto de debate, de discussão, e, portanto, de avaliação (BRONCKART, 2009, p. 334).

Portanto, a análise das modalizações considerou um quadro menos desenvolvido que o de Travaglia (1991), em que foram tomadas quatro funções de modalizações elencadas por Bronckart (2009): lógicas, deônticas, pragmáticas e apreciativas. A análise quantitativa demonstrou que modalidades lógicas são predominantes em ambos os gêneros, talvez devido ao fato de pertencerem à mesma comunidade discursiva. No entanto, nos artigos analisados a quantidade desse tipo de estratégia foi quase o dobro (1.256 ocorrências) em relação aos ensaios (678 ocorrências). Em seguida, foram mais frequentes em ambos os gêneros, porém em proporções diferentes, as modalizações pragmáticas (ensaio: 9,11% - artigo: 3,38%), as deônticas (ensaio: 5,45% - artigo: 2,65%) e, por último, as apreciativas (ensaio: 5,20% - artigo: 1,50%).

Tabela 6 – Modalizações por gênero

MODALIZAÇÕES	ENSAIO	ARTIGO
Lógicas	80,24 % (678)	92,48% (1256)
Deônticas	5,45% (46)	2,65% (36)
Pragmáticas	9,11% (77)	3,38% (46)
Apreciativas	5,20% (44)	1,50% (20)
Total	100% (845)	100% (1358)

Fonte: Elaboração da autora.

Apresentaremos e discutiremos alguns exemplos desses tipos de modalizações. Além disso, explicaremos como eles contribuem para a configuração textual-discursiva dos textos nos quais aparecem.

4.3.1 Modalização lógica (Ensaio: 80,24% - Artigo: 92,48%)

As **modalizações lógicas** são estratégias em que se avaliam alguns elementos do conteúdo temático, com base em critérios e/ou conhecimentos formados e organizados “[...] no quadro das coordenadas formais que definem o **mundo objetivo**, e apresentam os elementos de seu conteúdo do ponto de vista de suas condições de verdade, como fatos atestados (ou certos), possíveis, prováveis, eventuais, necessário etc.” (BRONCKART, 2009, p. 330) (grifos do autor). Essa categoria agrupa duas funções: as **modalizações aléticas**, que consistem na realização do conteúdo proposicional enquanto necessário, possível ou contingente; e as **modalizações epistêmicas**, que consistem do comprometimento do sujeito-autor com aquilo que ele está dizendo e que manifestam a “[...] crença do locutor na verdade do que diz no momento de enunciação” (GUIMARÃES, 1979, p. 67).

Houve a incidência majoritária de modalizadores lógicos em ambos os gêneros. Isso pode ser explicado pelo rigor lógico científico próprio dos textos da esfera científica, e, portanto, do discurso da ciência e à tentativa de se resguardar quanto à contra-argumentações, em razão das frequentes modalizações aléticas de necessidade e possibilidade. Vejamos os exemplos a seguir.

4.3.1.1 Modalizações aléticas

As modalizações aléticas consistem na expressão do locutor da necessidade, possibilidade ou viabilidade de uma situação ocorrer. Observemos os exemplos subsequentes.

(33) [...] entretanto é **preciso** reconhecer as limitações da metodologia do estudo de deliberação *online* e analisar apenas o que está explícito ou *claramente implícito* (SAMPAIO, 2012, p. 128).

(34) É **preciso** afirmar que o monstro é caos formal, é carência de um princípio ordenador no concreto de seu corpo (FERREIRA, 2010, p. 816).

(35) É **necessário**, também, romper estruturas e culturas cristalizadas (HERKENHOFF, 2011, p. 88).

(36) [...] é **necessário** traçar uma linha de antecipação em que a legibilidade atuante frature a fixidade divisória do subjetivo e do objetivo, cuja nova movimentação cambiante passa a estar submetida à própria criação (PUCHEU, 2004, p. 118).

A necessidade desse tipo de modalização lógica é mais comumente expressa pelas orações impessoais cristalizadas “é preciso + infinitivo” e “é necessário + infinitivo”, como nos exemplos (33) a (36). A função dessa estratégia de colocar algo como imprescindível de ser realizado confere uma exterioridade às proposições em relação a seu locutor, como maneira de demonstrar impessoalidade em suas asserções que, independentemente da visão do sujeito-autor, mostram que as relações de necessidade existem e são verdadeiras. Outra forma de expressar necessidade numa modalização lógica são os auxiliares de modo.

Convém destacar que as modalizações aléticas também expressam possibilidade e são marcadas por expressões com a forma cristalizada “é possível”, combinada à modalidade epistêmica de certeza (37), para não se expor a uma contra-argumentação, ou apenas a expressão impessoal em (38), por advérbios (39) e pelo auxiliar de modo “pode + infinitivo” – (40) e (41).

(37) Entretanto, só é **possível fazer** essa interpretação em decorrência da postura da sombra (representando cansaço físico) e da postura da moça (em plena atividade física). Tais posturas são *atributos simbólicos* dados ao *ator* e à *meta*. Sem esses atributos, não seria possível realizarem-se as inferências que permitem compreender o anúncio (BIASI-RODRIGUES, 2010, p. 106).

(38) É **possível** que a precedência de Chaillu entre os fangs e a notoriedade advinda com a sua expedição à África equatorial tivessem incomodado a vaidade do etnólogo alemão (CORREA, 2008, p. 33).

(39) Numa dimensão utópica, as teorias em conflito **podem ser** superadas sob a conjunção de paradigmas díspares (FORNOS, 2009, p. 227).

(40) Por meio dos computadores e das redes, as pessoas mais diversas **podem entrar** em contato, dar as mãos ao redor do mundo (ROMÃO, 2004, p. 74).

Os exemplos (37) a (40) orientam o texto para a argumentação lógica do autor de forma modalizada, em que o autor se compromete com sua opinião, porém de maneira sutil, e, ao mesmo tempo, influencia o interlocutor a seguir o mesmo raciocínio para aderir à tese. Essa relativização atenua a responsabilidade sobre o que é dito, pois indica ao interlocutor que há informações que ancoram a argumentação, ou seja, que os argumentos são suficientes para convencê-lo de que seu ponto de vista é verdadeiro.

4.3.1.2 Modalizações epistêmicas

As modalizações epistêmicas “[...] assinalam o grau de comprometimento/engajamento do locutor em relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados” (KOCH, 2006, p. 136) e dependem das intenções do enunciador na situação de interação. Isso nos remete ao surgimento das marcas modais epistêmicas no processo de interação para manifestar a intenção do locutor em expor ou não sua certeza diante do que enuncia. A decisão de enfatizar ou atenuar a verdade envolve aspectos pragmáticos e depende dos efeitos de sentido que se pretende alcançar. Os graus de certeza no eixo do conhecimento podem ser expressos de duas formas: objetiva, quando o sujeito-autor do texto confere maior autoridade às suas declarações pelo fato de elas se referirem a um conhecimento mais amplamente aceito como verdade; ou subjetiva, em que o conhecimento está centrado no enunciador.

(41) Hoje, **sabe-se** perfeitamente, (sic) um mesmo evento não é apropriado de uma mesma maneira por culturas diferentes (MANO, 2009, p. 202).

(42) Os poligenistas, por seu turno, rechaçavam a versão bíblica, considerando-a uma mera alegoria, e defendiam que as raças humanas eram espécies distintas e descendiam de mais de um Adão. Essa visão, **é claro**, era estritamente compatível com a escravidão, um dos temas de interesse de monogenistas e poligenistas, mas não era facilmente defensável (FERREIRA, 2010, p. 829).

(43) Cada pessoa possui caracteres especiais e particulares. Se exames forem realizados em milhões de pessoas, no mundo inteiro, **certamente** será percebido que, embora fisicamente semelhantes, seus genes e células são diferentes (CATUSSO, 2005, p. 11).

(44) **Seguramente**, muitos dos problemas que atormentam o usuário do SUS podem ser equacionados mediante boas práticas de gestão (SILVA, 2012, p. 339).

(45) **Certamente** Baartman era diferente: sua caracterização como hotentote, sua estatura, sua esteatopigia, a forma de sua genitália (objeto de debate desde o século XVII) apontavam para características específicas que não eram compartilhadas pelos ex-escravos que habitavam as cidades inglesas. **Não é**, portanto, **evidente** que ela pudesse ser identificada como membro de um mesmo grupo (negros) apenas a partir da cor de sua pele (FERREIRA, 2010, p. 825).

Os excertos (41) a (45) exemplificam modalizações epistêmicas objetivas com alto grau de comprometimento do enunciador com seu conteúdo proposicional. Em (42), a

expressão impessoal “sabe-se” confere à expressão “é claro” exterioridade do conhecimento em relação ao enunciador, como se algo fosse de conhecimento geral, por isso, incontestável. Essa estratégia parece atribuir, à argumentação do sujeito-autor, dados legítimos para amparar uma argumentação. Em (43) a (45), são empregados alguns advérbios epistêmicos (NEVES, 2000) – “necessariamente”, “certamente” e “seguramente” –, o que demonstra alto grau de certeza nos enunciados proferidos, colocando a proposição num estatuto de verdade incontestável.

Castilho e Castilho (1993, p. 222), ao tratarem das modalizações epistêmicas, afirmam que elas podem ser expressas por advérbios que se dividem em três subclasses: a) asseverativos: consideram verdadeiro o conteúdo de uma proposição e revelam forte adesão a esse conteúdo (realmente, certamente, evidentemente, logicamente etc.); b) quase-asseverativos: conteúdo proposicional próximo à verdade, com hipótese que necessita confirmação (é provável, talvez, provavelmente, possivelmente); e c) delimitadores: estabelecem limites sobre os quais se deve encarar o conteúdo proposicional (basicamente, em geral, em princípio, fundamentalmente).

(46) Apesar da ausência de tais dados impedirem conclusões definitivas, o cruzamento proposto **certamente** dá indicações interessantes sobre fatores e variáveis que incidiram na deliberação online (SAMPAIO, 2010, p. 135).

(47) Dentre as principais motivações, podemos citar trabalhos que estudam as coligações eleitorais buscando uma explicação intrínseca para o fenômeno, ou seja, objetivando explicar **fundamentalmente** o porquê de os partidos se coligarem (SOARES, 1964; LIMA JR, 1983; LAVAREDA, 1999) (MIGNOZZETTI, 2011, p. 744).

(48) De maneira mais ampla, a popularização do neuromarketing entre os profissionais **efetivamente** capazes de um posicionamento na interface entre as demandas do mercado e o rigor neurocientífico necessário para o uso apropriado das tecnologias em foco deu-se com base em duas premissas (DIAS, 2012, p. 179).

Os advérbios modalizadores “certamente”, “fundamentalmente” e “efetivamente”, destacados em (48) a (50), funcionam como estratégia argumentativa e possuem o efeito de enfatizar o conteúdo proposicional, na medida em que revelam o alto grau de adesão do autor às proposições. Para Travaglia (1999), esses advérbios colocam em relevo elementos do desenvolvimento do tópico discursivo, seja por questões emocionais e argumentativas, seja por aspectos ideacionais ou cognitivos.

As modalizações epistêmicas encontradas no *corpus* também expressam, por meio de advérbios e do tempo verbal, a probabilidade de algo ocorrer.

(49) No centro de tais espaços **estariam** associações, comunidades de base, sindicatos, fóruns de discussão, clubes de leitura, organizações não-governamentais em geral, igrejas, mídias alternativas, entre tantas outras organizações da chamada sociedade civil [...] (BARBIERO, 2001, p. 54).

(50) O mito **seria**, em outras palavras, uma metáfora para as atividades do arquétipo (ARANHA, 2006, p. 69).

(51) Ainda assim, a emergência e a difusão de masculinidades ocidentais subalternas **poderiam**, numa lógica pós-colonialista, sinalizar para um tratamento das ambiguidades geradas na interação com a diferença [...] (JESUS, 2011, p. 136).

(52) Sendo assim, se minha interpretação for considerada plausível, Mill **permaneceria** sendo um utilitarista e sua defesa da liberdade seria compatível com o seu utilitarismo (SIMÕES, 2013, p. 188).

Nos exemplos (51) a (52), utiliza-se o tempo verbal futuro do pretérito com os verbos “estar” (49) e “ser” em (50). Travaglia (1999, p. 683) pondera que “[...] o valor básico do futuro do pretérito é indicar posteridade, seja ela temporal ou nocional”, enquanto o presente do indicativo sugere certeza. Em (49), “estariam” assume um valor nocional incerteza diante do enunciado que parece provável, mas que não se compromete com a verdade. O trecho (50), com o verbo “seria”, possui um valor nocional de condição, visto que uma comprovação empírica era a condição para a crença de que as amazônias existiam na região da Guiana. O mesmo verbo, “seria”, é empregado em (50), mas se constitui de um valor hipotético ou, até mesmo, de uma certeza relativizada com a finalidade de atenuar a afirmação e se resguardar de uma contra-argumentação severa. O verbo “poderia” em (51) apresenta possibilidade por meio de uma certeza atenuada, assim como (51) e (52), em que o verbo “permanecer” também foi relativizado como estratégia de defesa contra informações contrárias à enunciada.

De fato, a probabilidade por meio da função epistêmica também pode ser materializada por meio de advérbios (talvez, provavelmente), expressões adverbiais (parece evidente), como também auxiliares modais. Passemos a outros exemplos.

(53) **Talvez** essa experiência brasileira tenha sido útil para as relações e as alianças entre batavos e africanos, sobretudo nas antigas “áreas portuguesas” no litoral africano [...] (CORREA, 2008, p. 16).

(54) De certa forma, pode-se encontrar uma ideia de empirismo lógico e realismo abstrato no imaginário da língua no jornalismo noticioso. **Talvez** isso se dê pelo efeito do discurso da seriedade (MELO, 2004, p. 38).

(55) A ideia de ambição progressiva diz que, uma vez que ocupe um cargo, o indivíduo **provavelmente** aspirará a outro mais elevado (MIGUEL, 2010, p. 664).

(56) **Parece evidente**, então, que a produção do conhecimento, realizada por meio de pesquisas em nível de Serviço Social, deve considerar uma relação entre a teoria e a prática que não anule ou supervalorize uma em relação a outra (SILVA, 2007, p. 289).

(57) Já na edição analisada do tabloide Super não há representação Centro/Margem, **talvez** porque todos os elementos dispostos na página **parecem** competir pela atenção do leitor (CARVALHO, 2010, p. 7).

A relativização do enunciado como recurso modal que gera dúvidas ao interlocutor, seja com o uso de verbos de opinião ou com verbos de crença, parece implicar uma estratégia discursiva capaz de beneficiar o locutor com o crédito da honestidade. Para Neves (1996), a incerteza expressa no conteúdo proposicional gera, sobretudo, confiança ao enunciador que passa a se beneficiar da imagem de honestidade ao não assumir uma verdade social, mas apenas externar sua opinião individual, particular. Segundo a autora, ao confessar suas “[...] dúvidas e incertezas, o sujeito enunciador, ao invés de perder, ganha em credibilidade; desse modo, essa confissão constitui uma astúcia discursiva, já que, graças a ela o enunciador se beneficia de um crédito de honestidade” (NEVES, 1996, p. 186).

(58) A história e o potencial político que ela assume na contemporaneidade **podem** contribuir para transformações sociais em benefício da construção de sociedades democráticas e com igualdade de direitos (OLIVEIRA, 2009, p. 292).

(59) Nossa premissa: as propostas e práticas acumuladas por instituições, grupos e teóricos da área de Comunicação **podem** contribuir com o aperfeiçoamento do caráter descentralizado e participativo da PNAS (HERKENHOFF, 2011, p. 83).

(60) **Pode-se considerar que** o tratamento dado ao problema mais amplo dos limites das democracias concorrentiais contemporâneas e do ideário liberal que está em sua base é um dos divisores entre as abordagens (MIGUEL, 2010, p. 653).

Os auxiliares de modo podem assumir funções modalizadoras diferentes e estão presentes nos textos científicos em larga escala em virtude da preservação do autor perante declarações que representam uma possibilidade, e não uma verdade única. Essas verdades

modalizadas mantêm a integridade do autor diante de percepções não previstas que podem ser levadas à contra-argumentação. O apagamento do sujeito-autor por meio de orações impessoais (63) é utilizado estrategicamente para transformar os argumentos em verdades incontestáveis. O auxiliar de modo “poder” possui certa complexidade quanto aos valores que pode assumir em um enunciado, pois é possível expressar função alética, epistêmica, deôntica ou pragmática.

Dubois (1969) distingue o sentido epistêmico do verbo “poder” de seu sentido deôntico com a seguinte definição: enquanto realizando função epistêmica, “poder” é usado como auxiliar do verbo ser (*Pode ser que cheguemos tarde - possibilidade*); a função deôntica implicaria, por outro lado, o uso de “poder” como um verbo pleno (*Eles podem brincar - permissão*). Para “resolver” esse impasse, Lyons (1977) aponta um tratamento sintático em termos de *transitividade* ou *intransitividade*: o verbo modal epistêmico é de uso intransitivo e o modal deôntico, transitivo. Contudo, tal tratamento sintático não parece ser suficiente para explicar a complexidade do fenômeno do “poder”. Diante disso, é preciso olhar para as formas polissêmicas do contexto e do enunciado em si, cuja relevância deve ser ressaltada para a compreensão das expressões modais.

As ocorrências de modalizações lógicas também revelaram o uso de verbos atitudinais como penso, acho, acredito e suponho que. Eles marcam, de forma explícita, a posição do autor.

(61) Ao aplicar uma perspectiva pós-colonialista, **defendo** que é possível redefinir as Relações Internacionais como campo de conhecimento heterológico, com base no aprendizado do tratamento das ambiguidades geradas na interação com a diferença em relação ao gênero [...] (JESUS, 2011, p. 127).

(62) **Penso** que os assimilar aos legislativos é, no caso, aceitar a publicidade oficial do regime (representada, por exemplo, pela declaração do próprio Vargas reproduzida mais acima) e a ideologia antiparlamentar da época (CODATO, 2011, p. 281).

Os verbos “defendo” (64) e “penso” (65) marcam uma modalidade de certeza acerca da posição do autor com seu texto e, concomitantemente, representam uma possibilidade de inferência do interlocutor sobre o raciocínio do autor. Dessa forma, a utilização de verbos atitudinais evidencia o comprometimento do autor com a verdade do que diz, o que revela alto grau de adesão ao enunciado, mesmo com espaço para inferências do leitor.

As modalizações lógicas encontradas nos ensaios (80,24%) e artigos (92,48%) expressaram, portanto, necessidade e possibilidade (modalizações aléticas) e graus de certeza e probabilidade (modalizações epistêmicas). A análise dessas modalidades permitiu perceber a importância de se considerá-las como marcas argumentativas, uma vez que possibilitam o conhecimento da atitude do autor em relação ao que diz. Ademais, fica sintomático que os artigos parecem se constituir mais de regras do ***mundo objetivo*** que o ensaio.

4.3.2 Modalização deôntica (Ensaio: 5,45% - Artigo: 2,65%)

A modalização deôntica consiste na avaliação de algum aspecto do conteúdo temático, baseada em valores, opiniões e regras do ***mundo social*** como pertencentes do domínio do direito, da obrigação social e das regras. Segundo Mesquita (1999, p. 69), “Os poucos estudos ligados à modalização deôntica assumem sua relação com a conduta moral ou social do ser humano”. Esse tipo de modalização pode ser expresso por tempos verbais do condicional, auxiliares, advérbios e orações impessoais (BRONCKART, 2009, p. 334). Castilho e Castilho (1993, p. 223) indicam que a modalização deôntica serve a um “[...] estado de coisa que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente” e que, diferentemente da função lógica, não avalia o grau de verdade, mas sim a obrigatoriedade, a proibição ou, até mesmo, a possibilidade de algo ocorrer.

(63) Isso significa afirmar que é **preciso** reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo, os usos do consentimento em diversas experiências socioculturais para que a história das mulheres não seja elaborada através de arquétipos de vitimização ou de heroicização e que se entenda que a leitura a-histórica da separação entre os sexos é construída em um contexto social e historicamente datado (OLIVEIRA, 2009, p. 279).

(64) Para tanto, é **preciso** às colaborações dos outros participantes. É **necessário**, também, que o debate seja contínuo; que não termine abruptamente (SAMPAIO, 2012, p. 128).

(65) Ao mesmo tempo, é **necessário** definir lugares próprios a partir dos quais o europeu, homem, branco, possa ser afirmado como centro do mundo civilizado (FERREIRA, 2010, p. 820).

As expressões cristalizadas acima colocam a argumentação em evidência a partir da valoração do conteúdo que expressam por meio desses termos. As expressões “é preciso” e “é necessário” em (66), (67) e (68) “[...] explicitam a autoridade do autor sobre o leitor, que combinado às modalidades aléticas e deônticas, camuflam a existência de uma relação de

combinação” (ANDRADE, 2010, p. 133). Essa combinação entre modalidade alética e deôntica mencionada pela autora é associada a um ato de volição em estabelecer cumplicidade entre locutor e interlocutor, diminuindo o tom de autoridade do autor e buscando a simpatia do leitor. Além disso, o uso dessas expressões cristalizadas evita as formas imperativas, o que minimiza a força autoritária das asserções e relativiza a verdade, ao passo que a coloca como uma sugestão.

Ainda no sentido de obrigatoriedade estabelecido pela função deôntica, os auxiliares modais “dever” e “ter que/de” assumem notável papel de transformar necessidade em situação de obrigatoriedade na sua realização (TRAVAGLIA, 1991, p. 81), frente a um agente que pode ser uma instituição, uma pessoa ou um grupo.

(66) A mídia, neste texto, **deve ser entendida** de um modo amplo que engloba a imprensa, seja ela televisiva, impressa ou radiofônica, e as comunicações políticas, no caso as propagandas e *spots* dos partidos e candidatos, especialmente o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (MUNDIM, 2010, p. 342).

(67) Entretanto, os deliberacionistas afirmam que essa participação dos cidadãos **deve ser** qualificada, geralmente criticando políticas agregativas, como o próprio voto (DRYZEK, 2004) (SAMPAIO, 2012, p. 121).

(68) O segundo exemplo, a música *Não desligue o rádio*, faz ver estas relações que venho defendendo, ou seja, a intimidade entre rádio, música, explosão de maneiras de ver a relação amorosa e uma possível *pedagogia sentimental*, ou seja, uma possível orientação de como **deve** ou **deveria ser** as formas de sentir (FILHO, 2001, p. 14).

(69) [...] os parlamentares eleitos pelos católicos não **poderiam** apoiar o divórcio, pois estariam “traindo a vontade dos seus representados e solapando os fundamentos da família brasileira” (ARCHANJO, 2011, p. 72).

A alternância entre o discurso assertivo, demonstrada na função da modalização lógica de certeza, e o discurso relativizado, como realizado pelo auxiliar de modo “poder” e “deve” na função deôntica, é utilizada como estratégia do locutor “[...] para apresentar sua contribuição como não definitiva ou completa e se preservar de possíveis contra-argumentações” (ANDRADE, 2010, p. 93).

Diante disso, as modalizações de obrigatoriedade usadas com negação atribuem valor de proibição às modalidades deônticas. O trecho (73) relaciona a proibição a uma consequência e atenua o que é dito a quase um *status* de hipótese; em (74), a proibição é seguida de uma sugestão modalizada por “é preciso”, diminuindo a autoridade da proposição.

(70) [...] os parlamentares eleitos pelos católicos **não poderiam** apoiar o divórcio pois estariam “traindo” a vontade dos seus representados e solapando os fundamentos da família brasileira (ARCHANJO, 2011, p. 72).

(71) Assim, essa área apesar de complexa é um fonte importante de poder, do chamado *soft power*, de um Estado e **não pode ser** negligenciada pela entidades governamentais, é preciso que políticas públicas fortaleçam essas ações e que estas passem a ter um peso significativo na agendas de política externa de um país (MIGUEL, 2010, p. 359).

Retomando os dados quantitativos sobre a função deônica, os ensaios apresentaram 5,45% dessa modalidade, enquanto os artigos analisados obtiveram 2,65% de seu total de modalizações. O fato de a proporção de ocorrências nos ensaios ter sido maior pode ser explicado com a hipótese de que, por se tratar de uma modalização relacionada aos valores do *mundo social*, os ensaios se constituam mais desses valores que os artigos, que são formados mais dos valores do *mundo objetivo*.

4.3.3 Modalização pragmática (Ensaio: 9,11% - Artigo: 3,38%)

A modalização pragmática explicita aspectos de responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático em relação às ações das quais é agente e atribuem, a esse agente, intenções (querer-fazer), razões (dever-fazer) ou capacidades de ação (poder-fazer). A entidade pode ser tanto um personagem quanto um grupo ou uma instituição. Preferencialmente, as marcações desse tipo de modalização são realizadas por auxiliares de modo (BRONCKART, 2009, p. 334).

(72) Por fim, a formação ideológica, que interpela o sujeito, indica que intelectuais **não devem** fazer parte da cúpula do movimento e que cidadãos, pensadores, poetas, universitários não têm direito de colaborar com a luta pela reforma agrária (ROMÃO, 2004, p. 86).

(73) Como as identidades políticas são estáveis, a mídia **poderia** afetar o comportamento do eleitor apenas via relações políticas e sociais e apelos momentâneos de campanha [...] (MUNDIM, 2010, p. 344).

(74) A Igreja Católica **pode ser** facilmente identificada como um grupo que estava sempre presente, cobrando dos parlamentares posições claras e exigindo fidelidade à “natureza católica” do Brasil (ARCHANJO, 2011, p. 70).

(75) Nossos ancestrais, sendo racionais, **não deveriam** querer nos deixar completamente desprovidos de nossos direitos por terem eles perdido os seus (AMADEO, 2012, p. 694).

Nessa modalidade, os auxiliares de modo atribuem responsabilidade aos agentes que participam do conteúdo temático de alguma forma, seja como alvo da discussão ou como emissor de informações relevantes à orientação argumentativa no texto. No exemplo (75), há uma graduação dessa responsabilidade ao realizar a modalização sobre uma assertiva negativa, pois, com base na negação do que não é a responsabilidade dos intelectuais, chegar-se-á à atribuição desse grupo. Em (76), o verbo “poder” no futuro do pretérito, em relação ao agente “mídia”, indica a capacidade de ação, assim como em (77), e, em (78), a negação do verbo “dever” com negação indica razão.

As modalizações pragmáticas tiveram ocorrências nos ensaios por uma quantidade pouco maior que o dobro (9,11% - 77) das dos artigos (3,38% - 46), o que pode se relacionar com um conteúdo temático construído mais sobre o *mundo social*. Parece, pois, que esse mundo deve comportar mais agentes que o *mundo objetivo*.

4.3.4 Modalização apreciativa (Ensaio: 5,20% - Artigo: 1,50%)

A modalização apreciativa “[...] consiste em uma avaliação de alguns aspectos do conteúdo temático, procedente do *mundo subjetivo* da voz que é a fonte desse julgamento, apresentando-os como benéficos, infelizes, estranhos etc., do ponto de vista da atividade avaliadora” (BRONCKART, 2009, p. 332) e é preferencialmente marcada por advérbios e orações adverbiais (Idem, p. 334). Neves (2000) denomina esse tipo de função como modalizações atitudinais, pois eles avaliam, de maneira apreciativa, o conteúdo de uma asserção.

Castilho e Castilho (1993, p. 223) chamam os elementos de função apreciativa de modalizadores de “afetivos”, uma vez que verbalizam as reações emotivas do falante em relação ao conteúdo proposicional. Na visão desses autores, a modalização afetiva pode assumir dois modos: a) subjetivos, que expressam uma predicação dupla, a do autor em face da proposição, e a da própria proposição (felizmente, infelizmente, curiosamente); b) intersubjetivos, que expressam uma predicação simples assumida pelo falante em face ao seu interlocutor (sinceramente, francamente, estranhamente). Em nosso *corpus* foram identificados apenas ocorrências de modalização apreciativa com os elementos do primeiro tipo.

(76) E **dificilmente** poderia ser diferente: a ausência de vogais na antiga escrita mesopotâmica, fenícia ou de Israel exigia a separação das palavras de modo a tornar os textos decifráveis (SALOMON, 2010, p. 162).

(77) **Curiosamente**, é preciso que quase nada mude para que o mesmo – ou seja, o esquema básico de dominação – possa ser aperfeiçoado. (CODATO, 2011, p. 276).

(78) Se reciprocidade e reflexividade foram baixas, por outro lado, o nível de justificação por parte dos usuários foi bem acima do esperado e, **interessantemente**, a justificação externa foi superior à interna, contrariando as expectativas de que os participantes concentrassem-se no uso de testemunhos (SAMPAIO, 2010, p. 135).

(79) O monstro é um encontro com o Outro, com a Outra, com algo não **fácilmente** passível de apropriação pela mirada civilizada (FERREIRA, 2010, p. 818).

(80) Deste total, **infelizmente**, por motivos técnicos de tempo e impossibilidade de maiores investimentos financeiros exigidos à pesquisa [...] (JAPIASSU, 2009, p. 299).

(81) Oto Prazeres, funcionário do Ministério da Justiça do Brasil, publicou um artigo em *Cultura Política* (órgão teórico semioficial do Estado Novo) para ensinar que, apesar da frase luminosa do líder gaúcho, **felizmente** não se pode fazer administração sem fazer política (PRAZERES, 1941) (CODATO, 2011, p. 284).

É interessante observar que, por se tratar de um julgamento de teor mais pessoal, mesmo que também esteja relacionado ao conteúdo proposicional, a modalização apreciativa não era esperada nos artigos. Entretanto, os dados indicaram, embora em quantidade ínfima (1,50% - 20), a presença desse tipo de apreciação. Em contrapartida, os ensaios revelaram certa densidade subjetiva, com um percentual de ocorrência de 5,20% (44), ao expressar atitudes, conquanto relacionadas às asserções, que demonstram uma atitude mais pessoal por parte do autor.

A análise das modalizações foi relevante para ressaltar comentários e avaliações formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático, tanto no ensaio como no artigo, para que pudéssemos compreender melhor a constituição de algumas particularidades que os aproximam e que os distanciam. As modalizações se revelaram significantes, considerando que “[...] pertencem à dimensão *configuracional* do texto, contribuindo para o estabelecimento de sua coerência pragmática ou interativa e orientando o destinatário na *interpretação* de seu conteúdo temático” (BRONCKART, 2009, p. 330).

Apresentamos, a seguir, um quadro comparativo dos dados obtidos na análise.

Quadro 9 – Resumo comparativo dos dados obtidos

	ENSAIO	ARTIGO
Extensão média	17,3 páginas	22,4 páginas
Autoria (nível de instrução)	Doutor	Doutor
Tipo de discurso	Teórico (55% - 11) Teórico-interativo (25% - 5)	Teórico (100% - 20)
Sequências dominantes	Argumentativa-explicativa	Argumentativa-explicativa
Modalizações	Lógicas – 80,24% (678) Pragmáticas – 9,11% (77) Deônticas – 5,45% (46) Apreciativas – 5,20% (44)	Lógicas – 92,48% (1256) Pragmáticas – 3,38% (46) Deônticas – 2,65% (36) Apreciativas – 1,5% (20)
Estrutura composicional predominante	Título Resumo Palavras-chave <i>Abstract</i> <i>keywords</i> Introdução (apresentação do foco e delimitação do tema; justificativa; objetivos) Fundamentos teóricos e metodológicos (teorias de base; metodologia utilizada para proceder à análise) Resultados Conclusões Referências	Título Resumo Palavras-chave <i>Abstract</i> <i>keywords</i> Introdução (apresentação do foco e delimitação do tema; justificativa; objetivos) Fundamentos teóricos e metodológicos (teorias de base; metodologia utilizada para proceder à análise) Resultados Conclusões Referências

Fonte: Elaboração da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização desta pesquisa, objetivamos identificar e apresentar elementos que diferenciassem os gêneros ensaio e artigo acadêmico, estabelecendo uma comparação entre ambos. Para isso, construímos nossa fundamentação teórica baseada nos estudos de Bakhtin (1993), quanto à conceituação primeira de gênero e ao aspecto dialógico da linguagem; na contribuição de Silveira (2012), no que tange à composição textual tanto do ensaio quanto do artigo; e nos estudos de Bronckart (1999), cuja análise da arquitetura textual com primeiro e terceiro níveis de análise nos pareceram recursos valiosos de obtenção de dados, em diálogo com a noção de sequências textuais de Adam (2008). Ademais, Silveira (2012) forneceu subsídios para o melhor entendimento do discurso científico e de seus gêneros a partir de diversos modelos de estruturas textuais. Também recorremos a autores de manuais acadêmicos e outros pesquisadores com o intuito de levantar as características de cada gênero para, primeiro, sermos capazes de reconhecê-lo para além da própria classificação do periódico, e, segundo, para construir hipóteses e ampliar nossa compreensão sobre tais gêneros.

Obedecendo aos nossos objetivos, procedemos à análise dos 40 textos, sendo 20 exemplares do artigo e 20, do ensaio. Pudemos constatar certos elementos interessantes para explicar a proximidade entre ambos, além de algumas características que contribuem para se constituírem como gêneros diversos.

Os ensaios analisados demonstraram ser, em média, um pouco menos extensos que os artigos e possuir citações quanto recurso de intertextualidade, assim como os artigos, sendo que ambos apresentaram autores com nível de doutorado, em sua maioria. O fato de eles serem, majoritariamente, professores doutores, corrobora com a hipótese de esse gênero demandar, do sujeito-autor, experiência profunda no campo de atuação, o que faz com que ele seja capaz de propor uma discussão reflexiva e analítica sobre algum tema.

Convém ressaltar que os ensaios analisados objetivaram, em grande parte, promover a discussão e reflexão sobre determinado tema, defendendo ou não uma tese inicial. Para isso, apresentaram análises teóricas e certa tendência para a construção da argumentação sob dualismos, prevista na estrutura composicional do gênero proposta por Silveira (2012). Embora a característica de argumentação desenvolvida a partir de uma polaridade de ideias não seja determinante para a constituição do gênero ensaio, ela se revela como uma interessante estratégia argumentativa capaz de distingui-lo do artigo.

Os ensaios também revelaram certa densidade subjetiva ao apresentarem um percentual de 5,20% do total de processos de modalização identificados nesses textos, com a finalidade de expressar atitudes, embora relacionadas às asserções, que demonstram uma atitude mais pessoal por parte do autor. No que diz respeito às demais modalizações, os ensaios tiveram ocorrências relativamente mais frequentes que nos artigos, especialmente nas deônticas, por comportarem seu conteúdo temático dentro dos parâmetros do *mando subjetivo*. As modalizações pragmáticas tiveram ocorrências nos ensaios por uma quantidade pouco maior que o dobro (9,11% - 77) das dos artigos (3,38% - 46), o que pode se relacionar com um conteúdo temático construído mais sobre o *mando social* – parece que esse mundo deve comportar mais agentes que o *mando objetivo*. Podemos dizer que, por se tratar de conhecimentos e características individuais e coletivas acumuladas pela experiência e cooperação entre os membros da comunidade, o ensaio se relaciona mais estritamente ao *mando subjetivo e social*, enquanto o artigo comumente se associa aos parâmetros físicos, porquanto, ao *mando objetivo*.

A análise dos tipos de discurso revelou que o ensaio pode apresentar outros tipos de discurso além do teórico, dentre eles, principalmente, o interativo. Tal característica mostra que esse gênero toma o interlocutor como agente ativo de interação com o qual intenciona dialogar, o que se revela como estratégia persuasiva. Além disso, a predominância do discurso interativo no ensaio sinaliza para um gênero científico relativamente mais flexível que outros, como o próprio artigo; por isso, é possível de manifestações subjetivas, o que não o desautoriza enquanto sua científicidade. De fato, os ensaios têm corroborado com a ideia de Bronckart (1999), que discorre que o discurso científico se constitui como teórico-interativo, enquanto os artigos, por terem seu foco na divulgação da pesquisa realizada e em discussões teóricas, empregam um discurso mais estritamente teórico. Talvez essa seja a maior das diferenças entre os gêneros, visto que, ao se constituir de um discurso interativo, o ensaio se abre à possibilidade de uma relação “virtual” de participação do interlocutor no raciocínio desenvolvido pelo autor, além de possibilitar mais apreciações pessoais. Isso, de certa forma, pôde ser constado na presença das modalizações apreciativas em maior número nos ensaios que nos artigos.

Com base na análise dos ensaios, podemos responder às questões de pesquisa afirmando que o tipo de discurso teórico-interativo, a presença frequente de modalizações apreciativas e, em certo modo, a estrutura composicional baseada em duas opiniões (geralmente, de valores opostos) são características que tornam os textos passíveis de serem identificados como ensaios.

Os artigos, quanto à situação de produção, embora tencionem divulgar estudos realizados em diferentes níveis da vida acadêmica, conforme a pesquisa bibliográfica mostrou, podem apresentar discussões de outra natureza não resultantes de pesquisa, mas de discussões propostas em eventos de programas de pós-graduação.

As sequências textuais encontradas nos gêneros muito se aproximam do estudo de Silveira (2012), visto que houve predominância da argumentativa-explicativa, o que confirma a relação proposta por Bronckart (2009) com os tipos de discursos. Essa relação não demonstrou ser reveladora de distinções entre o ensaio e o artigo, uma vez que ambos os gêneros apresentaram como predominantes a mesma sequência (argumentativa-explicativa). Logo, se não pode ser uma diferença, isso se revela como uma aproximação entre os gêneros analisados. A descrição e a narração também aparecem, mas de maneira esporádica e em menor quantidade, tanto nos ensaios quanto nos artigos analisados, o que contribui para a proximidade, em um nível micro, de ambos.

Nesses termos, as modalizações contribuíram para percebermos que, por se tratarem de dois gêneros acadêmicos, predominantemente argumentativos, são comuns os mais diversos elementos de modalização lógica. Os artigos, contudo, por serem compostos dentro dos parâmetros do *mundo objetivo*, obtiveram 12,24% a mais de modalizadores lógicos que o ensaio. É interessante observar que, por se tratar de um julgamento de teor mais pessoal e subjetivo, mesmo que também esteja relacionado ao conteúdo proposicional, a modalização apreciativa não era esperada nos artigos. Entretanto, os dados revelaram, embora em quantidade ínfima (1,50%), a presença desse tipo de apreciação.

Se a estrutura composicional do ensaio pode se basear na discussão de dois pontos de vista distintos sob os quais é desenvolvida a argumentação para, no fim, optar por apenas um, esta é a grande diferença da estrutura textual entre o ensaio e o artigo. Contudo, a configuração textual que predomina em ambos é a mesma, o que contribui para que confundamos ambos os gêneros, como demonstramos no Quadro 9. Ao considerarmos os aspectos analisados neste trabalho, podemos concluir que tais gêneros são distintos, principalmente pelo tipo de discurso teórico-interativo e objetivo de promover uma reflexão teórica. Outrossim, o alto nível de instrução do autor, o uso recorrente de modalizações apreciativas e deônticas e a extensão do texto podem sinalizar de que se trata de um ensaio.

Estudar os gêneros do discurso, numa compreensão que aqui pretendemos, tornou-se possível somente por meio de um pequeno recorte de sua complexidade e multiplicidade de aspectos. Ainda assim, este trajeto não faz justiça à compreensão plena de ambos os gêneros,

mas acreditamos que o presente estudo venha contribuir com alguns elementos que, uma vez destacados do emaranhado textual, possam ser notados e aprofundados posteriormente.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. **Eléments de linguistique textuelle**. Lége: Madarga, 1990.
- ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, J. M. **Linguistique textuelle**: des genres des discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.
- ADAM, J. M. **Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2011 [2008].
- ALVES, R. **A filosofia da ciência**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANDRADE, V. A. B. **A modalização em artigos científicos da área de linguística**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**. Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**. Resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: Projeto de pesquisa – apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- AQUINO, I. S. **Como escrever artigos científicos**: sem “arrodeio” e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BAHTIA, V. K. Análise de gêneros hoje. **Revista de Letras**, [s.l.], n. 23, v. 1/2, jan./dez. 2001.
- BAHTIA, V. K. **Analysing genre**: language use in professional settings. London: Longman, 1993. Disponível em: <http://www.pure.au.dk/portal/files/10013/H19_20.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1976].
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1929].
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995 [1966].

- BERNARDINO, C. G. **O metadiscocurso interpessoal em artigos acadêmicos:** espaço de negociações e construção de posicionamentos. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- BEZERRA, B. G. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BLEZNICK, D. W. **El ensayo español del siglo XVI al XX.** México: Andrea, 1964.
- BOTH, S. J; SIQUEIRA, C. J. S. **Metodologia científica:** faça fácil sua pesquisa. Tangará da Serra: São Francisco, 2004.
- BRITTO, V. Artigos e ensaios científicos. **Revista de Desenvolvimento Econômico,** Salvador, ano 3, n. 4, 2001. ISSN 1516-1684.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.** Campinas: Mercado de Letras, 2006 [1996].
- BRONCKART, J. P. Interacionismo Sociodiscursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** – ReVEL, [s.l.], v. 4, n. 6, mar. 2006a. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 20 dez. 2013. ISSN 1678-8931.
- BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, texto e discurso:** por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 2009.
- CANDLIN, C. N. Preface to BHATIA, V. K. **Analyzing genres:** language use in professional settings. London: Longman, 1993.
- CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CARMO-NETO, D. **Metodologia científica para principiantes.** Salvador: American World University Press, 1996.
- CARRIJO, S. A. B. O ensaio literário: órfão de dois pais vivos – Lya Luft nas águas de um (anti)gênero. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Catalão, v. 10-11, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep/article/view/11770>>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) **Gêneros:** teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.
- CASTILHO, A. T. de; CATILHO, C. M. M. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.) **Gramática do português falado:** níveis de análise linguística. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 214-260. v. 2.
- CHALMERS, A. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CORACINI, M. J. R. F. **Um fazer persuasivo:** o discurso subjetivo da ciência. São Paulo; Campinas: EDUC; Pontes, 1991.

DIAS, E.; MESQUITA, E. M. C. et al. Gêneros textuais e(ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? **Interacções**, [s.l.], n. 19, 2011, p. 142-155.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística.** Tradução de Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1969.

EBEL, M. 1981. L'Explication: acte de langage et légitimé du discours. In: GRIZE, J.-B. (Org.) L'explication: aproche semiológico. **Revue européenne des sciences sociales**, [s.l.], v. 19, n. 56, p. 15-36.

EDUCATERRA. **Montaigne e seus ensaios.** Disponível em: <<http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire/artigos/montaigne.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo:** as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar, 2003.

FERNANDES, D. F. C.; SANTOS, M. A. P. dos; BURIN, A. C. H. A questão do letramento na universidade: algumas reflexões e desafios. **Revista de Ciências Gerenciais**, [s.l.], v. 12, n. 15, 2008.

FIAD, R. S. A escrita na universidade. **Revista da ABRALIN**, [s.l.], v. eletr., n. esp., p. 357-369, 2011. 2^a parte.

FIGUEIREDO, C. D; BONINI, A. Práticas discursivas e ensino do texto acadêmico: concepções de alunos de mestrado sobre a escrita. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, [s.l.], v. 6, n. 3, set./dez. 2006.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, J. L. **Teoría del ensayo.** México: UNAM, 1992. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/critica/ensayo/gomez/>>. Acesso em: 1 jul. 2012.

GRIZE, J. B. Logique naturelle et explication. **Revue européenne des sciences sociales**, [s.l.], n. 19, 1981, p. 7-19.

GUIMARÃES, E. P. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica. **Revista Educação e Linguagem**, [s.l.], ano 4, n. 5, jan./dez. 2001.

GUIMARÃES, E. P. Modalização e discurso científico: In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PRAGMÁTICA, 9., 2005, Trento. **Anais...** Trento: Universidad de Riva Del Garda, 2005. Comunicação.

GUIMARÃES, E. R. J. **Modalidade e argumentação linguística.** 1979. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979, p. 7-62.

HALLIDAY, M. A. K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, [s.l.], v. 6, p. 322-361, 1970.

- KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual:** trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Cortez, 1996.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2006.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LIMA, S. **Ensaio sobre a essência do ensaio.** Coimbra: A. Amado, 1964.
- LYONS, J. **Semantics.** London; Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MACHADO, A. R. et al. **Resumo.** São Paulo: Parábola, 2004.
- MACHADO, A. R. **Planejar gêneros acadêmicos.** São Paulo, Parábola, 2005.
- MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) **Gêneros:** teorias, métodos e debates. São Paulo: Parábola, 2005.
- MACHADO, A. R. **Resenha.** São Paulo: Parábola, 2004.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003 [1985].
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.) **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
- MATIAS, A. Ensaio: textos de simbioses proteicas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. **Anais...** Tubarão, 2007, p. 575-588.
- MEDEIROS, J. B. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MESQUITA, E. M. de C. **A modalidade deônica:** um estudo na língua escrita contemporânea do Brasil. 1999. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.
- MOISÉS, M. O ensaio literário. In: MOISÉS, M. **A criação literária.** Prosa. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.uol.com.br/teorialiteraria/216024>>. Acesso em: 25 jun. 2009.
- MOTTA-ROTH, D. A importância do conceito de gêneros discursivos no ensaio de redação acadêmica. **Intercâmbio**, [s.l.], v. 8, p. 119-128, 1999.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G.; AMORETTI, E. C.; KLOSS, M. Texto acadêmico e construção do conhecimento. **Intercâmbio**, PUC São Paulo, v. 9, p. 39-48, 2000a.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R.; AMORETTI, E. C.; KLOSS, M. O tradicional e o novo: análise de artigos acadêmicos eletrônicos. **Intercâmbio**, PUC São Paulo, v. 9, p. 29-38, 2000b.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, R. G. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

MOTTA-ROTH, D. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, v. 1, p. 153-173.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry, and economics. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, Ingredore G. Villaça (Org.) **Gramática do português falado VI**: desenvolvimentos. Campinas: UNICAMP; FAPESP, 1996, p. 163-199.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. 1037 p.

PARRET, H. Tempo, espaço e atores: a pragmática do desenvolvimento. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 10, 1986.

PARRET, H. et al. Modalités. **Langages**, [s.l.], v. 43, p. 78-97, 1976.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PENA, E. B. F. **Artigo e ensaio científico**: dois gêneros e uma só forma? Gêneros textuais, acontecimento e memória. Belo Horizonte, 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

POSSENTI, S. O eu no discurso do outro ou a subjetividade mostrada. In: POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002, p. 61-73.

QUIRK, sir R. et al. **A comprehensive grammar of the English usage**. London: Longman, 1985.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

RODRIGUES, K. C. **Ensaio**: um gênero em busca de sua caracterização. 2012 (no prelo)

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. A. da; BESSA, J. C. R. **Produção de textos na universidade**: uma proposta de trabalho com sequências didáticas com o gênero fichamento. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2011/10/agostinho.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

SILVA, A. R. A abordagem sócio-retórica de gêneros do discurso: o artigo de opinião no ensino médio. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 1., mar. 2008, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2008. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/A%20ABORDAGEM%20S%D3CIO-RET%D3RICA%20silva.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SILVA, E. M. Resumo acadêmico em sala de aula: uma experiência com graduandos em geografia. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS EM LÍNGUA PORTUGUESA, 1., 2012, Uberlândia. **Anais...** v. 2, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758.

SILVEIRA, R. C. P. **Textos do discurso científico**: pesquisa, revisão e ensaio. São Paulo: Terracota, 2012.

SIMÕES, D. Resumo. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.) **A redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SMANIOTTO, G. C. A produção de gêneros acadêmicos nos cursos de formação de professores a distância: velhos gêneros, novas práticas e contextos. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1., 2010, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2010. ISSN 2177-6350.

SPINA, S. **Normas para trabalhos de grau**. São Paulo: Ática, 1984.

TRAVAGLIA, L. C. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 4, n. 1/2, p. 32-37, 2002b.

TRAVAGLIA, L. C. Tipos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (Org.) **Língua portuguesa, pesquisa e ensino**. São Paulo: Educ, 2007a, p. 97-117. v. 2.

TRAVAGLIA, L. C. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2007, Tubarão. **Anais...** Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007b, p. 1297-1306. v. 1.

TRAVAGLIA, L. C. A caracterização de categorias de textos: tipos, gêneros e espécies. **Alfa – Revista de Linguística**, [s.l.], v. 51, p. 39-79, 2007. ISSN/ISBN: 19815794.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 77-130.

TRAVAGLIA, L. C. Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil. 1991. 195 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

VAN DIJK, T. A. **Racismo y análisis de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.

VAN DIJK, T. A. **La ciència del texto**. Barcelona: Paidós, 1978.

WEINRICH, h. **Les Temps**. Paris: Seuil, 1973.

ZANUTTO, F.; OLIVEIRA, N. A. **A produção escrita no ensino superior**: interação e gêneros do discurso acadêmico. Disponível em: <<http://www.escrita.uem.br/escrita/pdf/zanutto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.